

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO  
BÁSICA**

**TÂNIA JANAÍNA BORDA LANDI**

**IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA VIRTUAL DA ESCOLA  
TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR PEDRO LEME BRISOLLA  
SOBRINHO (ETEC) DE IPAUSSU/SP (1955-1994)**

**JACAREZINHO  
2022**

TÂNIA JANAÍNA BORDA LANDI

**IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA VIRTUAL DA  
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR PEDRO LEME  
BRISOLLA SOBRINHO (ETEC) DE IPAUSSU/SP (1955-1994)**

Relatório Final apresentado por TÂNIA JANAÍNA BORDA LANDI, ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte da Paraná, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Educação Básica.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.: VANESSA CAMPOS

MARIANO RUCKSTADTER

JACAREZINHO  
2022



TÂNIA JANAÍNA BORDA LANDI

**IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA VIRTUAL DA ESCOLA TÉCNICA  
ESTADUAL PROFESSOR PEDRO LEME BRISOLLA SOBRINHO (ETEC) DE  
IPAUSSU/SP (1955-1994)**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter  
(Orientadora) – UENP – Jacarezinho

Prof. Dr. Rodrigo Sarruge Molina – UFES – Vitória/ES

Prof. Dr. Luís Ernesto Barnabé – UENP – Jacarezinho/PR

24 de agosto de 2022

Dedico este trabalho aos meus familiares e à cidade de Ipaussu/SP, na esperança de que a memória escolar seja valorizada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus familiares, em especial às minhas filhas Laura Borda Landi e Letícia Borda Landi, ao meu esposo Marcelo Luiz Landi, aos meus pais Leonídia Venâncio Borda e Mário Borda, que acreditaram no meu sonho, incentivaram e compreenderam os momentos de estudo sem questionar. Ao meu amado irmão Jeferson Aparecido Borda (1969-2021), que partiu em meio aos meus estudos. Saudades eternas.

A minha orientadora Vanessa Campos Mariano Ruckstadter por prontamente responder o e-mail de uma desconhecida, por oportunizar este momento e, generosamente, compartilhar o seu conhecimento. Minha admiração e respeito pela força que representa na luta pela Educação.

A todos os docentes do PPEd, do Grupo de Estudos PHC, Grupo de Pesquisa PEBEC, que me ajudaram na apropriação de novos conceitos; aos funcionários, estagiários e colegas de pesquisa desta instituição, que sempre foram solícitos e inspiradores.

Aos gestores, docentes, funcionários e alunos da Etec Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho de Ipaussu/SP, que contribuíram direta e indiretamente para a realização desta pesquisa.

Aos professores-doutores Rodrigo Sarruge Molina e Luís Ernesto Barnabé por aceitar o convite para participar da banca de qualificação e defesa, pelos conselhos e preciosas contribuições.

LANDI, Tânia Janaína Borda. **IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA VIRTUAL DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR PEDRO LEME BRISOLLA SOBRINHO (ETEC) DE IPAUSSU/SP (1955-1994)**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Campus Jacarezinho. Orientadora: Vanessa Campos Mariano Ruckstadter. Jacarezinho, 2022.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar o processo de implantação do Produto Educacional, um Centro de Memória Virtual da Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho (Etec), no município de Ipaussu/SP, entre os anos de 1955-1994. A temática emergiu da atuação profissional como docente na instituição, a partir da constatação de que docentes e discentes desconhecem a história da escola. O recorte temporal inicia em 1955, com a fundação da Escola Artesanal, precursora da Educação Profissional no município, e o recorte final é o ano de 1994, momento em que a responsabilidade administrativa da ETEC passou para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). O Centro de Memória Virtual viabiliza o acesso a uma amostragem do arquivo escolar e de fontes coletadas junto à comunidade externa via campanha nas redes sociais. O conjunto de fontes se divide em: bibliográfico-documental (leis e decretos), iconográficas, prontuários e registros pedagógicos que compõem o acervo da unidade de ensino e da comunidade externa. A construção será gradativa e estará aberta a constantes atualizações. O estudo revelou a instabilidade administrativa da instituição que contempla a Escola Artesanal (1955), Escola Industrial (1963), Ginásio Industrial Estadual de Ipaussu (GIEI - 1965), Centro Estadual Interescolar (1976), Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau (EEPSG - 1978), Escola Técnica Estadual de Segundo Grau (ETESG - 1987). Constata-se por meio das Atas descritas no texto que inúmeros documentos foram incinerados neste recorte, autorizado pelo Decreto 39.334/1961. O material disponível possibilitou o debate sobre a intencionalidade da Educação Profissional para homens e mulheres da classe trabalhadora, a promoção e valorização da educação pública mediante o senso de pertencimento e reconhecimento da identidade educacional, bem como a preservação de parte do patrimônio histórico local, por meio do materialismo histórico-dialético. A pesquisa envolveu discentes da Educação Básica de nível médio integrado ao técnico, que puderam refletir e se expressar de forma oral, escrita e por gravuras.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Básica. Práticas Docentes. Centro de Memória. Educação Profissional. História da Educação brasileira.

LANDI, Tânia Janaina Borda. **IMPLEMENTATION OF THE VIRTUAL MEMORY CENTER OF THE ESTUDUAL TECHNICAL SCHOOL PROFESSOR PEDRO LEME BRISOLLA SOBRINHO (ETEC) OF IPAUSSU/SP (1955-1994)**. 125 f. Dissertation (Master in Basic Education) – State University of Northern Paraná. Jacarezinho Campus. Super: Vanessa Campos Mariano Ruckstadter. Jacarezinho, 2022.

### **ABSTRACT**

This research aims to present the process of implementing the Educational Product, a Virtual Memory Center of Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho (Etec), in the city of Ipaussu/SP, between the years 1955-1994. The theme emerged from the professional performance as a teacher in the institution, from the observation that teachers and students are unaware of the history of the school. The time frame starts in 1955, with the foundation of the Escola Artesanal, precursor of Professional Education in the municipality, and the final cut is the year 1994, when the administrative responsibility of ETEC passed to the Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). The Virtual Memory Center provides access to a sample of the school archive and sources collected from the external community via a campaign on social networks. The set of sources is divided into: bibliographic-documentary (laws and decrees), iconographic, medical records and pedagogical records that make up the collection of the teaching unit and the external community. The construction will be gradual and will be open to constant updates. The study revealed the administrative instability of the institution that includes the Escola Artesanal (1955), Escola Industrial (1963), Ginásio Industrial Estadual de Ipaussu (GIEI - 1965), Centro Estadual Interescolar (1976), Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau (EEPSG - 1978), Escola Técnica Estadual de Segundo Grau (ETESG - 1987). It can be seen from the Minutes described in the text that numerous documents were incinerated in this clipping, authorized by Decree 39.334/1961. The available material made possible the debate on the intention of Vocational Education for working class men and women, the promotion and valorization of public education through the sense of belonging and recognition of the educational identity, as well as the preservation of part of the local historical heritage, for through dialectical-historical materialism. The research involved students of Basic Education from high school integrated to technical, who were able to reflect and express themselves orally, in writing and through pictures.

**Keywords:** Education. Basic education. Teaching Practices. Memory Center. Professional education. History of Brazilian Education.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1</b>	Escola Artesanal (1955)	51
<b>Fotografia 2</b>	Solicitação para fazer exame de admissão	52
<b>Fotografia 3</b>	Atestado para ingresso na Escola Artesanal	53
<b>Fotografia 4</b>	Prontuário Masculino Mecânica de Máquinas	54
<b>Fotografia 5</b>	Prontuário Feminino Educação Doméstica	54
<b>Fotografia 6</b>	Alunos do Ginásio Industrial	58
<b>Fotografia 7</b>	Alunas durante a aula de Canto Orfeônico	59
<b>Fotografia 8</b>	Ginásio Industrial (1972)	61
<b>Fotografia 9</b>	Portal do CEETEPS	85
<b>Fotografia 10</b>	Portal GEPEMHEP	99
<b>Fotografia 11</b>	Página inicial do Centro de Memória Etec Ipaussu/SP	101
<b>Fotografia 12</b>	O que é um Centro de Memória?	102
<b>Fotografia 13</b>	Explicação sobre a abordagem do Produto Educacional	102
<b>Fotografia 14</b>	Banca Marcial da Escola Artesanal	103
<b>Fotografia 15</b>	Objetos confeccionados no período do Ginásio Industrial	104
<b>Fotografia 16</b>	Exposição de Máquina de Datilografia	105
<b>Fotografia 17</b>	Cerimônia de Formatura	106
<b>Fotografia 18</b>	Aba com “Sugestão de Atividade” 1	107
<b>Fotografia 19</b>	Atividade 2	108
<b>Fotografia 20</b>	Atividade 3	108
<b>Fotografia 21</b>	Atividade 4	109
<b>Fotografia 22</b>	Atividade 5	110

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Crescimento urbano (1940-2000)	47
<b>Quadro 2</b>	Mudanças na nomenclatura institucional	48
<b>Quadro 3</b>	Critérios para aprovação nos cursos feminino/masculino (1955-1963)	55
<b>Quadro 4</b>	Critérios para aprovação no curso de Educação Doméstica (1958)	56
<b>Quadro 5</b>	Critérios para aprovação no curso masculino (1958)	57
<b>Quadro 6</b>	Ginásio Industrial: divisão por área de estudo (1965-1976)	60
<b>Quadro 7</b>	Força de trabalho feminina (2019)	61
<b>Quadro 8</b>	Conteúdo profissional feminino, alunas da 5ª e 6ª séries (1965-1976)	61
<b>Quadro 9</b>	Objetivos e conteúdo para iniciação profissional feminina, alunas da 7ª e 8ª séries (1965-1976)	62
<b>Quadro 10</b>	Disciplinas do curso Auxiliar de Mecânica (1977)	63
<b>Quadro 11</b>	Disciplinas do curso Técnico em Mecânica (1977)	64
<b>Quadro 12</b>	Plano de Estágio (1980)	64
<b>Quadro 13</b>	Atividades desenvolvidas durante o estágio (1980)	65
<b>Quadro 14</b>	Estrutura Predial (1984)	67
<b>Quadro 15</b>	Curso profissionalizante (1982-1984)	68
<b>Quadro 16</b>	Comparativo matriculado x retidos/evadidos (1988-1991)	70
<b>Quadro 17</b>	Demonstrativo de prontuários (1956-1958)	74
<b>Quadro 18</b>	Primeira Ata de Incineração (1980)	75
<b>Quadro 19</b>	Segunda Ata de Incineração (1986)	76
<b>Quadro 20</b>	Terceira Ata de Incineração (1987)	77
<b>Quadro 21</b>	Quarta Ata de Incineração (1987)	78
<b>Quadro 22</b>	Quinta Ata de Incineração (1991)	79
<b>Quadro 23</b>	Sexta Ata de Incineração (1997)	81
<b>Quadro 24</b>	Lema do CEETEPS para todas as unidades de ensino	83

<b>Quadro 25</b>	Tópicos com Regimento Comum da Etec (2013)	86
<b>Quadro 26</b>	Centros de Memória do CEETEPS	97

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>APM</b>	Associação de Pais e Mestres
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEE</b>	Conselho Estadual de Educação
<b>CEETEPS</b>	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
<b>CETEC</b>	Coordenadoria do Ensino Técnico
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>DEET</b>	Divisão Estadual de Ensino Técnico
<b>DISAETE</b>	Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais
<b>DRE</b>	Divisão Regional de Ensino
<b>EE</b>	Escola Estadual
<b>EEPG</b>	Escola Estadual de Primeiro Grau
<b>EEPSG</b>	Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau
<b>ETE</b>	Escola Técnica Estadual
<b>Etec</b>	Escola Técnica Estadual
<b>ETESG</b>	Escola Técnica Estadual de Segundo Grau
<b>ETIM</b>	Ensino Técnico Integrado ao Médio
<b>FATEC</b>	Faculdade de Tecnologia
<b>GEPEMHEP</b>	Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>PPG</b>	Plano Plurianual de Gestão
<b>Senac</b>	Serviço Nacional do Comércio

**Senai**

Serviço Nacional da Indústria

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1	O que dizem as pesquisas sobre o tema.....	19
1.2	Relação Trabalho e Educação: uma questão de método.....	22
1.3	Itinerário do relatório de pesquisa.....	30
<b>2</b>	<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....</b>	<b>32</b>
<b>3</b>	<b>DA ESCOLA ARTESANAL À ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....</b>	<b>45</b>
3.1	Panorama do Município de Ipaussu/SP.....	45
3.2	Trajetória da Unidade Escolar.....	49
3.3	Supressão da Memória Técnica Escolar.....	72
3.4	Histórico do CEETEPS.....	82
<b>4</b>	<b>IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA VIRTUAL.....</b>	<b>89</b>
4.1	As pesquisas sobre instituições escolares.....	89
4.2	Arquivos Escolares e Centros de Memória.....	92
4.3	Implantação do Centro de Memória Virtual da Etec Ipaussu.....	98
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>111</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os caminhos percorridos para a implantação do Centro de Memória Virtual da Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho (Etec), localizado na cidade de Ipaussu, Estado de São Paulo. No decorrer do texto o Produto Educacional<sup>1</sup> será referenciado como “Centro de Memória Etec Ipaussu/SP”, enfatizando-se que a unidade escolar é técnica de nível médio. O estudo visou levantar e catalogar fontes disponíveis sobre a história da escola. A implantação do Centro de Memória também tem como objetivo secundário contribuir para a preservação de parte da memória educacional técnica local e insere-se na área de História da Educação, na temática das instituições escolares. Também permeia a História da Educação Profissional Pública na cidade de Ipaussu/SP, município de pequeno porte, com pouco mais de quinze mil habitantes, localizado no centro-oeste paulista.

A delimitação deste estudo se explica devido ao número restrito de fontes documentais preservadas na unidade de ensino desde a fundação até a década de 1990 do século XX, sobretudo em decorrência da incineração autorizada pelo Governo do Estado de São Paulo, baseado no Decreto 39.334/1961. O referido Decreto consta no Livro Ata junto à descrição dos itens incinerados.

**Artigo 119** - As provas de exames poderão ser incineradas após dois anos de sua realização. O mesmo se fará em relação a papéis da Secretaria, como listas de notas, e outros, cujo registro tiver sido feito nas fichas ou livros competentes.

**Parágrafo único** - Dessa queima será lavrada ata onde se registra o tipo de papel incinerado, bem como local, hora e testemunhas do acontecimento (BRASIL, 1961, s.p.).

A proposta viabiliza uma amostra dos documentos oficiais ainda disponíveis, e que poderão permitir reflexões sobre diferentes temáticas em futuros trabalhos e atividades do próprio Centro de Memória, envolvendo as políticas educacionais, curriculares e práticas pedagógicas ocorridas entre os anos de 1955 a 1994. Isto posto, justifica-se que apesar do recorte temporal

---

<sup>1</sup> Produto Educacional: é uma exigência do Mestrado Profissional, trata-se de uma produção científica com diversas possibilidades pedagógicas. O objeto de aprendizagem deve ser elaborado durante o curso e visa integrar a teoria e a prática.

parecer muito amplo, o material disponível é escasso. Por essa razão, e em virtude do descarte e/ou acondicionamento inadequado desses documentos, é que houve a opção por levantar e disponibilizar os documentos ainda disponíveis no arquivo da instituição.

Esclarece-se que desde o ano final estipulado como recorte da investigação a instituição se mantém sob nova administração. O trânsito da Secretaria da Educação para a Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo ocorreu em 1º de janeiro de 1994, por meio do Decreto nº. 37.735 de 27 de outubro de 1993, sob o comando do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

Autoriza a transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETPS e dá providências correlatas:

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Considerando a emergência de novas categorias profissionais, em virtude de uma crescente sofisticação tecnológica, impõe-se a necessidade de formação de mão-de-obra capaz não simplesmente de aplicar, mas sobretudo de compreender, questionar e decidir sobre a realidade tecnológica nacional;

Considerando a importância do Ensino Técnico, enquanto nível de ensino cujo papel preponderante deve ser a transmissão de meios para atuar num segmento vital, para a autonomia nacional, como é o caso da tecnologia, não devendo se restringir a mero reprodutor de um saber destinado apenas a administrar pacotes tecnológicos; Considerando a necessidade de articulação do ensino médio com o superior, visto que a este cabe a tarefa de habilitar para a proficiência técnica nos diversos campos de especialização, de forma a acompanhar a demanda de uma sociedade, onde se observam contínuas evoluções tecnológicas;

Considerando a importância de reunir em rede única as Escolas Técnicas Estaduais para fins de fixação de uma política de atuação com relação a esse ensino, conforme preceito constitucional;

Considerando que o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETPS, autarquia de regime especial, vinculada e associada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, foi criado pelo Decreto-lei de 6 de outubro de 1969, justamente com a finalidade de manter o ensino técnico e tecnológico, Decreta:

Autoriza a transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS e dá providências correlatas

Artigo 1º - Fica autorizada a transferência, a partir de 1º de janeiro de 1994, das Escolas Técnicas Estaduais relacionadas nos Anexos I e II deste decreto, respectivamente, da Secretaria da

Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e da Secretaria da Educação para o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS.

Parágrafo único - Caberá ao Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS a avaliação da necessidade e da oportunidade de instalação das Escolas Técnicas Estaduais, criadas e não instaladas, relacionadas no Anexo II a que se refere o “caput” deste artigo (BRASIL, 1993).

Todos os documentos do novo período administrativo foram preservados, portanto, o acesso será disponibilizado em momento oportuno no Centro de Memória, período posterior à finalização desta dissertação. Com isso, destaca-se que o objetivo da pesquisa desenvolvida foi o de criar o Centro de Memória Virtual, e este relatório apresenta os caminhos dessa criação, culminando em uma prática docente com o envolvimento de estudantes.

Este texto propõe também a listar os registros de incineração que possibilitam breve análise da estrutura administrativa, bem como o detalhamento de informações de alguns prontuários de alunos e registros de planejamento. A análise documental do material ainda acessível no período do recorte temporal torna a pesquisa relevante para a compreensão do impacto da educação profissional no município.

O material disponível na Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho, conhecida atualmente como Etec Ipaussu, foi selecionado e acrescido de fatos e relatos na comunidade municipal administrada pela página “Viva Ipaussu”, formada no Facebook (rede social) para a construção do Centro de Memória, produto educacional final da pesquisa desenvolvida. Para inaugurar o Centro de Memória foi organizada uma exposição com alunos do Ensino Médio da professora pesquisadora. O objetivo da exposição foi o de inaugurar as atividades do Centro de Memória e divulgar a pesquisa realizada. Assim, não se analisou a atividade em si com os alunos, mas apresentou-se uma possibilidade de prática docente a partir da constituição de Centros de Memória Escolar.

A construção da exposição ocorreu com os discentes da referida unidade escolar que fazem parte da educação básica de nível médio durante as aulas de Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional do Curso Técnico Integrado em Administração. Eles participaram do processo de construção do ambiente virtual e levantaram hipóteses pautadas no materialismo histórico-

dialético, de modo a compreender a transformação socioeducativa local, associando as relações entre trabalho e educação.

A inquietação para a proposição do Produto Educacional surgiu do interesse pela História da Educação Profissional como parte do processo educativo, por meio do contato com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza (GPEMHEP), no ano de 2012. A dinâmica do curso sobre a História Oral propôs uma entrevista a antigos funcionários da Etec de Ipaussu/SP. Aquele momento revelou a importância da instituição educacional pública para a sociedade local e regional.

A verificação documental se tornou primordial na primeira etapa da investigação. Esse entendimento ocorreu após a aprovação como aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEd), na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – *Campus Jacarezinho/PR*, no período de dois anos (2020-2022). A partir das disciplinas e da participação no Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), Grupo de Trabalho (GT) Norte Pioneiro (HISTEDNOPR), iniciou-se o processo de ampliação dos conceitos históricos, as relações entre Trabalho e Educação, o diálogo acerca do lugar de luta das classes trabalhadoras e o direcionamento da oferta curricular à comunidade. O estudo favoreceu a escolha do tema e contribuiu com o processo formal e sistêmico para desenvolver o método científico que embasou esta pesquisa.

A vivência laboral e acadêmica, no setor administrativo, empresarial e escolar, favoreceu a investigação. A atividade profissional iniciada aos 16 anos, concomitante aos cursos de formação técnica de nível médio (secretariado e processamento de dados), propiciaram o diálogo com o mundo do trabalho. O ingresso na instituição técnica CEETEPS em 2002 como docente da área de Letras na Educação Básica e como parte da equipe gestora, na função de coordenadora pedagógica, de curso e orientação educacional, auxiliaram na compreensão da relação entre trabalho e educação, na análise da proposta curricular e no diálogo com o contexto social dos discentes.

O período de estudo e investigação no Mestrado Profissional foi realizado de forma paralela ao trabalho docente da mestranda. Os primeiros encontros

foram presenciais, porém durante a pandemia do coronavírus (Covid-19), com início em março de 2020, o curso passou a ser remoto até o final de dezembro de 2021.

Já o trabalho docente na Educação Básica permaneceu totalmente remoto entre os meses de março de 2020 a julho de 2021, retornando ao atendimento presencial parcialmente, com acúmulo remoto/presencial até dezembro de 2021, período que alguns discentes frequentavam a unidade, respeitando a rotatividade das turmas (um dia frequentavam os números pares da lista de chamada, e no outro os números ímpares), ou ainda ocorreram divisões por cidade, considerando que boa parte reside na região e precisa se deslocar para chegar à unidade de ensino.

Após um ano e meio de estudo foi concedido um afastamento parcial no trabalho, durante o segundo semestre de 2021. Ressalta-se que durante o período da pandemia não foi disponibilizado o acesso aos documentos oficiais, devido às restrições sanitárias, fator que dificultou a elaboração do Produto Educacional e o trabalho com os discentes. Em 2022 não foi concedido afastamento. Vale ressaltar ainda que a pesquisa foi desenvolvida sem nenhum tipo de auxílio financeiro ou financiamento (bolsa de estudo).

Sem acesso aos documentos e às atividades com os discentes em 2020 e 2021, a dedicação foi voltada para a apropriação dos conceitos, leitura e construção de referencial teórico sobre o tema. Anterior à execução do Produto Educacional foi necessário estabelecer os caminhos para o contato com o que já havia sido produzido na área sobre a temática. A partir de 2022, o contato se estabilizou gradativamente, propiciando a atividade educacional e envolvendo o Centro de Memória.

## **1.1 O que dizem as pesquisas sobre o tema**

Conhecer o que já foi pesquisado e construído viabiliza o estudo científico vigente, dessa forma, é indispensável a seleção em bases de referência, como: a pesquisa em catálogos, periódicos, além de eventos promovidos por instituições

públicas e privadas, que se utilizam dos diversos meios de comunicação e suas tecnologias. Com essa proposição, o trecho a seguir destaca a importância do “estado da arte”:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

A participação no grupo de estudo e pesquisa HISTEDNOPR, GT do HISTEDBR, auxiliou no entendimento que concerne à História da Educação como campo disciplinar, da temática predominante das instituições escolares e a proposta educacional em cada contexto, com a indicação da investigação do patrimônio material e imaterial.

Durante o levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), constatou-se o número escasso de pesquisas sobre a temática e o recorte temporal proposto, fato que intensifica a necessidade de ampliar o debate. A delimitação de palavras-chave equivalentes à “educação profissional” e “trabalho e educação” auxiliou na busca de estudos voltados para a Educação Profissional, e a similaridade de instituições de ensino que passaram pelo mesmo processo de adequação também contribuíram na compreensão e inserção da instituição em um contexto nacional.

A outra etapa foi centrada na busca de pesquisadores que publicaram em revistas científicas. O número de artigos sobre a temática é amplo, evidenciado de forma destacada em periódicos como a *Revista Brasileira de Educação*, *Revista Histedbr On-line*, *Trabalho Necessário*, *Revista Brasileira de História*, nos eventos promovidos pela Associação Nacional de História (ANPUH), na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre outros.

O levantamento quantitativo sobre a falta de estudos sistematizados referentes à Educação Profissional na região consta em Landi e Ruckstadter

(2020). A primeira ação foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, em que nele se comprova a assertiva de Maria Ciavatta (2019) sobre a escassez de trabalhos sobre a História da Educação e a relação trabalho-educação – fato que justifica a implantação do Centro de Memória sobre a instituição profissional pública. O levantamento proposto pode subsidiar futuras pesquisas sobre a História da instituição a partir do acervo, bem como possibilitar o desenvolvimento de práticas docentes sobre a História da escola, de modo específico, além da História da educação profissional, de modo mais amplo.

Para entendimento das definições e conceitos, a pesquisa que subsidiou a construção de um Centro de Memória Virtual passou por duas etapas: a primeira relacionada ao estudo da educação profissional no país; e a segunda, uma aproximação da História da instituição inserida nesse contexto mais amplo. Não se trata de uma pesquisa que pretendeu reconstruir historicamente a instituição, mas trazer de forma ordenada cronologicamente a nomenclatura que a escola assumiu ao longo de sua existência, e que se articula com as mudanças nas políticas educacionais para a educação profissional no país.

As palavras-chave descritas a seguir ilustram o trajeto e o resultado dos levantamentos realizados: Educação Profissional (3.932), História da Educação Profissional (61), qualificação profissional (1.793), ensino de ofício (1), escola profissionalizante (64), ensino industrial (53).

Em outro levantamento efetuado no mesmo período e catálogo foram encontradas 32 publicações que destacavam a nomenclatura padrão em diversas escolas técnicas estaduais. As palavras-chave escolhidas foram: Escola Artesanal (1), Escola industrial (21), Ginásio Industrial (7), Centro Estadual Interescolar (0), Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau (3), ETESG (Escola Técnica Estadual de Segundo Grau) (0). A partir de 1994, com a administração do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), a unidade escolar passou a ser denominada Escola Técnica Estadual (ETE), posteriormente, a sigla utilizada passou a ser ETEC (LANDI; RUCKSTADTER, 2020, p. 180-182).

A busca por estudos similares possibilitou o entendimento sobre o tema. Dentre as obras localizadas, a tese de doutorado de Maria Teresa Gabin Machado (2014) apresenta a História da Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado (Etec), intitulada “O ensino profissional estadual paulista

dos anos de 1940 a 1970: trajetória na cidade de Orlandia”. A instituição, em alguns aspectos, coincide com a unidade de ensino analisada. Foi a única tese encontrada.

Durante a pesquisa foram encontradas duas dissertações que tiveram como objeto de estudo a Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho (Etec), na ocasião era denominada ETE. A primeira é a dissertação de Beatriz Galvanin (2007), antiga professora da instituição referida, cujo texto intitula-se “Reflexos das Reformas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: análise documental em uma escola do CEETEPS”. Em suas considerações a pesquisadora de políticas públicas na administração da educação brasileira apresenta e analisa diversas leis que impactaram a unidade de ensino. A dissertação foi selecionada, especialmente, pela composição do estado de conhecimento sobre as políticas educacionais do ensino técnico, e por considerar a visão micro (unidade de ensino de Ipaussu/SP), meso (nacional / legislação documental) e macro (influência global), além de enfatizar a precarização da formação acadêmica dos filhos da classe trabalhadora.

O levantamento bibliográfico e leituras complementares reforçaram a análise de Ciavatta (2005, p. 14) sobre a importância da formação integrada e completa por meio do “resgate da escola como lugar de memória”, fator que impulsionou a busca pela identidade escolar e a criação de um Centro de Memória Virtual.

## **1.2 Relação Trabalho e Educação: uma questão de método**

Por meio das relações sociais específicas de cada comunidade é possível traçar um panorama da historicidade que desvenda ações políticas que impactam diretamente os rumos da sociedade macro, meso e micro. Sob este olhar será observada a relação entre o trabalho e a educação, mediante o aporte teórico descrito por Saviani (2007), Ciavatta (2019) Manacorda (2019), Frigotto (2006), Nosella e Buffa (2005), na perspectiva histórica e hegemônica do Ensino Profissional.

Este tópico tem a finalidade de trazer as considerações dessa perspectiva para, posteriormente, nas demais seções considerar o contexto local. A partir da construção do Produto Educacional, Centro de Memória Etec Ipaussu/SP, intenciona-se a apreensão do período e não apenas uma visão memorialista sobre o tema.

A escola inicialmente foi considerada um lugar de ócio, criada para aqueles que tinham o tempo livre. Entende-se que ela nunca foi pensada para a classe trabalhadora.

Escola, em grego, significa “o lugar do ócio”. O tempo destinado ao ócio. Aqueles que dispunham de lazer, que não precisavam trabalhar para sobreviver, tinham que ocupar o tempo livre, e essa ocupação do ócio era traduzida pela expressão escola (SAVIANI, 2011, p. 81).

Com o passar dos anos e as transformações da sociedade, esse pensamento se modificou. Considera-se que a formação do homem é um processo educativo, e entende-se que a relação social dos indivíduos ocorre de forma a cooperar com o processo de aprendizagem baseado na experiência.

As considerações de Saviani (2007a) promovem o início da discussão sobre a produção e a formação do homem:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007a, p. 154).

De acordo com Saviani (2008), a educação deve possibilitar ao homem um pensamento livre, democrático, cidadão e autônomo, assim, cabe à escola um saber científico e não um saber metódico, que reproduz e ensina a reproduzir.

A formação do homem pautada no processo produtivo traz considerações de Ciavatta (2019, p. 18): “Trabalho-Educação, expressos na educação artesanal, profissional, técnica e tecnológica não se esgotam no senso comum descritivo,

nem nos argumentos empresariais, viabilizados pelas burocracias governamentais”. Essa ligação pode ser analisada com diversos enfoques, como apresentado em outro texto de Eunice Trein e Maria Ciavatta (2003), indicando alguns prismas dessa discussão.

- a) **Trabalho e educação** – teoria e história: o trabalho como princípio educativo; a evolução histórica do conceito de trabalho; a relação trabalho e educação e sua reconstrução histórica.
- b) **Trabalho e educação básica**: o trabalho e a continuidade / descontinuidade da escolarização do trabalhador; o mundo do trabalho, a escola e a formação científico-tecnológica do trabalhador.
- c) **Profissionalização e trabalho**: a análise histórica das políticas de profissionalização definidas pelo Estado; trabalho, conhecimento e cidadania para a emancipação do trabalhador.
- d) **Educação do trabalhador nas relações sociais de produção**: reestruturação produtiva, apropriação do conhecimento nos processos produtivos; a organização da produção e suas propostas pedagógicas; a escola, o trabalho, a sociedade e a construção da hegemonia.
- e) **Trabalho e educação nos movimentos sociais**: a construção de identidades de diferentes categorias de trabalhadores; demandas de conhecimentos científico-tecnológicos dos movimentos sociais com base na produção; a ação pedagógica nas formas cooperativistas de organização dos trabalhadores (TREIN; CIAVATTA, 2003, p.145, **grifo nosso**).

Para a compreensão histórica da relação entre trabalho e educação se observa o cenário político internacional e nacional que torna visível a intencionalidade das políticas públicas educacionais em cada contexto.

Há evidências de que as políticas públicas promovam uma dualidade educacional, desta forma, se estabelece diferenças ao ensinar as ciências, a cultura erudita e o teórico-prático aos filhos da elite. Esse aspecto se agrava ao considerar aqueles que servem e aqueles que são servidos. Para Saviani (2011, p. 26), “[...] o controle da terra tornou possível aos proprietários viver do trabalho dos não-proprietários que passaram a ter a obrigação de manterem-se a si mesmos ao dono da terra”. Encontra-se nesse trecho o conformismo da condição de servir e ser servido, no contexto educacional o ensino para os que comandam passou a ser diferente daquele destinado para os comandados da classe trabalhadora.

A realidade apontada não ocorreu somente no Brasil. No cenário internacional se apresenta o italiano Antonio Gramsci (1891-1937), ativista

político, jornalista e um dos fundadores do Partido Comunista na Itália, que revela o combate à hegemonia por meio do princípio educativo. Observa-se que a partir de seu contato com o filósofo e político Benedetto Croce (1866-1952), durante o estudo universitário em Turim, as leituras dos conceitos marxistas e leninistas propiciaram seu o engajamento com as causas sociais, que se intensificou na época contra o fascismo de Benito Mussolini (1883-1945). A importante contribuição está no *Cadernos do Cárcere*, obra que trata do pensamento de Marx (MANACORDA, 2019, p. 21-27).

Ao pensar no método para compreender a relação trabalho e educação, destacam-se Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), críticos do sistema capitalista que propuseram o pensamento sobre a sociedade e a realidade dos trabalhadores das indústrias no século XIX e desenvolveram a teoria do materialismo histórico-dialético. Entende-se que o termo “materialismo” é pertinente à condição material do ser humano, já o termo “histórico” se refere ao ser humano durante sua existência e sua condição, enquanto a “dialética” sugere estabelecer a verdade por meio de argumentos fundamentados. As considerações de Lombardi (2011, p. 348) deixam claro que “Marx e Engels não se preocuparam em analisar especificamente a educação ou o ensino, e muito menos em discutir ou propor uma teoria pedagógica”. Segundo o pesquisador, deve-se considerar o conjunto da obra, conforme segue:

As observações sobre a educação, o ensino e a qualificação profissional encontram-se esparsas no conjunto da obra, geralmente aparecem mescladas às críticas das teorizações e práticas burguesas, como a crítica da economia política e, antes dela, a da filosofia alemã e as das várias matizes do movimento socialista de então (LOMBARDI, 2011, p. 348).

Portanto, o materialismo histórico-dialético pensado dentro da obra *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007) defende que o homem precisa de condições mínimas de subsistência, ou seja, ao produzir para atender suas necessidades fisiológicas básicas, participa-se do processo de trabalho, produzindo sua vida material. Essa produção norteia o rumo da sociedade, pois caracteriza a produção cultural da sociedade.

O trabalho material resulta em mercadorias e promove a relação entre

produção e consumo. Ao analisar a natureza do trabalho educativo a partir de Saviani (2011), Ruckstadter, Oliveira e Ruckstadter (2020) afirmam que o trabalho imaterial estabelece a natureza educativa nas relações humanas: “[...] a educação é o ato de produzir em cada indivíduo da espécie humana, de modo direto e intencional, a humanidade que os homens produzem coletivamente” (RUCKSTADTER, OLIVEIRA, RUCKSTADTER, 2020, p. 8).

No mesmo segmento, o pesquisador contemporâneo José Claudinei Lombardi (2011) contribui com a discussão sobre os rumos da educação voltada para os filhos da classe subalterna, e destaca-se na defesa de que a formação humanizada frente à necessidade da formação técnica não deve ser ignorada. Na sequência consta uma de suas considerações:

Marx e Engels insistiram, em praticamente todas as obras, quanto à necessária articulação entre trabalho produtivo e formação intelectual, entendendo que esta relação deveria ser aberta a todos os educandos, e não somente aos filhos dos trabalhadores. Não se tratava de um mero ensino técnico, da aprendizagem de um ofício, mas de uma concepção de educação fundada na articulação entre o ensino com o trabalho produtivo pago (LOMBARDI, 2011, p. 353).

Vázquez (2007) defende que o materialismo histórico-dialético é uma concepção que envolve a interpretação e a ação. Para ele, a práxis, ou a prática pensada, pode mudar a sociedade ao apontar as contradições em relação ao modo de dominação e produção capitalista. Quando o indivíduo compreende a sua realidade, ele pode intervir, isto é, caminhar na direção para mudar a sua condição de dominado.

A proposta da criação de uma escola unitária e igualitária para todos combateria os desmandos da estrutura política. Essa indicação procede uma visão marxista que discute o trabalho e suas relações sociais e técnicas e o valor de uso para benefício geral, para que todos tenham o necessário para a subsistência (MARX, 1988).

O ideário é pensar na proposta pedagógica com um caráter formativo humanizado, sem a divisão imposta pelo sistema capitalista de dominantes e dominados. Trata-se de lutar por uma relação escola-sociedade diferente para o futuro. Pela mediação do trabalho produtivo buscar fundamentos científicos, tecnológicos condizentes com nosso tempo, não só produtivo, mas compartilhado

para o benefício do comunitário. Uma atividade pautada na cooperação, na humanização do sujeito, no acesso para todos das riquezas produzidas coletivamente. Essas reflexões aparecem na obra *Escola e Democracia* de Saviani (2008), que desaprova as pedagogias não críticas reguladoras da concepção de mundo liberal, além de destacar a problemática do sistema capitalista e os conflitos sociais, bem como uma proposta para superar o reprodutivismo.

Em uma perspectiva crítica emancipatória na formação humana situa-se, então, a Pedagogia Histórico-Crítica, que tem sua base em Marx e dialoga com Gramsci. Aspira-se que o aluno tenha acesso à informação e ao conhecimento científico, que possibilita a compreensão da realidade no seu movimento, além de suas contradições, para que sua formação seja na totalidade, com o saber elaborado na ciência.

Para isso é necessário um projeto histórico de superação, de maneira a organizar a existência e desenvolver a prática, no sentido contra-hegemônico, vinculado às teorias educacionais pedagógicas, e um entendimento pautado no materialismo histórico-dialético, marxismo. A compreensão das leis da natureza, leis de produção de relações sociais concretas, se assimiladas, auxiliam na defesa dos interesses fundamentais da classe trabalhadora (SAVIANI, 2008).

As ponderações acima convergem ao contexto educacional brasileiro e local, pois se compreende a proposta de uma formação de base técnica para atender ao mercado de trabalho no sistema econômico capitalista, tendo em vista o fornecimento de mão de obra qualificada.

O entendimento sobre o “trabalho” vir antes da “educação” e a falta de equilíbrio entre a capacidade do trabalho manual e intelectual limitam o trabalhador a uma pedagogia reprodutivista.

Com a industrialização no país no período da Revolução Industrial no Brasil, na década de 1930 do século XX, e a crescente demanda de mão de obra qualificada para atender as atividades setorializadas, as escolas sofreram diversas adequações. Com a expansão da Educação Profissional, há o estímulo para o ensino acelerado, especializado, criado para atender o mundo do trabalho.

Diante de todas as ponderações da relação trabalho e educação, pode-se dizer que não há preocupação em estimular o seguimento dos estudos para o

nível superior, para os trabalhadores, pois foi crescente a alteração na grade curricular e o esvaziamento de disciplinas científicas que promoveriam o debate e o posicionamento político do cidadão. Acentua-se a cada ano um novo perfil para a formação profissional.

Na atualidade surgem cursos nas escolas profissionais que se afastam da formação do chão da fábrica para formar a elite tecnológica do país, jovens inseridos em um mundo virtual e altamente informatizado ao qual muitos adultos não têm acesso (BATISTA, 2021, p. 68).

Portanto, é válido pensar nas questões ontológicas que trazem o trabalho e a educação comum a todos os homens. Pode-se ponderar que o trabalho precisa da educação e a educação precisa do trabalho. Não há a pretensão de transformar a escola para transformar a sociedade e nem mesmo o inverso, pois se entende que elas são construídas em conjunto.

Defende-se com essas proposições a coexistência de uma educação propedêutica, humanizada, e ao mesmo tempo tecnológica para que todos os cidadãos sejam favorecidos e tenham as mesmas condições de escolha a partir do conhecimento científico e cultural, para que todas as descobertas sejam favoráveis à humanidade e não a um grupo seletivo preocupado com o enriquecimento individual.

Os cenários liberal e neoliberal contribuíram para a concepção pedagógica produtivista, conforme afirma Frigotto (2006, p. 1136).

A profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional, por outro lado, efetivou-se dentro da perspectiva de adestrar para o mercado. A pedagogia do Sistema S, em especial do SENAI, como pedagogia do capital, foi incorporada como política dos governos militares para o campo da educação.

As considerações de Arroyo (2011) evidenciam o esvaziamento das disciplinas científicas do currículo profissional escolar para a classe trabalhadora. Essa problemática deve ser considerada ao projetar os rumos da Educação Profissional, conforme segue:

Um currículo onde apenas o necessário está previsto, sistematizado, inquestionável, a ser ensinado e aprendido como um ritual-percurso-passagem sagrados para uma economia-nação fortes será um currículo e uma docência sem liberdade, sem possibilidade de ousadias criativas (ARROYO, 2011, p. 50-51).

O trabalho produtivo e a educação se modificaram com o capitalismo, pois este passou a determinar as regras sobre valores, ideais, teorias, símbolos e instituições. A escola passou a ser um espaço de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias que justificam o novo modo de produção (FRIGOTTO, 2015).

O que se observa é a proposta educacional do Estado em ações que mantém a divisão de classes dentro das escolas públicas, oferecendo um ensino limitador para o filho da classe trabalhadora. Seu posicionamento deveria ser imparcial aos interesses burgueses. Para Lombardi (2011, p. 358):

A educação proposta, longe de orientar uns para uma profissão e outros para outra, deveria se destinar a todas as crianças e jovens, indistintamente, possibilitando tanto o conhecimento da totalidade das ciências, como das capacidades práticas em todas as atividades produtivas.

Essas colocações ampliam o debate sobre a luta de classes que se intensificou dentro do capitalismo, visto que o trabalho é utilizado como instrumento de alienação imposto às classes subalternas.

Da mesma maneira, Paolo Nosella (2010) dialoga sobre o trabalho formativo-cultural. Contudo, reconhece-se que a conciliação entre a formação humanística e a formação para o trabalho ainda é um desafio no ensino profissional, necessitando de pesquisas.

Portanto, esta análise não tem a pretensão de esgotar os diversos aspectos que o tema possibilita, mas proporcionar um entendimento da relação do trabalho com a educação profissional, tendo em vista que a escola técnica mencionada nesta dissertação seguiu as demandas do mercado de trabalho impulsionado pelo capitalismo.

Ao considerar os diversos contextos históricos na dialética da trajetória das instituições escolares e das políticas educacionais específicas sobre a Educação Profissional, pensar sobre o processo educativo oportuniza a discussão, conforme

segue:

É preciso atentar para o fato de que a instituição escolar exerce apenas uma parcela das práticas educativas que cada sociedade desenvolve. E, só se justifica o estudo histórico do objeto singular, no caso, a história das instituições escolares, se tais esforços trouxerem mais luzes para compreendermos o fenômeno educativo geral de uma sociedade historicamente determinada. Se assim não for, estudaremos o arbusto sem conseguir enxergar a floresta (SANFELICE, 2008, p. 16).

O entendimento do fenômeno educacional dentro do contexto histórico gera condições de uma análise fidedigna sobre a intencionalidade dos governantes, a função da escola técnica e o impacto na sociedade.

### **1.3 Itinerário do relatório de pesquisa**

Esta dissertação foi organizada em 3 seções, além da introdução. No primeiro momento apresenta o Estado da Arte e o caminho percorrido para a compreensão da temática que envolve a educação profissional. Pesquisadores como Saviani (2008), Ciavatta (2019), Frigotto (2006), Lombardi (2011), entre outros, reforçam a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto e o estudo das diversas possibilidades de análise. Após a referida observação, apresenta uma das possibilidades de verificação: a relação entre o trabalho e a educação. A questão do método discute a intencionalidade da educação profissional e a condução do ensino de nível técnico para a manutenção do sistema capitalista, limitadora para os filhos da classe trabalhadora, um balanço pautado no contexto histórico internacional e nacional.

A primeira seção, intitulada “História da Educação Profissional no Brasil”, traz a História da Educação Profissional no país. Apesar de o recorte da pesquisa abranger os anos entre 1955 e 1994, para compreensão plena ocorre um recuo até a Primeira República e as reformas que antecedem os anos de 1950 e que impactaram o modelo de educação profissional no país, sobretudo a partir da Era Vargas (1930-1945). Também aborda a concepção de educação, as relações entre trabalho e educação e por que elas são importantes para o entendimento

deste trabalho.

Na segunda seção, “Da Escola Artesanal à Escola Técnica Estadual: Contextualização da Instituição Escolar”, foram analisadas a unidade escolar em seu contexto municipal e as atas de incineração para debater a importância da preservação documental nas instituições escolares. O objetivo é apresentar a História da unidade de ensino de forma descritiva e cronológica a partir dos documentos levantados. Trata-se, nesse primeiro momento, de ordenar, organizar e disponibilizar essas informações no Centro de Memória Virtual, para que, em trabalhos futuros, seja possível realizar a reconstrução histórica da instituição e análises históricas a partir dos documentos levantados e disponibilizados.

Na última seção, “Implantação do Centro de Memória Virtual”, é apresentado o Produto Educacional elaborado nesta pesquisa: o Centro de Memória Virtual da Etec de Ipaussu. Nela, além do resultado do levantamento iconográfico e documental realizado na unidade de ensino, sobretudo no arquivo permanente escolar e na rede social, é apresentada uma discussão sobre a importância da História das instituições escolares, o lugar dos arquivos escolares e Centros de Memória na preservação de parte dessa História. Essas fontes foram localizadas e organizadas para que possam ser amplamente acessadas por todos os interessados. Por fim, a exposição é apresentada de forma descritiva como sugestão e possibilidade de prática docente, envolvendo alunos da unidade, a fim de divulgar os resultados da pesquisa.

No endereço eletrônico do Centro de Memória Virtual da Etec Ipaussu foi criada uma aba para a construção da trajetória da unidade escolar no seu período contemporâneo, considera-se que as informações serão alimentadas de forma contínua e mantida por toda a comunidade escolar. Enfatiza-se que a proposta para a composição do endereço eletrônico, Centro de Memória Virtual da Etec Ipaussu, está sujeito a modificações constantes, pois a sociedade em geral poderá contribuir a qualquer momento em atividades organizadas pelo próprio centro. Por meio de convite aberto às comunidades interna e externa, para que contribuam com a formação do acervo virtual, pretende-se que o resultado seja um incentivo às novas gerações, que elas possam contar a trajetória da unidade de ensino local.

## 2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Esta seção se propõe a apresentar o surgimento da Educação Profissional no contexto brasileiro a partir da Primeira República (1889-1930). A discussão das políticas educacionais que passam a vigorar a partir desse momento estenderam e intensificaram a dualidade educacional, que teve forte influência do pragmatismo de John Dewey (1859-1952). Essa corrente, que inspirou o movimento escolanovista, apresentou a educação pela ação e passou a defender o ato de “aprender fazendo”, aprender na escola, vivenciar experiências que podem ser aplicadas na vida cotidiana, conforme descrito abaixo:

A escola deve assumir a feição de uma comunidade em miniatura, ensinando situações de comunicação de umas a outras pessoas, de cooperação entre elas, e ainda, estar conectada com a vida social em geral, com o trabalho de todas as demais instituições: a família, os centros de recreação e trabalho, as organizações da vida cívica, religiosa, econômica, política (DEWEY, 1967, p. 8).

Trata-se de uma proposta liberal, já trazida por Rui Barbosa (1849-1923) e seus embates frente a um ensino que deveria ser democrático desde o final do Império Brasileiro (1822-1889). Os argumentos apresentados em seu relatório atestavam o descaso com a instrução pública na segunda metade do século XIX. É nesse cenário que se iniciou o debate sobre “[...] o ensino industrial, Rui Barbosa justifica que tal instrução, preparando o indivíduo para o trabalho, traria, também a ele, benefícios individuais” (BOTO, 1999, p. 259).

Sendo defensor do liberalismo, ele defendia que não havia liberdade sem ensino e que a instrução popular era um dos deveres do Estado, conforme segue:

A escola brasileira do XIX parecia sequer desejar desenvolver a capacidade de crítica pelo exercício sistemático do pensamento cuidadosamente ancorado no recurso ao legado de uma cultura letrada, posta como universal. Pelo contrário, aquela escola, restrita a tão poucos, carecia da lucidez para o ofício de preparar homens para a vida social, em toda dinâmica e viço peculiares a esta. Homens sem perspicácia, incapazes de pensar. Esse seria o produto de uma instrução opaca, fator de descrédito do país perante o mundo. Assim julgava Rui Barbosa (BOTO, 1999, p. 261).

A indicação do descaso das autoridades com a educação denota a falta de apoio e de políticas públicas que favorecessem o desenvolvimento do sistema educativo de forma igualitária. Os apontamentos de Sander (2007) reforçam que não existia muitas instituições escolares e científicas:

Durante o Império e a Primeira República, a avaliação histórica não registra a existência de uma infraestrutura organizacional e administrativa do Estado brasileiro preparada para atender às exigências mínimas das poucas instituições educacionais para a elite governante da época e, muito menos, para planejar e dirigir as escolas destinadas à educação popular. Esses fatos explicam porque antes de 1930 existia pouca pesquisa e reduzida sistematização do conhecimento no campo da administração do ensino no Brasil (SANDER, 2007, p. 424).

Com essas considerações fica evidente que a educação para as classes populares foram as últimas a conceber uma administração estruturada. Drabach e Mousquer (2009) relatam que o material encontrado anteriormente ao ano de 1930 era composto por relatórios e registros legalistas.

Os registros posteriores a esse período reforçaram o debate sobre trabalho e educação como meio de manutenção das elites:

O campo da administração escolar constitui-se a partir de uma demanda da própria sociedade, quando o capitalismo industrial lança suas bases e impõe a necessidade de formação de mão-de-obra, constituindo-se o processo educativo escolar como espaço para o atendimento desta necessidade (DRABACH; MOUSQUER, 2009, p. 282).

Nesse sentido, considerando as demandas da sociedade, cria-se a expectativa de uma qualidade educacional que passa a ser mascarada, pois os educandos das classes menos favorecidas estão sujeitos a uma grade curricular restrita ao trabalho reprodutivista pautado no industrialismo que modela a sociedade. O uso da escola para preparo imediatista de vida reforça a hegemonia.

A tese de doutorado de Marcelo Rodrigues Conceição (2010) revisa o modo como foi produzida a historiografia do ensino profissional paulista, o ensino do ofício e os primórdios da industrialização no Estado. Essa discussão trata do desenvolvimento do regime político e a sua influência no campo educacional. Seus

resultados apontam o início da Educação Profissional, conforme segue:

[...] uma das principais iniciativas no âmbito do Ensino Profissional paulista, o Liceu de Artes e Ofícios iniciou suas atividades nos anos de 1880. Nos anos de 1940 este ramo de ensino passou a contar com uma legislação específica (leis orgânicas para os ramos da indústria, do comércio e da agricultura) (CONCEIÇÃO, 2010, p. 10).

Os primeiros anos da Primeira República evidenciam as mudanças socioeconômicas, após o fim da escravatura, da aceleração da industrialização e urbanização, mencionam-se a importância desse período para a compreensão da proposta educacional (MANFREDI, 2017).

Em 1906, no Brasil, o ensino técnico, por meio do Decreto nº 787 de 11 de setembro, criou quatro escolas profissionais na unidade federativa. Destaca-se o fortalecimento do ensino técnico-industrial. A atividade passou a se expandir nos períodos subsequentes:

\*Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.

\*A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

\*Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: **“A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”** (BRASIL, MEC, 2009, p. 2, grifos nossos).

Esse avanço ocorreu oficialmente com o presidente Nilo Peçanha (1867-1924) após a assinatura do Decreto-Lei nº 7.566/1909, em 23 de setembro. Nesse âmbito, mencionam-se as 19 “Escolas de Aprendizes e Artífices”, criadas em diferentes unidades da federação, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (BRASIL, MEC, 2009).

Essa ação conferiu a Nilo Peçanha o título de Patrono da Educação Profissional Brasileira em 2011. A proposição refletiu diretamente nas leis educacionais impostas no Brasil, e a Primeira República mantinha o pensamento liberal. A Constituinte de 1923:

[...] previa o estabelecimento de escolas primárias em cada termo, ginásios em cada paróquia e universidades nos mais apropriados lugares. Quanto à Constituição aprovada em 24 cujos dispositivos acerca da instrução limitavam-se à garantia da gratuidade e ao ensino de elementos de ciências e belas-arts em colégios e universidades, ambos representavam um ideário transplantado com vista à configuração de um novo modelo jurídico e político da sociedade (BOTO, 1999, p. 254).

Alguns anos posteriores à Constituição de 1924, elabora-se o Decreto nº 5.241/1927, que obriga a inclusão do ensino profissional nas escolas primárias mantidas pela União, o presidente do Brasil era Washington Luís Pereira de Souza (1869-1957). O Decreto fortaleceu a expansão no país. Conforme enfatizado no portal do Ministério da Educação: “Decreto nº 5.241, de 27 de agosto de 1927, definiu que o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União” (BRASIL, 1927).

Na década de 1930 do século XX ocorreu um aumento na industrialização no Brasil. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, que constituiu a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, responsável pelas Escolas de Aprendizes Artífices. Em 1934, a Inspetoria se tornou Superintendência do Ensino Profissional. Nesse período, o Sistema Educacional e a Educação Profissional se expandiram para os setores populares urbanos, que transformariam trabalhadores em assalariados (MANFREDI, 2017).

Em 1931, ocorreu a “Reforma Francisco Campos”, enfatizando “a educação integral e a cultura disciplinar, que concorriam para a produção de um *habitus* burguês nos alunos de ensino secundário”. Sua intenção era a reestruturação do ensino secundário para ajustar à modernização nacional (DALLABRIDA, 2009, p. 190).

A educação tecnológica do governo de Getúlio Vargas (1882-1954) impôs um ensino profissionalizante não articulado com o secundário, ou seja, quem o cursasse não poderia usar como base de entrada nas universidades, pois não era

interesse da classe dominante esse acesso. Assim, com esse cenário, segmentava-se a divisão de classes. Ficava cada vez mais evidente a importância dispensada à formação focada na base técnica, ato que se distanciava da ciência, aumentando ainda mais a dualidade educacional, sendo uma escola para a classe proletária e outra para a elite.

Diante deste contexto, o discurso dos principais intelectuais brasileiros, defensores da Escola Nova, pautava-se na necessidade de maior cientificidade no campo educacional acompanhado da ampliação da oferta educacional. Data deste período, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que mencionava, dentre outras questões, a falta de “espírito filosófico e científico na resolução dos problemas da administração escolar” como principal responsável pela “desorganização do aparelho escolar”. Este reconhecimento reflete o momento histórico em que se fomentavam as bases para o surgimento dos primeiros escritos teóricos sobre a temática da Administração Escolar (DRABACH; MOUSQUER, 2009, p. 260).

A Constituição Brasileira, sob a gestão do presidente Getúlio Vargas no ano de 1937 implantou um novo regime político denominado “Estado Novo”, de forma ditatorial. A regulamentação foi a primeira a tratar do ensino técnico, profissional e industrial, destinado às classes menos favorecidas, especialmente, aos filhos dos operários. O incentivo à indústria nacional intensificou e o governo Vargas passou a subsidiar a iniciativa pública e particular. Nesse período, as “Escolas de Aprendizes e Artífices” se transformaram em “Liceus Profissionais”, conforme segue:

A Constituição Federal promulgada pelo Governo Getúlio Vargas tratou da educação profissional e industrial em seu Art. 129. Enfatizou o dever de Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União em liceus industriais e instituiu novos liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus (Art. 37)” (BRASIL, s/d).

Com o início da industrialização no país ocorreu a institucionalização de escolas superiores para a formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo. A instrução do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

em 1940 era para a instalação de estabelecimentos de ensino próximos às empresas, sendo este um aspecto que visava incentivar a capacitação laboral.

As indústrias e sindicatos deveriam abrir escolas profissionalizantes, exclusivas para seus aprendizes – filhos de funcionários – enquanto o Estado ocupar-se-ia com a educação profissionalizante dos demais jovens das classes proletárias, sem ligação com aquelas instituições. Assim, em 1940, foi promulgado o Decreto lei nº 6.029 de 26 de julho, em que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio estabelecia que os cursos de formação profissional deveriam ser instalados nas próprias empresas ou nas proximidades destas, podendo ser comuns para operários de várias indústrias (BATISTA, 2021, p. 67).

De 1942 a 1946 ocorreu a “Reforma Capanema”. Com ela, o ensino profissional passou a ser de nível médio, para conseguir o acesso nas escolas industriais era necessária a aprovação no exame admissional. Com o Decreto nº 4.127/1942, de 25 de fevereiro, “Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passam a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário”. A constituição de cursos foi dividida em dois níveis, compreendendo várias especialidades. Os estudantes do curso profissionalizante poderiam prestar um exame de adaptação, se demonstrassem domínio das ciências, das humanidades e das letras, possibilitando, desta forma, a continuidade aos estudos (BRASIL, 2009, p. 4).

A presença da iniciativa privada nas questões educacionais públicas interferia diretamente na formulação de leis. O interesse empresarial, contudo, não agradava a todos. Sobre isso, Batista (2021, p. 67) afirma:

Capanema defendia veementemente que o Ministério da Educação deveria ser o único responsável pela implantação de cursos no país, sem a interferência da indústria. Porém, a presença do empresariado já era constante e se fazia presente nos assuntos educacionais.

Destaca-se nesse período o surgimento do Sistema “S”, iniciado no Governo de Getúlio Vargas com o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) em 1942: “O Senai deveria organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários, bem como ministrar ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à

aprendizagem” (FRANÇA; SCHIEDECK, 2021, p. 90). Continuou no Governo de José Linhares (1886-1957), com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946: “Atribuição à Confederação Nacional do Comércio à organização e administração das escolas de aprendizagem comercial (cursos de iniciação, de continuação ou práticos e de especialização)” (FRANÇA; SCHIEDECK, 2021, p. 90). Trata-se de instituições privadas, espalhadas por diversos municípios, que receberiam subsídio público, e, prioritariamente, buscariam atender as demandas da industrialização. Na citação abaixo consta o detalhamento das políticas educacionais implantadas no período de 1942 e 1946:

**1942** - O Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, definiu que o ensino industrial será ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrange o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreende o ensino técnico e o ensino pedagógico.

- O Decreto-Lei nº 4.127/42, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, extinguiu os liceus industriais, transformou em escolas industriais e técnicas, as quais passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial.

- Foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942).

**1946** - O Decreto-Lei nº 9.613/46, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, tratou dos estabelecimentos de ensino agrícola federais.

- Foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, bem como a aprendizagem dos comerciários foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 8.621, do mesmo dia 10 de janeiro de 1946.

- A Constituição de 1946 definiu que “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores” (BRASIL, 1946).

A industrialização demandou a busca por mão de obra qualificada, para atender às necessidades da indústria e aos interesses do sistema capitalista. Ramos (2014) esclarece que o Estado assumiu o papel de capacitador.

Esse quadro de industrialização exigiu uma qualificação maior de

mão de obra, de modo que o ensino técnico industrial vai ganhando maior dimensão ao ponto de, em 1959, a Lei n. 3552 de 16 de fevereiro, estabelecer nova organização escolar e administrativa para estabelecimentos do ensino industrial. Ao ser regulamentado, o Decreto n. 47038 de 16 de novembro de 1959 definiu as Escolas Técnicas que comporiam a rede federal de ensino técnico, transformando-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais. Observa-se, portanto, o Estado assumindo parte da qualificação de mão de obra, de acordo com as funções adquiridas por ele no plano dos investimentos públicos estratégicos (RAMOS, 2014, p. 26).

Para regular a organização da educação brasileira foi criada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024/1961. Ocorreu uma importante mudança a partir da primeira LDB, em uma tentativa de acabar com a discussão normativa sobre a dualidade do ensino, que era escancarada legalmente.

A mudança permitiu a equivalência de cursos, concluintes dos cursos da Educação Profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, poderiam continuar os estudos no ensino superior, ou seja, com a formação no ensino técnico seria possível o acesso ao próximo nível de escolarização.

Contudo, vale lembrar que a educação propedêutica de fato preparava para o ingresso no ensino superior, e o técnico, não, sendo específico para o mundo do trabalho. Claramente, o esvaziamento das disciplinas científicas limitava o conhecimento geral exigido para o acesso – e esta realidade ainda permeia a educação.

A crítica foi em relação à atenção dada às escolas privadas, na qual o governo de João Goulart (1919-1976) proporcionava oportunidades para a obtenção de recursos públicos, conforme demonstra o Artigo 108, Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/1961: “O poder público cooperará com as empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico” (BRASIL, 1961, s.p.).

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passou a permitir que os concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior (BRASIL, 1961).

Os anos de 1967 e 1968 apresentaram mudanças pontuais, sequencialmente, “as fazendas-modelo foram transferidas do Ministério da Agricultura para o MEC e passaram a ser denominadas escolas agrícolas” e a “Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 permite oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos” (BRASIL, s/d).

A Reforma Tecnicista buscou nos Estados Unidos apoio para desenvolver as reformas de forma autoritária, vertical e domesticadora. Sua formação foi baseada em três pilares: educação e desenvolvimento (formar mão de obra para atender o mercado em expansão), educação e segurança (cidadão consciente que respeite o Estado), educação e comunidade (criação de conselhos de empresários e mestres para estabelecer uma relação entre escola e comunidade) (ARANHA, 2006).

Já nos anos seguintes, de 1971 a 1994, foram criadas e formuladas várias leis que impactaram a educação profissional em aspectos que são mantidos até a presente data.

Com a Reforma nº 5.692/1971 o ensino de “segundo grau”, ou “ensino médio”, como é referenciado atualmente, deveria direcionar o aluno a uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial). O discente ao final do curso deveria apresentar aptidões para ingressar no mundo do trabalho. A exigência do exame admissional para acesso ao ensino superior é extinta (FRANÇA; SCHIEDECK, 2021, p. 90).

A Lei Federal nº 6.297/1975, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), propôs o incentivo fiscal no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ), que passaria a ser destinado ao treinamento profissional pelas empresas (BRASIL, 1975).

Apesar de a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), sancionada pela Lei nº 6.545/1978, ser direcionada a outros Estados, esta não poderia deixar de ser mencionada devido à semelhança com o CEETEPS. França e Schiedeck (2021) mencionam que as Escolas Técnicas do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro tornaram-se CEFETs. Esse fato ocorreu durante o governo de Ernesto Geisel (1907-1996).

Os CEFETs, desde então, comandaram as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Em 1994, as escolas agrícolas

federais passaram por transformação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos. Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde (BRASIL, 2009).

Em 1982 a Lei nº 7.044/1982 reformulou a Lei nº 5.692/1971 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino médio (FRANÇA; SCHIEDECK, 2021, p. 90).

A Lei nº 7046/1982 restabeleceu a modalidade da educação geral. Segue a escola propedêutica para a elite e profissionalizante para os trabalhadores, e neste período cai a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, voltando a ser geral. Contudo, é mantido o ingresso no ensino superior nos dois níveis. Já em 1991, cria-se “O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Lei nº 8.315/91, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em formato institucional similar ao do Senai e do Senac” (BRASIL, s/d).

Outra importante mudança na Educação Profissional ocorreu com a Lei do Estágio, nº 11.788/2008, de 25 de setembro, que trata das normas para a realização de estágio como ato educativo supervisionado, e por meio da Lei 11.741, que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 “para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica” (BATISTA, 2021, p. 68).

Com os apontamentos realizados, é possível afirmar que a Educação Profissional foi utilizada para atender às necessidades laborais impostas pelo regime capitalista. As mudanças educacionais são provenientes da demanda do setor industrial e comercial.

Todas as leis mencionadas nesse histórico sobre a Educação Profissional,

além de evidenciar a preparação da mão de obra para o mercado de trabalho, revelam as normas administrativas para toda a equipe escolar.

A concepção dessa produtividade é notória e se intensifica a cada ano. Drabach e Mousquer (2009) apresentam essa tendência principalmente nas instituições públicas direcionadas ao ensino técnico e tecnológico. Seu respaldo ocorre na Teoria Administrativa Científica e na Teoria Clássica, sequencialmente, defendida por Frederick Taylor (1856-1915) e Henry Fayol (1841-1925), e as ações são pautadas em resultados impostos ao mundo do trabalho. Essa visão mercadológica da administração como controle da atividade produtiva passa a ser implantada e adequada à realidade escolar, de forma a considerar que não se trata da execução de produtos, mas sim da condução de pessoas.

Esclarece-se que as teorias mencionadas pertencem ao universo empresarial, contudo, é preciso se atentar para o contexto dessa aplicação, que preconizava a fragmentação produtiva e a especialização em uma tarefa. Nessa condição, inicia-se a alienação do trabalho, pois não se conhece todo o processo para finalizar o produto.

É possível observar que esse sistema produtivo seriado refletiu no ensino, especialmente, na sala de aula, considerando o posicionamento dos educandos, um sujeito atrás do outro, e a fragmentação de conteúdos em disciplinas isoladas. Atualmente, pode-se dizer que a teoria “toyotista”, também de cunho empresarial, defende o trabalho em grupo, com uma visão globalizada e multifuncional nas relações comerciais (GALVANIN, 2007, p. 35-46). Esse sistema impacta novamente a educação, na relação socioemocional aplicada nas instituições escolares. A cobrança por um padrão de qualidade é evidente, ao se propor parceria entre os pares e resultados de excelência em avaliações externas, conforme observado nas instituições administradas pelo CEETEPS.

Com essa alegação, evidencia-se que o sistema capitalista segue interferindo na proposta pedagógica.

Baseada nas configurações do modelo de produção toyotista, a gestão gerencial baseia-se em práticas de avaliação a posteriori, como forma de monitoramento da organização e funcionamento interno. No caso das instituições educacionais ao invés de um controle rígido interno, como no caso da administração escolar baseada no modelo fordista, os inúmeros índices de avaliação

cumprem a função de um controle externo mascarado, justificado em função da garantia de um padrão mínimo de “qualidade”, atuando como uma estratégia de regulação do sistema de ensino (DRABACH; MOUSQUER, 2009, p. 280).

Os educadores devem apresentar um alto índice de aprovação em sua disciplina, ou ainda, os alunos devem obter menção acima da expectativa dentro das avaliações de rendimento escolar aplicada na nação e em outros meios comparativos. Essas cobranças reforçam a influência empresarial no meio escolar, e podem ser comprovadas por meio do vocabulário adotado pelas instituições educacionais voltadas para a Educação Profissional, como é o caso das unidades do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Conforme afirma a pesquisadora, após análise realizada na unidade de ensino.

No novo paradigma da gestão pública, utilizam-se termos próprios da gestão empresarial como “atenção para resultados, eficiência, eficácia, qualidade, gestão descentralizada, diminuição de custos, competitividade no setor público e privatização” (BORDA, 2010, p. 31).

Destacam-se nos níveis da administração escolar, as obrigações de cada grupo: os discentes precisam se esforçar para aprender, ou participar de “situações em que possam adquirir formas úteis de comportamento e discernimento, guiados pelos mestres”. Já os docentes, devem organizar e administrar os trabalhos de forma favorável a atender as exigências do perfil profissional do aluno ao final do curso. Ao que se refere aos diretores, devem exercer sua autoridade em cumprimento da aplicação das leis e decretos educacionais sobre a função dos docentes e cobrar a participação dos alunos e seus familiares (DRABACH; MOUSQUER, 2009).

A equipe gestora trabalha pautada em metas, espera-se que a superação seja mensal e, conseqüentemente, anual. O mesmo ocorre em diversas empresas que defendem a “meritocracia” das equipes: nessa visão, o esforço será reconhecido e bonificado.

Contudo, essa imposição não valoriza, mas sim despreza as diferentes realidades das instituições educativas, reforçando a dualidade escolar, visto que, devido a diversos fatores, tais como o regionalismo (dificuldade de acesso), a

diferença no envio de recursos financeiros destinados à manutenção predial e pessoal, o contexto social dos alunos e a formação da equipe envolvida no processo educativo nem sempre são as mesmas.

Portanto, esse comparativo se torna injusto e desigual, aumentando ainda mais a tentativa de oferecer a todo cidadão condições e oportunidades igualitárias. Para refletir esta e outras questões que envolvem a educação profissional no contexto de sua evolução no Brasil, no diálogo com a comunidade interna e externa, local e regional, de Ipaussu, propõe-se a implantação do Centro de Memória, para que a trajetória não seja ignorada ou desprezada.

### **3 DA ESCOLA ARTESANAL À ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR**

A discussão que se apresenta respeita o recorte temporal de 1955 a 1994, desde a Escola Artesanal até a Escola Técnica Estadual de Segundo Grau Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho (ETESG), tendo em vista ser a última nomenclatura anterior ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

Para entendimento desta contextualização seguimos um panorama do município, a trajetória da unidade escolar no recorte estabelecido, a supressão da memória técnica escolar, tendo em vista a incineração de documentos oficiais do período estipulado, e algumas considerações sobre o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), instituição que administra atualmente a unidade de ensino mencionada.

#### **3.1 Panorama do Município de Ipaussu/SP**

O endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Ipaussu (2022) caracteriza a cidade do Estado de São Paulo, sendo os habitantes reconhecidos como ipauçuenses. O município se estende por 209,7 km<sup>2</sup>, a densidade demográfica é de 71,4 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Vizinho dos municípios de Chavantes, Bernardino de Campos e Timburi, Ipaussu se situa a 17 km a Sul-Oeste de Santa Cruz do Rio Pardo, a maior cidade nos arredores. Situado a 573 metros de altitude, de Ipaussu têm-se as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 23° 3' 24" Sul, Longitude: 49° 37' 15" Oeste.

O município é conhecido como “A Flor do Vale”, porque os fundadores pensaram que se tratava de uma ilha, devido à abundância de águas. João dos Santos e João Corra de Miranda foram os primeiros habitantes, de acordo com o livro *Memórias de Ipaussu*. O município, antes de ser reconhecido como distrito, chamava-se Ilha Grande, conforme se observa abaixo:

Desde 1893, por força da lei estadual n. 187, ILHA GRANDE era pouco ou nada mais do que um apêndice do Município de Santa Cruz do Rio Pardo. Mesmo após a sua elevação a Distrito de Paz, em 1898, a então principiante povoação se traduzia em mero satélite orbitando em torno do município-sede (GENEROSO; MAISTRO, 2003, p. 21).

Por meio da Lei n.º 550, de 13 de agosto de 1898, tornou-se Distrito da Paz. Com a expansão a partir de 1906, sob a denominação “Ilha Grande do Paranapanema”, passou a ser reconhecida como Vila, em razão da Lei Estadual 1038, de 19 de dezembro. Contudo, após campanhas realizadas pelos moradores em 20 de setembro de 1915, a cidade se torna autônoma, por meio da Lei n.º 1465, com a denominação Ipaçu (GENEROSO; MAISTRO, 2003, p. 14).

Evidencia-se que o município teve sua nomenclatura alterada. Registros anteriores trazem a grafia “Ipaçu” que no tupi-guarani, “ypau-uçú” ou “ipaguaçu”, segundo Theodoro Sampaio (historiador do século XIX), significa “Ilha Grande”. A mudança na grafia dos registros oficiais ocorreu pelo Decreto-Lei Estadual n.º 14334, de 30 de novembro de 1944.

Por meio do transporte de café da estrada de Ferro Sorocabana Railway Company (1919), o município obteve visibilidade. A estrada de ferro atravessava as cidades de Batista Botelho, Bernardino de Campos, Luiz Pinto, Ipaussu, Chavantes, Fortuna (hoje Canitar), Ourinhos, Salto Grande e Pau d’Alho (hoje Ibirarema) (GENEROSO; MAISTRO, 2003, p. 18).

Portanto, sempre foi uma cidade de pequeno porte, localizada em uma região central da mesorregião de Assis e microrregião de Ourinhos, no Estado de São Paulo.

O primeiro censo demográfico que proporcionou um panorama da cidade de Ipaussu está descrito no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Ipaussu (2022). O documento apresenta que em 1940 a população era de 9.707 habitantes, com 504 domicílios na zona urbana, 504 suburbanos e 1.464 na zona rural. Atualmente, conta com uma população estimada de 15.165 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, código do município 3520905.

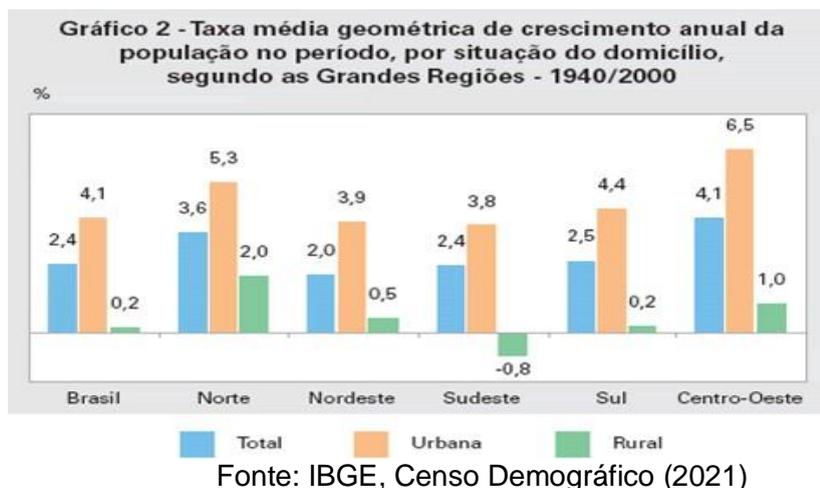
Nota-se que a concentração na zona rural se justificava devido à atividade

predominante na época.

A principal atividade estava voltada para a agricultura, pecuária e silvicultura. A riqueza econômica do município está baseada na agricultura. Dedicando-se à policultura, havia no município, em 1954, 215 propriedades rurais. Seus principais produtos em 1956 foram: café, arroz em casca, milho. Na pecuária, o município tem como principais os rebanhos suíno e bovino e a produção anual de leite avaliada em 380.000 litros (CÂMARA MUNICIPAL DE IPAUSSU, 2022).

Observa-se no gráfico elaborado pelo IBGE que a população urbana cresceu consideravelmente entre os anos de 1940 e 2000.

Quadro 1 – Crescimento urbano



Com a mudança no comportamento populacional, os produtos industriais foram ganhando espaço: a partir de 1956, tijolos, telhas e portes de cimento formaram parte da renda dos munícipes. A plantação do café, predominante até então, foi substituída pelas plantações de arroz, milho e, posteriormente, ambas foram substituídas pela cana-de-açúcar. Atualmente, o Grupo Raízen administra a produção de açúcar, etanol e bioeletricidade no município.

Outro aspecto a ser destacado no município é o turismo, que oferece: um camping com boa infraestrutura, um lago central com ilha, a Praça Dr. Raphael de Souza; festividades como o “Natal de Luzes”, festa junina, diversos campeonatos esportivos, Rodeio Indoor, Comitiva Flor do Vale, entre outros. Apesar de ser uma cidade de pequeno porte, apresenta grande trânsito de pessoas, vindas da região

para desfrutar da infraestrutura apresentada.

### 3.2 Trajetória da Unidade Escolar

Conhecer a trajetória da escola confere uma noção de pertencimento a alunos, professores, funcionários e a todos os membros da sociedade local, uma vez que “ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que para apenas rejeitá-lo” (HOBBSAWM, 1997, p. 22).

Nesta etapa será caracterizada a unidade escolar, atualmente denominada Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho (Etec), localizada na cidade de Ipaussu/SP, pertencente à região administrativa de Marília/SP. As fontes para a construção da trajetória anterior ao ano de 1994 foram escassas devido à incineração de diversos documentos, ato autorizado pelo Governo do Estado de São Paulo, baseado no Decreto 39.334/1961. Portanto serão utilizados decretos, leis e o prontuário dos discentes para descrição.

Desde sua fundação a instituição ofertou, predominantemente, a Educação Profissional Pública para seus municípios. Para sistematizar o entendimento, segue quadro com a descrição das leis e decretos que nortearam a mudança de nomenclatura:

Quadro 2 – Mudanças na nomenclatura institucional

Lei nº 77 de 23/02/48, criou a <b>Escola Artesanal</b> - Data de instalação: 20/09/55
Decreto nº 41.895 de 30/04/63, publicado no DOE de 04/05/63, passou a Escola Artesanal para <b>Escola Industrial</b>
Portaria nº 02 de janeiro de 1963, de acordo com o Artigo 4º da Portaria Ministerial nº 598 de 05/12/65, passou a Escola Industrial de Ipaussu (número de inscrição 153) para <b>Ginásio Industrial</b>
Decreto nº 44.533 de 18/02/65, passou a escola para <b>Ginásio Industrial Estadual de Ipaussu (GIEI)</b>
Resolução nº 06, publicada no DOE de 14/02/75, passou a escola para o 2º grau

Resolução SE nº 11 de 13/02/75 autoriza a instalação de classes de 2º grau (Auxiliar Técnico de Mecânica)
Resolução SE de 22/01/76, publicada no DOE de 23/01/76, transforma o Ginásio Industrial Estadual de Ipaussu em <b>Centro Estadual Interescolar de Ipaussu</b> com classes de 6ª a 8ª séries do 1º grau (em extinção), mantendo o 2º grau
Resolução SE de 27/01/78, publicada no DOE de 28/01/78, com fundamento no Artigo 2º, inciso I, do Decreto nº 7.400/75, transforma o Centro Estadual Interescolar de Ipaussu em <b>Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus (EPPSG)</b> de Ipaussu
Lei 2.531 de 11/11/80, publicada no DOE de 12/11/80, muda a denominação da escola para <b>EPPSG “Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho”</b>
Resolução SE 273 de 20/11/87, passa a EPPSG para <b>ETESG (Escola Técnica Estadual de Segundo Grau) “Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho”</b>
Decreto nº 37.735 de 27/10/93, passa a escola, a partir de 01/01/94, da Secretaria da Ciência e Tecnologia para o Centro Paula Souza, com a denominação de <b>ETE (Escola Técnica Estadual) “Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho”</b>

Fonte: Borda (2010, p. 79-80)

Após o ano de 1994, a instituição se estabilizou, a administração segue com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), desta forma, a descrição a seguir busca pormenorizar o período de 1955 a 1994, intervalo de consideráveis alterações.

Foram sete nomenclaturas nos 39 anos do recorte temporal, conforme segue: Escola Artesanal (1955), Escola Industrial (1963), Ginásio Industrial Estadual (1965), Centro Estadual Interescolar (1976), Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho - EPPSG (1978), Escola Técnica Estadual de Segundo Grau “Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho” - ETESG (1987-1994).

Outro fator a ser destacado é a constante troca de Secretarias que administravam a Educação Profissional no município. A escola passou pela Secretaria Estadual da Educação; Secretaria do Estado dos Negócios da Educação; Secretaria de Ciências, Tecnologias e Desenvolvimento Econômico.

Observa-se no quadro que a Escola Artesanal foi a primeira unidade de ensino voltada para a Educação Profissional no município. O documento comprobatório que faz menção à cidade na época da inauguração consta com a grafia antiga “Ipauçú”. Com um total de 44 Escolas Artesanais no Estado de São

Paulo, o governador Adhemar de Barros (1901-1969) propôs a instalação de unidades escolares com o mesmo propósito pedagógico em diversas cidades.

Nota-se no decreto que os municípios contemplados possuem abrangência populacional bastante diversificada. Por muitos anos a cidade de Ipaussu, que faz parte da mesorregião de Assis e da microrregião de Ourinhos, atendeu discentes de várias cidades de seu entorno. Esta é uma realidade ainda presente nos 66 anos de sua existência. A instituição totaliza 13.695 prontuários de alunos até o ano de 2021, de acordo com as informações da Secretaria Acadêmica da escola.

Anterior ao ano de 1994 os cursos técnicos ofertados eram os mesmos em todas as cidades que possuíam escolas similares, ou seja, não importava o tamanho da cidade ou a sua demanda para o curso. Exemplo deste fato é o Curso de Mecânica, que consta no currículo de outras escolas localizadas em cidades de grande porte (MACHADO, 2014).

A primeira escola profissionalizante do município de Ipaussu/SP teve sua publicação no Diário Oficial de 1948 e foi embasada pelas Leis nº 77 e nº 78, ambas de 23 de fevereiro de 1948, no Diário Oficial de 24 de fevereiro de 1948. Por meio do Decreto Estadual nº 23.227-E (SÃO PAULO, 1954b), de 24 de março de 1954, foi publicado no DOE de 30 de março. Segue trecho que evidencia a assertiva:

Artigo I - Ficam criados, nos moldes estabelecidos pelo decreto-lei n. 16.108, de 14 de setembro de 1946, Cursos Práticos de Ensino Profissional em Americana, Andradina, Apiaí, Assis, Atibaia, Avaré, Bananal, Barra Bonita, Barretos, Batatais, Bebedouro, Birigui, Bragança Paulista, Brotas, Caconde, Cafelândia, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Charqueada, Cotia, Cruzeiro, Guaratinguetá, Ibitinga, Igarapava, Iguapé, **Ipauçú**, Iporanga, Itápolis, Itatiba, Itú, Ituverava, Jacarei, Joanópolis, Lorena, Marília, Mirassol, Mogí das Cruzes, Mogí Mirim, Monte Alto, Novo Horizonte, Orlândia, Ourinhos, Paraibuna, Pederneiras, Piedade, Pilar do Sul, Pirajú, Pirajuí, Porto Feliz, Presidente Prudente, Ribeira, Salto, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Rita do Passa Quatro, S. Caetano, (distrito de Santo André), S. Joaquim, S. Joaquim da Barra, S. José do Rio Preto, S. Miguel Arcanjo, S. Roque, S. Sebastião, S. Vicente, Socorro, Sorocaba, Tabapuã, Tambaú, Taubaté, Tietê, Tupã, Ubatuba e Vila Bela (SÃO PAULO, 1948, grifo nosso).

A inauguração da Escola Artesanal ocorreu no dia 20 de setembro de 1955 em um local adaptado (Fotografia 1). De acordo com Pedroso e Landi (2012), a

unidade escolar foi instalada temporariamente próxima à rodoviária, na Rua Luiz de Souza Coelho, 133 – Centro – Ipaussu/SP. Atualmente no local funciona uma escola particular.

Fotografia 1 – Escola Artesanal (1955)



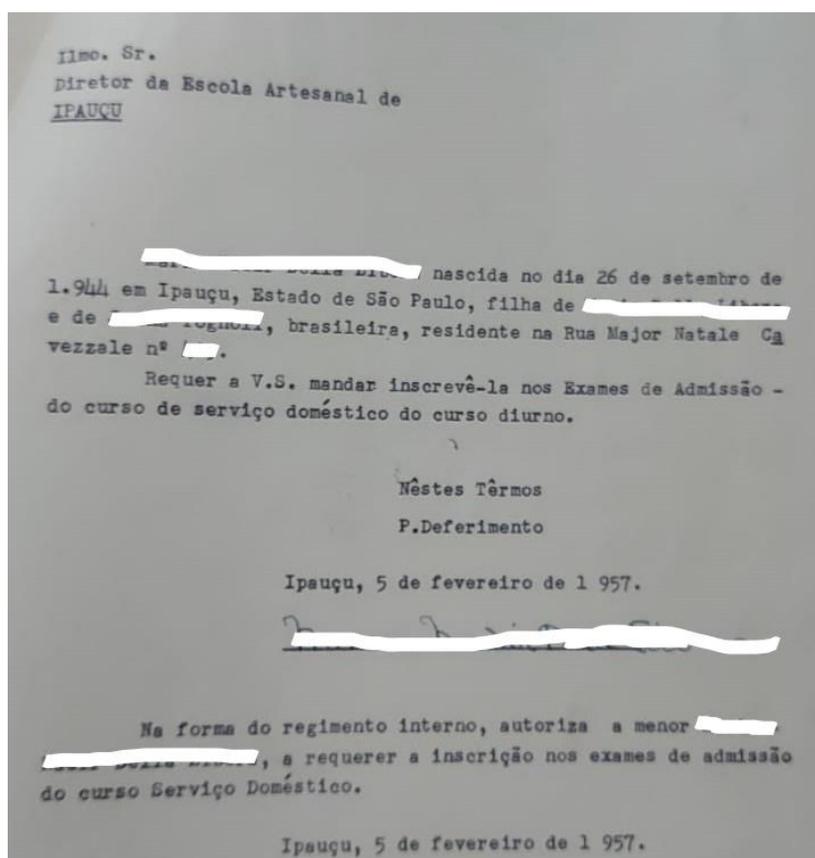
Fonte: Acervo da Etec Ipaussu

Para ingresso na unidade de ensino era obrigatório resultado positivo no “Exame de Admissão”. A exigência foi instituída por meio da Reforma Francisco Campos, e vigorou de 1931 a 1971, período da Era Vargas (1930-1945), com enfoque no desenvolvimento industrial e urbano. Com o Decreto n.º 19.890 de 18 de abril de 1931, a avaliação era composta por prova de linguagem (escrita), ditado com nível de dificuldade elevado e exercícios de gramática geral e redação, além de prova de aritmética. A soma das notas deveria atingir a média cinco (5,0), conforme descrito abaixo.

No referido Decreto, Capítulo II, Art. 18, o exame de admissão fora fixado como exame nacional e obrigatório, a fim de homogeneizar o ensino secundário em instituições públicas e privadas. As provas dos exames eram dissertativas e orais, na qual eram cobrados assuntos da disciplina Português (redação e ditado), Aritmética (cálculo elementar), Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais e era aplicado aos alunos que terminassem a 4ª série do ensino primário para tentarem o ingresso no ensino secundário. Como exame eletivo, o principal objetivo era controlar as matrículas dos alunos no ensino secundário, visto que não se tinha, naquela época, uma estrutura escolar que atendesse a todos os alunos concluintes do ensino primário (NEVES, MARTTI, ALFONSO, 2019, p. 70).

O documento abaixo demonstra como era efetuada a solicitação para fazer o Exame de Admissão referente ao Curso de Serviço Doméstico do diurno, ano de 1957.

Fotografia 2: Solicitação para fazer o Exame de Admissão



Fonte: Acervo da Etec Ipaussu

Após aprovação no Exame de Admissão para acesso aos cursos da Escola Artesanal (1955-1963), era necessário no ato da matrícula entregar o “Atestado de Saúde”, emitido pela Secretaria da Saúde e Assistência Social – Departamento de Saúde do Estado/ Divisão do Serviço Interior, com a seguinte descrição: “estado aparente de integridade física e mental, não sofre de doença contagiosa e repugnante e foi nesta data revacinado contra a varíola, nada havendo, portanto, que o impossibilite de ingressar na Escola Artesanal de Ipaucú”.

Fotografia 3: Atestado para ingresso na Escola Artesanal

Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social  
 DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO  
 DIVISÃO DO SERVIÇO DO INTERIOR

**A T E S T A D O**

Atesto que o \_\_\_\_\_  
 com 18.A de idade, fih. O de \_\_\_\_\_ e de \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 acha-se em estado aparente de integridade física e mental, não sofre de doenças  
 contagiosas ou repugnante e foi nesta data \_\_\_\_\_ ré \_\_\_\_\_ vacinado contra a varíola,  
 nada havendo, portanto, que o impossibilite de Ingressar na Escola  
Artesanal de Ipaucu'

Ipaucu, 16 Fevereiro de 19 59

Assistência Médica  
 Assistência Médica  
 Assistência Médica

16. Dr. Paulo A. ...  
 IPAUCO

DM1 - A - 81  
 Mod. 1.000.000 - IV - 81.

Fonte: Acervo da Etec Ipaussu

O primeiro curso no período da Escola Artesanal em 1955 foi específico para homens: Mecânica de Máquinas, curso extra Mecânica e Torneiros. Já o curso exclusivamente feminino: Educação Doméstica e curso extra em horário alternativo de Decoração do Lar. Ambos eram ofertados para adolescentes, com duração de dois anos. Nesse aspecto, o curso feminino traz diversas particularidades.

Fotografia 4: Prontuário Masculino “Mecânica de Máquinas”

ESCOLA ARTESANAL  
IPAUCU

**Cursos Práticos de Ensino Profissional de**

Aluno: [redacted] Residência: [redacted] Matrícula N.º 16  
 Seção: Mecânica de Máquinas Curso: Ordinário Repetente: —  
 Série: 1ª Ano de 1958 Seção Masculina

**QUADRO GERAL DE NOTAS**

MESES	CULTURA TÉCNICA						CULTURA GERAL		
	OFICINA			CULTURA GERAL			Matemática	Português	Ciências Físicas e Naturais
	Desenho	Tecnologia	Ajustagem	Mas. Operat.	Forja	Serralheria			
Março	55	40	55				55	50	
Abril	55	50	60				50	40	
Maio	55	50	70				50	70	
Junho	45	50	70				50	70	
Agosto	55	50	40				80	45	
Setembro	65	60	75				80	40	
Outubro	45	40	75				55	75	
Novembro									
Média Mensal	57	54,2	67				57,1	60	
Prova Parcial	30	40	70				50	80	
Méd. Cond.	42,3	39,7	68				54,2	65	
Exame Escrito	40	35	64				55	55	
Final Oral		70,5					70	35	
Nota Ex. Final	40	48,7	64				65	55	
Nota Final	42,3	44,9	69				57,6	56,7	62,5
Nota final de	Cultura Geral: 60			Cultura Técnica: 57,6			Promoção: 55,8		
							Conclusão: 55,8		

**OBSERVAÇÕES:**

- 1) A nota de oficina será sempre a média de Ajustagem, Forja, Serralheria e Maq. Oper.
- 2) A média condicional será igual à média mensal mais a nota da prova parcial dividido por dois.
- 3) O exame final será composto para cada disciplina de duas partes: uma escrita gráfica ou prática e a segunda oral.
- 4) A nota do exame final será a média das duas partes.
- 5) Não há exame oral para oficina.
- 6) A nota final para uma disciplina será a média mensal, mais a nota da 1ª prova parcial e mais a nota do exame final dividido por 3.

Fonte: Acervo da Etec Ipaussu

Fotografia 5: Prontuário Feminino “Educação Doméstica”

ESCOLA ARTESANAL  
IPAUCU

**Escola Artesanal de**

Aluna: [redacted] Residência: [redacted] Matrícula N.º 1  
 Seção: Educação Doméstica Curso: Ordinário Repetente: —  
 Série: 1ª Ano de 1958 Seção Feminina

**QUADRO GERAL DE NOTAS**

MESES	OFICINA				ECONOMIA DOMÉSTICA				Média C. Tec.	CULTURA GERAL					
	Costura	Bordado	Nota	Desenho	Tecnologia	Artes Domésticas	Artes Domést.	Nota		Português	Matemática	C. Físicas e Naturais	Média Geral		
Março	90	80	—	85	60	95	75	—	100	100	40		70	55	—
Abril	80	80	—	80	55	80	75	—	75	80	80		55	80	—
Maio	85	—	70	85	45	85	80	—	40	75	80		75	70	—
Agosto	80	95	—	85	60	60	80	—	95	75	80		50	85	—
Setembro	75	—	90	80	60	85	90	—	70	—	50		70	95	—
Outubro	75	95	—	85	80	70	95	—	75	70	100		60	100	—
Média Mensal	79,2	75,7	75,7	72,4	57,4	67,8	70,7	—	69,2	57,1	65,7		54,2	56,4	—
Prova Parcial	75	60	60	65	70	75	95	—	65	85	50		65	75	—
Média Condicion.	85	75	75	55	80	85	—	80	55	80			65	60	—
Exame Escrito															
Final Oral					70	60	—	55	70				80	70	—
Nota exam. final	85	75	75	55	75	67,5	—	58,5	62,5	80			72,5	65	—
Nota Final	76,7	70,2	70,2	72,2	61,4	74,4	79,5	—	57,1	64,9	65,2	67,5	69,8	64,1	59,1
Nota final de	Cultura Geral: 61,1			Cultura Técnica: 67,8			Nota de Conclusão: 65,4								
MÉDIA CONDICIONAL	= MÉDIA MENSAL + PROVA PARCIAL						= MÉDIA MENSAL + PROVA PARCIAL + NOTA EXAME FINAL								
OBSERVAÇÕES:	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) A nota de oficina será a média das notas obtidas nos estágios de Corte, Costura e Bordado.</li> <li>2) A nota de Economia Doméstica será a média das notas obtidas em: Arte, Cultura, Puericultura, Enfermagem, Aproveitamento de Alimentos e Artes Domésticas.</li> <li>3) A média condicional é igual à média mensal mais a nota da 1ª prova parcial, dividido por dois.</li> <li>4) O exame final para cada disciplina, será composto de duas partes: a primeira escrita, gráfica ou prática e a segunda oral.</li> <li>5) Considera-se habilitado, para efeito de promoção ou conclusão de Curso, o aluno que houver obtido nos exames das disciplinas de Cultura Geral e de Cultura Técnica, nota global 50 pontos menos e a nota final 40, pelo menos em cada uma das disciplinas.</li> <li>6) A nota final de cada disciplina, será a média aritmética das notas: média mensal, 1ª parcial e exame final.</li> <li>7) A nota de C. T. será a média das notas de Oficina, Desenho, Tecnologia e Economia Doméstica.</li> </ol>														

Fonte: Acervo da Etec Ipaussu

Os cursos iniciais eram ofertados aos alunos adolescentes, divididos em Cultura Geral (Língua Portuguesa e Matemática) e Cultura Técnica (disciplinas específicas). Os cursos iniciavam no mês de março e finalizavam em outubro, com pausa em julho. Eram divididos em 1ª e 2ª séries, com oferta de vagas para o período diurno e noturno.

Nota-se ao observar os prontuários dos alunos disponíveis na instituição que há um número considerável de reprovados, contudo não foi possível quantificar o índice de retenção devido ao arquivamento de forma desordenada e a falta de relatórios.

As instruções descritas no prontuário elucidam algumas normas. Para melhor entendimento, alguns termos foram adequados à regra do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa:

Quadro 3 – Critérios para aprovação nos cursos feminino/masculino (1955-1963)

<p>1º Poderão prestar exames finais em 1ª época, os alunos que tenham 75% de frequência, das aulas previstas em lei e tenham obtido média, no mínimo, igual a 40 como resultados dos exercícios escolares e do primeiro exame, em quaisquer dos grupos de disciplinas.</p>
<p>2º Poderão prestar exames finais em 2ª época:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Os alunos que tiverem 50% de frequência das aulas previstas em lei excluídas as disciplinas de Cultura Técnica, que exijam prática de oficina ou laboratório;</li> <li>b) Não compareçam em 1ª por motivo de força maior;</li> <li>c) Não tenham sido reprovados, em disciplina que exija prática de oficina ou laboratório;</li> </ul>
<p>3º Será considerado inabilitado, não podendo prestar, nenhum exame final, quer em 1ª ou 2ª época, o aluno que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Faltar a mais de 25% em disciplinas que exijam prática de oficina de laboratório.</li> <li>b) Faltar a mais de 50% em qualquer disciplina.</li> <li>c) Não alcançar média condicional 40 nos grupos de Cultura Técnica ou Geral.</li> </ul>

Fonte: elaborado com base no prontuário dos alunos da Escola Artesanal

A implantação do primeiro curso profissionalizante trouxe uma proposta curricular específica para os homens e outra para as mulheres. Os cursos femininos da década de 1950 definem a posição social da mulher na sociedade. Apesar do traslado da zona rural para a cidade, os cursos não formavam para a indústria – eram específicos para que as mulheres fossem boas donas de casa. A educação era excludente para a mulher e para a classe trabalhadora de forma geral.

Para aprovação no Curso Ordinário, seção Educação Doméstica, unicamente voltado para as mulheres, as alunas deveriam cumprir os critérios

descritos abaixo, de acordo com o prontuário número 1 de 1958. No quadro a seguir, ressalta-se as disciplinas oferecidas:

Quadro 4 - Critérios para aprovação no curso de Educação Doméstica (1958)

1- A nota de oficina, será a média das notas obtidas nos estágios de: Corte, Costura, Bordados.
2- A nota de Economia Doméstica será a média das notas obtidas em: Arte, Culinária, Puericultura, Enfermagem. Aproveitamento de Quintais e Artes Domésticas;
3- A média condicional é igual a média mensal, mais a nota da primeira prova parcial dividido por dois;
4- O exame final para cada disciplina será composto por duas partes: a primeira escrita, gráfica ou prática e a segunda oral;
5- Considera-se habilidade, para efeito de promoção ou conclusão do Curso, o aluno que houver obtido nos grupos das disciplinas de Cultura Geral e de Cultura Técnica nota global 50 pelo menos e a nota final 40, pelo menos, em cada uma das disciplinas. <b>(a nota poderia chegar a 100, eram considerados os décimos);</b>
6- A nota final de cada disciplina será a média aritmética das notas: média mensal, 1º parcial e exame final;
7- A nota de C. T. será a média das notas de Oficina, Desenho, Tecnologia e Economia Doméstica.

Fonte: elaborado com base no prontuário das alunas da Escola Artesanal, grifos da autora.

Cursos avulsos também foram ofertados em horário alternativo, como o “Decoração do Lar”, autorizado pelo processo 2.112/1965. Destaca-se que nos cursos femininos não tinham a disciplina de Ciências Naturais, como nos cursos masculinos. Situação que denota a recusa das disciplinas científicas para esse grupo.

Os cursos masculinos profissionalizantes visavam a preparação rápida para atender o mundo do trabalho e as necessidades emergenciais, fortalecendo o capitalismo. Eles seguiam os mesmos critérios para aprovação dos cursos femininos. Ressalta-se que os prontuários no tom pastel eram diferenciados, sendo o feminino rosa e o masculino azul – detalhe que reforça a posição social de gêneros.

Entre os anos de 1955 e 1970, o Curso Ordinário de Mecânica de Máquinas e o Curso Extraordinário da seção Mecânica/Torneiros, apresentam no prontuário as mesmas disciplinas (Cultura Geral: Matemática, Português, Ciências Físicas Naturais) e Cultura Técnica (Desenho, Tecnologia e Ajustagem (oficina). Com esta apresentação, não é possível detalhar quais as diferenças curriculares, contudo é visível que algumas disciplinas expostas na ficha não continham o preenchimento. Posto isso, deduz-se que as disciplinas não eram as mesmas em todos os módulos, porém pertenciam ao mesmo segmento.

Os critérios para aprovação nos cursos femininos e masculinos eram similares, apresentavam pequenas considerações específicas:

Quadro 5 – Critérios para aprovação no curso masculino (1958)

1- A nota de Oficina será sempre a média de Ajustagem, Forja, Serralheria e Maq. Oper.
2- Não há exame oral para Oficina.

Fonte: elaborado com base no prontuário dos alunos da Escola Artesanal

A instituição que acolhia inicialmente estudantes filhos de munícipes da classe trabalhadora, conforme se observa nos prontuários dos alunos, cujos domicílios localizavam-se na zona rural, ficou conhecida como a “escola dos pobres”.

Nos anos seguintes a oferta de cursos se moldou à crescente necessidade da indústria. Esse período contou com cinco diretores. As datas se referem ao período da gestão: (1955) Ruy Gonçalves de Oliveira, (1956) José Carlos C. Marins, (1957) Aylton Antonio Nunes, (1958-1960) Paulo Eduardo Tabóya, (1961-1962) Lima (sem registro oficial na unidade).

Com a Lei nº 3.552/1959 a reforma do ensino industrial estabeleceu que os alunos do 1º ciclo tivessem uma educação propedêutica e os alunos do 2º ciclo uma educação técnica, desta forma, iniciou-se a transição do modelo de Escola Artesanal para a Industrial.

Em 1963 a unidade de ensino foi nomeada Escola Industrial, passando a se chamar Ginásio Industrial (1964-1975), de acordo com o Artigo 4º da Portaria

Ministerial nº 598 de 05 de dezembro de 1965, com o número de inscrição 153. O diretor Jonas Rubini foi o gestor da instituição entre 1963 e 1978. De 1976 a 1978, a escola foi denominada Centro Estadual Interescolar de Ipaussu.

Fotografia 6 – Alunos do Ginásio Industrial (1964)



Turma de 1964

Fonte: Acervo pessoal José Álvaro Sartori

A mudança para Ginásio Industrial trouxe um novo conceito de escola para a comunidade.

A sociedade alterou sua forma de trabalho passando do modelo artesanal para o modelo industrial. Nesse novo modelo, o trabalhador se adapta ao processo de trabalho que passa a ser organizado na forma parcelada. O produto final passou a ser decorrente da forma como foi organizado no processo (FILIPAKI, 2010, p. 4).

Após a alteração para o sistema industrial foram ofertados Cursos de

Primeiro Grau (6<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries), com aulas da base comum para todos (Português, Matemática, História, Geografia, Ciência, Desenho, Educação Física, Canto Orfeônico). O diferencial estava nas aulas adicionais desdobradas: para os meninos Artes Industriais, para as meninas Economia Doméstica.

Fotografia 7: Alunas durante a aula de Canto Orfeônico (1965-1975)



Fonte: Página do Viva Ipaussu no Facebook<sup>2</sup>

Em análise do “Caderno de Planejamento das disciplinas Profissionais de 1973”, observa-se a possibilidade de discussão de temas relevantes para a sociedade contemporânea. A divisão em formato de quadros abrange os seguintes tópicos: Bimestre, Objetivos Instrucionais, Conteúdo, Estratégia e Avaliação. Sobre o 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup>, 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> bimestres, da 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> séries do primeiro grau do Ginásio Industrial Estadual – Ipaussu (1965-1976), descrita dentro de áreas, apresentamos o quadro a seguir:

---

<sup>2</sup>

Disponível em:  
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1850812681752108&set=gm.1154743594945512>. Acesso em jan. 2022.

Quadro 6 – Ginásio Industrial: divisão por área de estudo (1965-1976)

1-	Área de Ciências Exatas: matemática, ciências e programa de saúde;
2-	Área de Estudos Sociais: geografia, história, educação moral e cívica, organização política, organização social e política brasileira.
3-	Área de Comunicação e Expressão: português, educação musical, educação física, masculino e feminino, inglês.
4-	Área de Iniciação Profissional: arte feminina, educação doméstica, iniciação profissional masculina e feminina, desenho técnico masculino e feminino.

Fonte: elaborado com base no caderno do “GIEI Planejamento 1973”

Destaca-se nos “Objetivos Instrucionais” da disciplina “Organização Social e Política Brasileira”, descrito de forma datilografada no Caderno de Planejamento do Ginásio Industrial Estadual (1973, s.p.), a intencionalidade do Estado ao propor a todos os alunos da 8ª série do primeiro grau, o que segue: “O aluno deverá ser capaz de reconhecer a importância do culto à Pátria e os seus símbolos, bem como identificar a importância das Forças Armadas”. O termo descrito no planejamento propõe uma visão ufânica de amor à Pátria, em oposição à escola emancipadora, pautada na ciência proposta por Saviani (2011).

No mesmo documento consta a desigualdade de gênero para o mundo do trabalho, que é limitador para as mulheres. Na disciplina “Artes Industriais”, a proposta para a atuação na esfera industrial é exclusivamente masculina, constatando-se o reforço de um machismo velado, que rejeita igualdade de condições sociais e de direitos.

O currículo da base comum é ministrado em salas mistas, porém as disciplinas de conhecimento específico propõem atividades manuais femininas voltadas para o lar. Essa postura impacta ainda hoje a sociedade brasileira: observa-se nos índices que a mulher não possui ainda hoje a mesma força de trabalho. Os indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ilustram essa proposição.

Quadro 7: Força de trabalho feminina (2019)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021)

Nos cursos oferecidos pelo Ginásio Industrial na área da Iniciação Profissional para mulheres, destaca-se a disciplina “Arte Feminina”, que retrata um conteúdo voltado para a servidão da mulher no lar. A enumeração expõe os afazeres domésticos para meninas do I Grau, da 5ª e 6ª séries.

Quadro 8: Conteúdo profissional feminino, alunas 5ª e 6ª séries (1965-1976)

1- Importância do estudo de culinária, conceito, divisão e classificação dos alimentos (roda dos alimentos). Prática culinária.
2- Higiene individual;
3- Chinelo para quanto;
4- Guardanapos para cozinha.
5- Relação entre membro da família – Prática culinária;
6- Regras de boas maneiras.
7- Trabalhos em feltro,
8- Fronhas avulsas e cachorrinhos (enfeites)
9- Alimentação de origem animal – meios de conservação – Prática culinária.
10- Contabilidade doméstica;
11- Porta-guardanapos;
12- Tapetes e sapos;
13- Alimentação de origem vegetal;

14- Práticas culinária;
15- Regras de bom comportamento à mesa;
16- Esteira de sisal;
17- Avental de cozinha.

Fonte: elaborado com base no caderno do “GIEI Planejamento 1973”

Na disciplina considerada “Iniciação Profissional” para alunas da 7ª e 8ª séries, a relação dos Objetivos Instrucionais com o Conteúdo descreve o dever de seguir regras vinculadas ao comportamento feminino nas famílias, abaixo estão alguns tópicos peculiares para respaldar a reflexão:

Quadro 9 – Objetivos e conteúdo para Iniciação Profissional Feminina, alunas 7ª e 8ª séries (1965-1976)

Colaborar com a família em relação à assistência e alimentação da criança.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1º alimento do bebê: alimentação natural, misto e artificial, desmame precoce e repentino, principais doenças infantis – vacina.</li> <li>• febre: providências, assistência dos dentes febris. Tomada de temperatura, pulsação, respiração.</li> </ul>
Deverá desenvolver o seu gosto estético	<ul style="list-style-type: none"> <li>• saia para moça.</li> <li>• bolsa e crochê – montagem.</li> </ul>
Deve-se estimular na confecção do seu próprio vestuário. Habilidade para selecionar, adquirir e utilizar tecido para confecção de acordo com a moda.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• vestido esporte.</li> <li>• pijama para moça.</li> </ul>
Deve-se estimular a confecção de objetos belos e úteis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• peças em tricô;</li> <li>• decapê (técnica de pintura de móveis, aplicação de gesso nas fibras da madeira)</li> </ul>

Fonte: elaborado com base no caderno do “GIEI Planejamento 1973”

Outro aspecto aparente no documento é a extinção e a criação de

currículos profissionais, conforme a demanda da sociedade. A orientação curricular sempre observou que a equipe gestora da instituição escolar deve observar sua época e a necessidade da comunidade local.

No período do Ginásio Industrial, a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, nos artigos 4º e 5º, observa no terceiro parágrafo “a necessidade de conciliar as exigências pedagógicas, as prescrições legais e a realidade das escolas subordinadas” (BRASIL, 1971, s.p.).

Em 1975 ocorreu o acréscimo do Curso de Segundo Grau Auxiliar Técnico de Mecânica, de acordo com a resolução SE nº 6 de 13 de fevereiro de 1975, o curso se manteve mesmo após a mudança nominal da instituição. Nos arquivos oficiais preservados, o Currículo Pleno vislumbra os anos de 1976, 1977, 1978, 1979, 1980 e 1981.

No Diário Oficial do Estado de 26 de agosto de 1977, o Quadro Curricular do 1º Grau, 7ª e 8ª séries, destaca a Formação Especial, Parecer nº 339/1972, Deliberação CEE nº 10/72, o quadro apresenta um conteúdo específico “Educação para o Trabalho”, com oferta de dois ou três créditos semanais.

Quadro 10 – Disciplinas do curso Auxiliar de Mecânica (1977)

Eletricidade: eletrotécnica;
Desenho: desenho técnico;
Mecânica: mecânica aplicada, órgãos de máquinas;
Produção Mecânica: tecnologia dos materiais, elementos de máquinas;
Produção Mecânica;
Metrologia;
Resistência dos materiais.

Fonte: elaborado com base no prontuário dos discentes do Ginásio Industrial

Nota-se a inclusão do Estágio como prática curricular. Os cursos eram oferecidos no período diurno e noturno.

Quadro 11 – Disciplinas do curso Técnico em Mecânica (1977)

Eletricidade: eletrotécnica;
Desenho: desenho técnico de mecânica, organização e normas;
Mecânica: mecânica aplicada, órgãos de máquinas;
Produção Mecânica: tecnologia dos materiais, máquinas e Ferramentas;
Produção Mecânica;
Estágio: 10% do total da carga horária destinada a Formação Especial.

Fonte: elaborado com base no prontuário dos discentes do Ginásio Industrial

Sobre o Plano de Estágio, este consta como objetivo descrito na folha 35 A. Fundamento Legal: RES. Se nº 09 de 14 de janeiro de 1980. O quadro abaixo descreve a relação da teoria com a prática, sendo a vivência o principal tópico para o entendimento conceitual do discente.

Quadro 12 – Plano de Estágio (1980)

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Familiarização dos alunos com a situação da Empresa;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação sobre os trabalhos nela executados;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complementação do ensino e aprendizagem na área técnica para aprimoramento dos conhecimentos técnicos e práticos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração em termos de relacionamento humano.</li> </ul>

Fonte: elaborado com base no livro “Plano Escolar de 1982-1984”

As atividades previstas para o cumprimento do estágio seguiam um cronograma que deveria ser cumprido de forma obrigatória para a obtenção do certificado.

A carga horária mínima exigida era de 230 horas, entrega de quatro relatórios anuais, entrevista final com representantes do CREA e professores das áreas técnicas.

Quadro 13 - Atividades desenvolvidas durante o Estágio (1980)

TIPO DE ATIVIDADE	PESSOAL RESPONSÁVEL	PRAZO
Contato com as empresas solicitando autorização para presença de aluno estagiário.	Direção da Escola	Início do ano letivo
Organização e distribuição de papéis para orientação dos alunos estagiários.	Secretário	Início do ano letivo
Cumprir a carga horária mínima de 230 horas.	Alunos do 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>o</sup> ano habilitação Plena de Técnico em Mecânica.	Ano letivo (a partir do 2 <sup>o</sup> semestre da 3 <sup>a</sup> série)
Apresentação do relatório de estágio e ficha de controle do estágio Supervisionado.	Alunos	Até 10 de novembro
Avaliação do relatório	Professor de Organização de Normas	Até 02 de fevereiro de 1983

Fonte: elaborado com base no livro "Plano Escolar de 1982-1984"

A partir de 1972, após a desapropriação de um terreno no qual continha um cemitério, em um dos principais pontos turísticos da cidade, a instituição concluiu a construção do prédio oficial, projetado para atender as demandas dos cursos profissionalizantes.

Fotografia 8 – Ginásio Industrial (1972)



Fonte: Acervo da Etec Ipaussu

A imponente construção fica próxima ao lago municipal, na Rua Antônio Carlos de Abreu Sodré, 1040 – Centro. Nota-se uma preocupação dos dirigentes em personalizar a construção dos edifícios escolares, conforme consta abaixo.

[...] o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente (SOUZA, 1998, p. 123).

A mudança predial trouxe inúmeros benefícios estruturais, com oferta de espaço físico adequado ao desenvolvimento pedagógico, tais como: laboratórios para os Cursos Técnicos de Mecânica e Corte e Costura, sala de aula ampla com capacidade para 40 alunos. Porém, o projeto predial limitou o setor administrativo, pois não previu a insuficiência de espaço para o armazenamento documental.

A descrição das dependências estruturais do edifício escolar está descrita no livro com o “Plano Escolar de 1982-1984” da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho, na folha 5, consta:

Quadro 14 – Estrutura Predial (1984)

1 sala para a Diretoria;
2 salas para a Secretaria;
1 sala para Assistente;
1 sala para Orientadora de Educação Moral e Cívica;
1 sala para a Cooperativa Escolar;
1 sala para os Professores;
8 salas de aula;
1 cantina;
1 sala para pré-escola;
1 sala de laboratório;
1 biblioteca;
1 almoxarifado;
4 banheiros (para professores e alunos);
1 zeladoria;
1 quadra de esportes;
1 cozinha;
1 sala de datilografia;
1 salão de festas;
1 sala de Educação Física;
1 oficina.

Fonte: elaborado com base no livro “Plano Escolar de 1982-1984”

Na descrição não consta uma sala para “arquivo morto”, os documentos importantes eram armazenados no almoxarifado junto com o material de uso contínuo. Atualmente, a unidade escolar apresenta a estrutura predial com algumas alterações. As adaptações ocorreram em virtude da oferta de novos cursos e da grade curricular vigente, e os documentos oficiais são armazenados de forma virtual em decorrência do programa “São Paulo Sem Papel”.

A partir de 12 de novembro de 1980, a unidade de ensino técnico passa a ser chamada “EEPSG Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho”, em homenagem ao diretor de escola que reivindicou do Governo do Estado a instalação do “Grupo Escolar Amador Bueno” (1917). A informação que consta no livro “Plano Escolar da

EEPSG Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho” (1982-1983), na folha 3, menciona sua atuação como gestor na referida escola.

Nos documentos da década de 1980 constam diversos registros do 1º e 2º Graus com disciplinas da Base Comum, porém serão referenciadas somente as disciplinas técnicas desse ciclo.

Além das disciplinas da Base Comum (nas áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências, ensino religioso) para o 1º e 2º graus, no campo Formação Especial, constam as matérias específicas, descritas como “mínimo profissionalizante”. Os cursos de datilografia, auxiliar de escritório, de máquina elétrica e de máquina eletrônica eram ofertados a toda a comunidade no horário inverso dos cursos fundamental e médio.

No livro “Plano Escolar de 1982-1984”, na folha 28, consta a centralidade dos cursos de 1º e 2º graus, da 1ª a 8ª séries e pré-escola. Apresentam-se dois cursos profissionalizantes, com a descrição do número de turmas e alunos, conforme apresenta o quadro a seguir:

Quadro 15 - Cursos Profissionalizantes (1982)

Auxiliar de Escritório	
Número de turmas	Média de alunos por turma
3	23
Torneiro Mecânico	
1	28

Fonte: elaborado com base no livro “Plano Escolar de 1982-1984”

Na formação profissionalizante básica homologada em 1982, consta na página 39, no “Plano Escolar de 1982-1984”, de acordo com a Deliberação CEE 3/77, as disciplinas da Base Comum, o ensino religioso e como matérias específicas: organização e normas; desenho técnico básico; eletricidade ou noções básicas de agricultura e zootecnia. Não há detalhamento do conteúdo ministrado nos arquivos disponíveis para consulta.

Os registros de 1982 disponíveis mencionam a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho - EEPSG (1979-1988) e denotam o pertencimento a duas secretarias. Nos primeiros meses consta a

Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e nos últimos meses a Secretaria do Estado da Educação. Na década seguinte, finalmente, passa para a Secretaria de Ciência e Tecnologia – todos da Divisão de Ensino de Marília, sob a supervisão da Delegacia de Ensino de Ourinhos.

Destacam-se os diretores nesse período: (1979-1983) Elide Rasquel Vieira, (1984) Tomoko Fujita, (1985) Maria Aparecida G. Lamoso, Maria Sylvia I. de Marco, Leonilda Alvares de Godoy, (1986) Odila Boneto Pires, Leonilda Alvares de Godoy, (1987-1988) José Coelho Barbosa, Vera Lúcia Figueiredo Rabello.

Em Resolução SE 273 de 20 de novembro de 1987, passa a EEPSEG para ETESG (Escola Técnica Estadual de Segundo Grau) “Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho” (1988-1989), sendo os gestores Ana Cleire Guerra Ferraz de Andrade, (1990) Vera Lúcia Figueiredo Rabello, (1991-1995) Homero José Mastrodomênico. Os cursos técnicos ofertados eram: Ajustagem Mecânica, Corte e Costura, Tornearia Mecânica e Soldagem.

O nome do educador permanece até o presente momento, e o motivo da escolha se respalda na história de vida do educador Pedro Leme Brisolla Sobrinho (1885-1964), nascido em Itapetininga/SP e sepultado na Necrópole Municipal de Americana/SP, com 79 anos. Por questões políticas, ausentou-se da cidade de Ipaussu/SP no período de 1938-1952 e, ao regressar, foi reconhecido por suas contribuições à comunidade: lutou ativamente pela Educação, apresentou várias sugestões educativas, proferiu inúmeras palestras, participando ativamente da vida política do município com ações filantrópicas.

A entrevista do ex-diretor Homero Mastrodomênico (1991-1995) no período de transição da Secretaria da Educação para o Centro Paula Souza no artigo de Pedrosa e Landi (2012) relata a troca excessiva de secretarias e os enfrentamentos da comunidade local para manter o ensino técnico na cidade. Nota-se que havia instabilidade administrativa sobre o destino da escola: a persistência dos gestores e o apoio político viabilizaram a manutenção da instituição pública.

No quadro comparativo em relação aos alunos matriculados x alunos retidos, aponta-se a dificuldade de manutenção dos cursos técnicos.

Quadro 16 – Comparativo Matriculados x Retidos / Evadidos (1988-1991)

ANO	CURSO	MATRICULADOS	RETIDOS / EVADIDOS
1988	Ajustagem Mecânica – tarde	15	4
1988	Ajustagem Mecânica – noite	17	6
1988	Corte e Costura – tarde	19	13
1988	Corte e Costura – noite	15	11
1988	Tornearia Mecânica – tarde	19	6
1988	Tornearia Mecânica – noite	16	7
1988	Soldagem – noite	19	10
1989	Ajustagem Mecânica – noite	21	16
1989	Corte e Costura – tarde	16	8
1989	Corte e Costura – noite	20	12
1989	Soldador – tarde	16	3
1989	Soldador – noite	17	14
1989	Tornearia Mecânica – tarde	18	5
1989	Tornearia Mecânica – noite	16	3
1990	Ajustagem Mecânica – tarde	13	6
1990	Corte e Costura – tarde	15	5
1990	Tornearia Mecânica – tarde	15	5
1990	Tornearia Mecânica – noturno	18	8
1991	Tornearia Mecânica – tarde	14	3
1991	Corte e Costura – tarde	15	11

Fonte: elaborado com base no livro de “Resultados Finais de Cursos Profissionalizantes” (1988-1991)

Devido à incineração de diversos documentos da época, não consta o detalhamento dos motivos da retenção e/ou evasão, nem mesmo as ações que foram propostas para reverter a situação.

De acordo com a entrevista de Mastrodomênico (PEDROSO; LANDI, 2012, p. 9), a escola, que era industrial (1963-1975), passou a ser acadêmica devido à extinção do Departamento do Ensino Técnico. A falta de diretriz paralisou por um curto período os cursos técnicos na instituição pública, no final da década de 1980, pouco antes da transição para o CEETEPS.

No início da década de 1990 surgiu a DISAETE – Divisão do Ensino

Técnico, um seguimento da Secretaria da Educação, porém não oportunizava a manutenção dos cursos.

De acordo com o relato, o diretor José Coelho Barbosa buscou apoio político para o retorno dos cursos técnicos. Ele e a comunidade não se conformavam com a ociosidade do salão e dos equipamentos (tornos, fresadoras, furadeiras, bancadas, ferramentas, entre outros). Foi então que surgiu o Segundo Grau, que oferecia os Cursos de Mecânica e Contabilidade (PEDROSO; LANDI, 2012).

Ao confrontar as afirmações do ex-diretor Homero José Mastrodomênico, diretor entre os anos de 1991-1995, reconhece-se o baixo investimento na educação e o esforço do corpo docente e discente para manter o funcionamento da instituição (PEDROSO; LANDI, 2012).

No início da década de 1990, a escola foi administrada com restrição de verba. Segundo o diretor da época, foram necessárias diversas ações (jantares, rifas, bailes e leilões), sendo a professora Maria de Lourdes Nutti a responsável direta por tais eventos.

A instalação do curso de Processamento de Dados foi um marco na administração, porém faltavam equipamentos. Os dois laboratórios de informática, com 30 computadores em cada, foram montados com recursos próprios. A escola ganhou notoriedade na época, e por iniciativa da instituição local foi realizado o primeiro vestibular da Escola Técnica Estadual de Segundo Grau Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho - ETESG.

Na mesma época foi extinta a DISAETE – Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas, e em seu lugar surgiu a frágil Divisão Estadual de Ensino Técnico - DEET, que logo em seguida desapareceu. Não havia interesse nas escolas técnicas. Em decorrência disso, as ETESGs foram para a incumbência da Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Até que em outubro de 1993, por ato do governador Fleury, as ETESGs passaram ao comando do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, popularmente conhecido como Centro Paula Souza. A unidade de ensino recebe o nome de ETE Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho, e somente em 2007 recebe o nome de Etec.

Os alunos que passaram pela escola neste período e se formaram, foram bem aceitos no mercado de trabalho por estarem muito bem-preparados, pois a carga horária era muito grande, os cursos eram de três anos. Técnico em Processamento de Dados, Técnico em Mecânica e Técnico em Contabilidade (PEDROSO; LANDI, 2012, p. 9).

A unidade de ensino Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho – Etec, de Ipaussu/SP, durante os 28 anos que se seguem sob a administração do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, permanece no mesmo local, com estrutura predial semelhante a inicial, porém com uma proposta pedagógica dinâmica que se adapta às necessidades do mercado de trabalho. A presente pesquisa não comporta a descrição das inúmeras ponderações sobre o período posterior a 1994 – o que pode ser desenvolvido em futuras pesquisas.

### **3.3 Supressão da Memória Técnica Escolar**

Neste tópico será apresentado o processo de incineração de grande parte da documentação administrativa e pedagógica da Educação Profissional Pública na cidade de Ipaussu/SP, entre os anos de 1955 a 1994. O material incinerado limitou a investigação da unidade de ensino Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho - Etec, instituição técnica de nível médio.

Ressalta-se que a maior parte da documentação oficial do recorte temporal foi incinerada em cumprimento ao Decreto 39.334/1961, de 10 de novembro. No entanto, os documentos gerados após 1994 foram totalmente preservados, por pertencer a administração do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, contudo extrapolam o recorte desta pesquisa e não serão considerados neste momento.

Desta forma, a investigação pretende efetuar o levantamento documental e iconográfico ainda preservado e disponível para divulgar à comunidade uma amostra. Mediante um esforço coletivo, a implantação do Centro de Memória Etec Ipaussu se desenvolverá a partir desta iniciativa. Trata-se de um esforço inicial de

localizar as fontes e disponibilizá-las para implantar um Centro de Memória Virtual.

O material disponível abarca os prontuários dos discentes da época, “Plano Escolar da EEPSP Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho”, que faz alusão aos anos de 1982-1984, do “Livro de Resultados Finais de Cursos Profissionalizantes” de 1988-1991, e do “Livro Ata de Incineração de Documentos” de 1980-1997, que reporta os anos de 1955-1994.

A falta de profissionais especializados nas repartições públicas não garantiu a preservação do patrimônio cultural e intelectual desenvolvido nos anos iniciais, que “aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo”, e não orientou a preservação de amostragem para a memória documental da instituição. Este é um fato que dificultou a análise detalhada, visto que não há relatórios sistematizados sobre os anos, os cursos, os alunos, os currículos e a proposta pedagógica disponível em cada etapa da trajetória da unidade escolar. No referido documento consta:

**Artigo 119** - As provas de exames poderão ser incineradas após dois anos de sua realização. O mesmo se fará em relação a papéis da Secretaria, como listas de notas, e outros, cujo registro tiver sido feito nas fichas ou livros competentes. **Parágrafo único** - Dessa queima será lavrada ata onde se registra o tipo de papel incinerado, bem como local, hora e testemunhas do acontecimento (BRASIL, 1961).

Os únicos documentos preservados na íntegra são os prontuários dos alunos, contudo, observa-se que eles estão desordenados e não há padrão nos registros por subclasse – fato que denota falta de conhecimento arquivístico.

Em breve análise, pode-se observar que o agrupamento respeitou somente a ordem alfabética, no período da Escola Artesanal (1955-1963), desprezando datas e cursos. Notoriamente, não há um Plano de Classificação no período anterior à administração do CEETEPS. Esclarece-se que para demonstrar com fidelidade uma estatística pertinente aos cursos, é indispensável a padronização, conforme evidenciado no trecho do *Manual de Gestão de Documentos*:

O Plano de Classificação consiste em agrupar, em classes,

subclasses e, assim, sucessivamente, os documentos provenientes das mesmas atividades e que possuam semelhança de conteúdo informacional, os quais serão representados por um código numérico. O Plano de Classificação de Documentos de Arquivo (PCD), também denominado Código de Classificação de Documentos de arquivo (CCD), é um instrumento técnico de organização dos documentos, elaborado a partir da análise das funções e das atividades da instituição que os gerou. Este esquema agrupa os documentos, de acordo com as funções e atividades do órgão, em classes, subclasses, grupos e subgrupos, em uma ordem hierárquica do geral para o particular (RONCAGLIO, 2015, p. 17).

Para entendimento da assertiva acima, apresentamos um quadro com amostragem do referido arquivo tratando da Escola Artesanal (1955-1963). Nota-se que o prontuário número 1 é de 1958, já o prontuário número 27 de 1956. Possivelmente, em uma organização aligeirada durante a mudança predial, as fichas referentes à escola foram agrupadas por ordem alfabética, sem observar o ano e o curso. Para preservar a identidade dos alunos, utiliza-se somente o primeiro nome.

Quadro 17 – Demonstrativo de prontuários (1956-1958)

Prontuário	Matrícula	Ano	Seção	Curso	Alunos
1	1	1958	Educação Doméstica	1ª série Ordinário	Adelina
27	2 16	1956 1958	Mecânica de Máquinas	1ª e 2ª séries Ordinário	Ézio

Fonte: elaborado pela autora com base nos prontuários da Escola Artesanal

A falta de critérios sobre a arquivística perpassa outros Planos de Classificação. Desse modo, faz-se necessária a proposição de uma sistemática, bem como o levantamento e a divulgação dos arquivos escolares, até a listagem em Ata dos arquivos incinerados, para que, por meio da educação patrimonial, a comunidade conheça a história da instituição. O trecho abaixo valida as considerações:

A questão da educação patrimonial explicita-se melhor ao pensarmos nos arquivos escolares e seus diversos usos por pesquisadores, mas essencialmente, por professores e alunos da

própria escola que podem conhecer melhor a história da instituição onde estudam e trabalham, às vezes, por décadas e, dessa forma, criar um estímulo para a guarda e preservação dos mais diferentes bens culturais, materiais e imateriais, não somente entre seus muros, mas também na comunidade que a circunda (RUCKSTADTER; TANNO; RUCKSTADTER; p. 112).

Durante a gestão escolar de Elide Rasquel Vieira (1979-1983) foi aberto o livro “Ata de Incineração de Documentos”, em 18 de março de 1980, contendo 100 folhas. Destas, foram utilizadas 10 páginas rubricadas. O livro contém 5 atas, de 1980 a 1997. As três primeiras atas estão baseadas no Decreto 39.334/1961, estando o número descrito no referido livro sem detalhamento. Entretanto, as atas de número 4 e 5 não mencionam o número do Decreto. A ata de número 5 não menciona a anuência do diretor no processo.

Na primeira ata estavam presentes a diretora senhora Elide Rasquel Vieira, o secretário Eddy Tinto, o escriturário Luiz Antonio Franco e a assistente da direção Leonilda Alvares de Godoy, que lavrou a ata em 19 de março de 1980. Na descrição da página 1, frente e verso, consta a incineração dos seguintes documentos, nestes termos:

Quadro 18 – Primeira Ata de Incineração (1980)

*Diário de classe de 1965-1977;
*Avisos do estabelecimento de 1970-1974;
*Correspondências recebidas e assuntos diversos, requerimento de falta dos professores e funcionários de 1967-1977;
*Exames de educação física de 1972;
*Requerimento para matrícula de 1956;
*Papéis diversos, provas, questões de exames da época de 1967-1978;
*Horário individual de professores de 1970 – 1977;
*Atestados fornecidos de educação física e esportes, correspondência, horário de aula do <b>estabelecimento antigo</b> , caderno extraclasse 1972. O termo em destaque confirma a mudança de prédio ocorrida em 1974;
*Planejamento de atividades referente ao recesso de 1973;
*Autoavaliação e hetero avaliação de 1976;

\*Planos de curso antigo, requerimentos de inscrição aos exames de admissão, previsão de aulas dadas no Ginásio Industrial, requerimento de professores para a inscrição às aulas excedentes, livro de atas e protocolos do correio (Ensino Industrial).

Fonte: elaborado com base na Ata de Incineração de documentos

A falta de armazenamento e sistematização documental no período da Escola Artesanal (1955-1963) foi o de maior prejuízo para a história da memória escolar, por ser a primeira escola da Educação Profissional no município de Ipaussu/SP. Nesse aspecto, não foram encontrados outros registros, além dos prontuários dos alunos, referentes ao período mencionado. Desse modo, não é possível descrever, por exemplo, os critérios administrativos utilizados.

Na segunda “Ata de Incineração de Documentos”, na página 2, frente e verso, ocorrida sob nova direção, em 20 de junho de 1986, estavam presentes a diretora Odila Boneto Pires (1986), a secretária Leonice Silvestre Azanha Moraes, a escriturária Márcia Cabelo e o inspetor de alunos Antônio Eduardo Samadello.

Naquele momento foram incinerados os seguintes documentos, descritos nos termos da Ata:

Quadro 19 – Segunda Ata de Incineração (1986)

*Diário de classe de educação física feminino de 1966, 1978, 1979;
*Todos os diários de classe de 1980, 1981, 1983;
*Ofícios, circulares, planos de recuperação final, relação de remessa, correspondências recebidas e expedidas pela Delegacia de Ensino de Ourinhos/SP e Diretoria de Ensino Região de Marília /SP de 1979;
*Ofícios de 1960, 1965, 1966, 1980;
*Correspondências recebidas de 1976;
*Quintas vias de notas fiscais, correspondências do almoxarifado de 1975;
*Relação demonstrativa de despesa de 1968, 1983;
*Relação de remessa de 1980;
*Comprovantes de gastos eventuais da <b>Cooperativa Escola</b> 1980 (não há registro detalhado);
*Ofício e folha de pagamento eventual de professores de 1980, 1982.

Fonte: elaborado com base na Ata de Incineração de documentos

Dentre os documentos preservados foi encontrado o caderno do “GIEI Planejamento 1973”. Trata-se da descrição da grade curricular do “Ginásio Industrial Estadual de Ipaussu”, em folhas datilografadas com papel carbono. Subentende-se que a folha original foi encaminhada a outro estabelecimento.

A análise documental possibilita deduzir por meio da “Ata de incineração de documentos” de 1986 e do prontuário dos alunos que as aulas eram separadas em grupos de meninos e meninas, conforme consta no registro de incineração do “Diário de classe feminino 1966, 1978, 1979”.

Mesmo sem acesso aos documentos, pelos títulos podemos inferir muitas questões que se articulam à história da Educação e da Educação Profissional, como a divisão entre classes femininas e masculinas, conforme o exemplo anteriormente analisado.

A precariedade econômica da estrutura administrativa resultou na perda de inúmeros materiais que poderiam ser analisados. A incineração dos documentos seguiu com a gestão da diretora Vera Lúcia Figueiredo Rabello, no dia 14 de janeiro de 1987, nas páginas 3 (frente e verso) e 4 (frente), junto à secretária Leonice Silvestre Azanha Moraes, a escriturária Márcia Cabelo e o bibliotecário Heitor Vitório Filho. Foram incinerados diversos documentos do ano de 1984, sendo eles:

Quadro 20 - Terceira Ata de Incineração (1987)

*Diários de classe da 1ª série A, B, C, do ciclo básico;
*Diários de classe da 2ª, 3ª e 4ª séries, pré-escola: A, B do ciclo básico;
*Diário de classe da 5ª série do primeiro grau: arte musical;
*Diários de classe da 6ª série do primeiro grau: educação moral e cívica, estudos sociais;
*Diário de classe da 7ª e 8ª séries, pré-profissionalizante: auxiliar de escritório de 1984;
*Diário de classe da 8ª série do primeiro grau: OSPB, desenho;
*Diários de classe da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do primeiro grau: de ciências físicas e biológicas dos programas de saúde, matemática, geografia, educação física masculina, educação artística;
*Diários de classe da 1ª, 2ª e 3ª séries do segundo grau: de Língua Portuguesa e Literatura, Técnicas de Redação em Língua Portuguesa, educação física masculina;

*Diário de classe da 1ª série do segundo grau: física, biologia, programas de saúde, educação artística, química, estatística, estrutura e funcionamento ;
* Diários de classe da 2ª série do 2º grau: educação moral e cívica, química, biologia aplicada, psicologia aplicada, mecanografia, processamento de dados, organização técnica e comercial, contabilidade geral, contabilidade, estatística, estatística aplicada, programas de saúde, didática incluindo prática de ensino, didática, estágio supervisionado;
*Diários de classe da 2ª e 3ª séries do segundo grau: história, organização e normas, física aplicada;
*Diário de classe da 2ª série do magistério: física;
*Diário de classe da 1ª e 2ª séries do magistério: educação física feminina;
*Diário de classe de na 3ª série do segundo grau: matemática aplicada, biologia celular e genética, química aplicadas, física aplicada, desenho técnico básico, noções básicas de agricultura e zootecnia, OSPB;
*Diário de classe da 4ª série segundo grau: produção mecânica, mecânica aplicada, desenho técnico, tecnologia dos materiais, máquinas e ferramentas, resistência dos materiais, ensaios tecnológicos de mecânica.

Fonte: elaborado com base na Ata de Incineração de documentos

Em 7 de dezembro de 1987, a mesma diretora, na presença da secretária Márcia Cabelo, das professoras Antônia Annunciato Silva, Maria Teresa Pinheiro Sciarini, Neuza Ribeiro Feitosa, participaram da cerimônia de incineração dos documentos listados abaixo. Junto ao termo “canhoto”, não há descrição sobre a especificidade da palavra utilizada:

Quadro 21 – Quarta Ata de Incineração (1987)

*Diários de classe dos anos: 1975, 1976, 1977, 1978 e 1979 ( <b>não estavam descritos os cursos</b> )
*Canhotos de 1973 do 1º e 2º semestres;
*Canhotos de 1977 do 4º bimestre;
*Canhotos de recuperação de 1978;
*Canhotos da 2ª época de 1971;
*Canhotos com notas da 2ª época de 1972;
*Canhotos diversos, lista de presença de exames finais de 1970;

*Canhotos de 1976;
*Classificação de professores de 1967 e 1968;
*Notas bimestrais diurno e noturno de 1976;
*Notas referentes ao recurso escolar de 05/73.

Fonte: elaborado com base na Ata de Incineração de documentos

Após um período considerável no ano de 1991, ocorreu o maior descarte: o diretor Homero José Mastrodomênico, na presença da professora Maria Amábile Frazza Borda, do escriturário Daniel Cesário, da auxiliar de serviços Maria Aparecida Barreto das Neves, nas folhas frente e verso 5, 6, 7, 8 e 9 (frente). O livro descreve as séries, porém não descreve os cursos:

Quadro 22 – Quinta Ata de Incineração (1991)

* Diários de classe: pré A, B, 1ª, 2ª séries A, B, C; 3ª série A, B; 4ª série A e reforço primário de 1985, 1986, 1987
* Diários de classe: pré-profissionalizante, auxiliar de escritório turma I, II, III, IV, V e ajustagem mecânica de 1985, 1986, 1987, 1988, corte e costura, tornearia mecânica (1988)
* Diários de classe da 6ª série: educação moral e cívica (1985 e 1987)
* Diários de classe da 6ª série: desenho
* Diários de classe da 8ª série: organização social e política do Brasil, 1985, 1986, 1987.
* Diário de classe da 7ª e 8ª séries: desenho (1985 e 1987)
* Diários de classe da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª séries: língua portuguesa, matemática, ciências físicas e biológica e programas de saúde, história, geografia, educação artística (1985, 1986, 1987), educação física feminina e masculina (1985-1986), língua inglesa (1986, 1987)
* Diários de classe 1ª série A do segundo grau: língua portuguesa e literatura, biologia e programas de saúde, química (1985-1986), educação física, educação artística, (1985), estatística, adaptação do segundo grau em estatística (1985 e 1987), física (1985, 1986, 1987).

\* Diários de classe 2ª séries A e B do segundo grau: língua portuguesa e literatura 2ª, programas de saúde (1985, 1986), sociologia aplicada à educação, didática, química, física, educação física (1985), biologia e programas de saúde (1987), organização técnica comercial, mecanografia e processamento de dados, contabilidade geral, economia e mercados, estatística aplicada (1985, 1986, 1987), educação moral e cívica (1985 e 1987)

\* Diários de classe 3ª séries A e B do segundo grau: biologia aplicada à educação, psicologia aplicada à educação, estrutura e funcionamento do ensino (1985) direito e legislação, sociologia aplicada à educação estágio supervisionado, filosofia e história da educação, língua portuguesa, literatura infantil (1985-1986), didática incluindo prática de ensino (1986), língua portuguesa e literatura (1987), organização social e política do Brasil, educação física, mecanografia e processamento de dados, elementos de custo, estrutura e análise de balanço, elementos de finanças e contabilidade pública, contabilidade industrial e agrícola, contabilidade comercial, contabilidade bancária (1985, 1986, 1987)

\* Diários de classe da 4ª série do segundo grau: literatura infantil, técnicas corretivas de deficiência, técnicas de alfabetização, conteúdos e metodologia da língua portuguesa, conteúdo e metodologia da matemática, sociologia aplicada à educação, psicologia e desenvolvimento da criança (1986), didática da educação pré-escolar, fundamentos da educação pré-escolar, problemas de aprendizagem, filosofia e história da educação, biologia aplicada à educação, técnicas de avaliação do rendimento escolar, psicologia do desenvolvimento pré-escolar (1987)

Fonte: elaborado com base na Ata de Incineração de Documentos

A última Ata de Incineração ocorreu em 5 de maio de 1997, período que já estava sob a administração do CEETEPS. Nesse fato, o diretor não estava presente, então participaram da cerimônia Ângela Cristina Ferrari (ATDI), Viviane Borda Telatin (oficial administrativo), Regina Maria de Souza Teixeira (auxiliar de serviços) e Neiva Garcia (auxiliar de serviços) da “ETE Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho”. Observa-se que os documentos incinerados não pertenciam à nova administração. Após esse registro, nada mais foi descartado – questão que denota a preocupação do Centro Paula Souza ao preservar sua identidade escolar de forma material até o ano de 2019. Após esse período, a unidade passa

a armazenar todos os documentos administrativos virtualmente.

Quadro 23 – Sexta Ata de Incineração (1997)

*Recortes do D.O.E. de 1960-1978, 1984-1985; 1986-1987
*leis, resol., decretos, comunicados, diversos de 1960-1978;
*Ofícios expedidos de 1961-1971;
*Mapa de movimentação de 1964-1977; 1978-1982
*Notas bimestrais de 1966-1975;
*Exames bimestrais de 1967-1968;
*Ofícios curriculares de 1966-1974; 1982-1983
*Informações, processos, correspondências recebidas de 1963-1976;
*circulares de 1963-1978; boletim informativo de 1980-1982;
*requerimentos de faltas, licenças saúde de prof. e funcionários de 1970-1979;
*plano escolar (1975-1977, 1980-1983, 1983-1989),
* programa UNIMAR de 1975-1977;
*fichas de exame médico de Educação Física, encargos sociais de 1977;
*quadro geral de faltas de 1978-1981;
*ata de conselho de classe de 1978-1986;
*folha complementar de frequência, anexo n. 5 de 1981-1984;
*atribuição de aula de 1982;
*diversos documentos administrativos de 1984-1992: relação de remessa, ofícios, controle de ligações, despesas de consumo, exames médicos, requerimento de faltas, frequência, editais, portarias, atestados, declarações, levantamento de reposição, documentos e assuntos diversos.

Fonte: elaborado com base na Ata de Incineração de documentos

A falta dos Planos de Curso, Atas e análise de gráficos estatísticos que envolvam todas as séries e habilitações durante o recorte de 1955-1994 limitou o entendimento e a construção fidedigna dos cursos ofertados na unidade de ensino.

Entende-se com o “livro de incineração” o que não poderá ser explorado, porém os indícios instigam o que deve ser melhor analisado. A organização sistemática dos prontuários dos alunos e o apontamento de dados específicos

poderiam complementar as informações coletadas se estivessem organizados de maneira sistemática, respeitando as normas arquivísticas.

### **3.4 Histórico do CEETEPS**

A Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho - Etec, situada na cidade de Ipaussu/SP, atualmente é administrada pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Criado em 1969, “recebeu este nome em homenagem ao engenheiro, político e professor Antonio Francisco de Paula Souza”, fundador da Escola Politécnica de São Paulo (LANDI; PEDROSO; RUCKSTADTER, 2020).

A instituição ampliou sua administração significativamente após assumir diversas escolas estaduais em 1994. Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, o objetivo é promover o desenvolvimento sustentável do Estado, incorporando a tecnologia aos produtos, com a finalidade de atrair investidores.

Nota-se que os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) passaram por adaptações semelhantes. Essa observação reforça a intencionalidade de ampliação da Educação Profissional no território nacional. Segue o disposto da lei em 1994:

Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, às condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro (BRASIL, 2009).

O CEETEPS ampliou a sua proposta de ensino após agregar escolas de

nível médio já existentes, conforme descrito: “Foram incorporadas ao Centro em 1994, mais 82 unidades escolares, inclusive 35 escolas técnicas que eram vinculadas à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico” (GALVANIN, 2007, p.100).

Dentre as instituições está a unidade de ensino de Ipaussu, interior do Estado de São Paulo. O vínculo ocorreu a partir de 1º de janeiro de 1994, por meio do Decreto nº. 37.735 de 27 de outubro de 1993, a transferência ocorreu com todas as ETESGs (Escola Técnica Estadual de Segundo Grau) e ETAESGs (Escola Técnica Agrícola Estadual de Segundo Grau).

A autarquia está presente em “365 municípios, a instituição administra 224 Escolas Técnicas (Etecs) e 75 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, com mais de 323 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores tecnológicos”, sendo as unidades de ensino centradas no Estado de São Paulo (CEETEPS, 2022).

Todas as unidades de ensino seguem o lema da instituição: “Missão, Visão, Valores, Objetivos e Diretrizes”. Nesse sentido, todos os aspectos direcionam para a tecnologia e inovação.

Quadro 24: Lema do CEETEPS para todas as unidades de ensino

<b>Missão</b>
Promover a educação pública profissional e tecnológica dentro de referenciais de excelência, visando o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado de São Paulo.
<b>Visão</b>
Consolidar-se como referência nacional na formação e capacitação profissional, bem como na gestão educacional, estimulando a produtividade e competitividade da economia paulista.
<b>Valores</b>
Valorização e desenvolvimento humano
Postura ética e comprometimento
Respeito à diversidade e a pluralidade
Compromisso com a gestão democrática e transparente
Cordialidade nas relações de trabalho
Responsabilidade e sustentabilidade
Criatividade e inovação
<b>Objetivos Estratégico</b>
Atender às demandas sociais e do mercado de trabalho
Obter a satisfação dos públicos que se relacionam com o Centro Paula Souza ( <i>stakeholders</i> )

Alcançar e manter o grau de excelência em seus processos de ensino e aprendizagem
Assegurar a perenidade do crescimento da instituição com recursos financeiros disponíveis
Celeridade e efetividade na prestação de serviços
Formar profissionais atualizados em tecnologias e processos produtivos, capazes de atuar no desenvolvimento tecnológico e inovação
Promover a cultura de inovação e empreendedorismo
Aumentar a eficiência, produtividade e competitividade da instituição
Ampliar a oferta da educação profissional
<b>Diretrizes estratégicas</b>
Aperfeiçoar continuamente os processos de planejamento, gestão e as atividades operacionais/administrativas
Estimular e consolidar parcerias (internas e externas), sinergias e a inovação tecnológica
Manter a adequada infraestrutura e atualizados os laboratórios e equipamentos didáticos-pedagógicos
Promover capacitações e atualizações dos servidores, para assegurar a qualidade e a eficiência da educação profissional
Garantir processos de avaliação institucional que viabilizem a métrica e identificação dos resultados do Centro Paula Souza
Implantar programas que busquem melhorias contínuas dos resultados da instituição
Identificar novas tecnologias e demandas para planejamento e implantação de novos cursos e iniciativas
Promover aplicação da tecnologia e estimular a criatividade para o desenvolvimento de competências humanas e organizacionais
Captar recursos financeiros externos para realizações de projetos estratégicos quando não disponíveis no orçamento da instituição

Fonte: Endereço eletrônico do CEETEPS (2022)

A instituição possui estrutura tecnológica condizente com o lema da instituição. No endereço eletrônico ([www.cps.sp.gov.br](http://www.cps.sp.gov.br)), é possível encontrar informações sempre atualizadas sobre a Instituição, a Escola Técnica (Etec), Ensino à Distância (EaD), Faculdade de Tecnologia (Fatec), Pós-Graduação, Qualificação Profissional, Chamamento Público, Atividades Remotas, Dúvidas aulas online. Há informações temporárias, como eventos da superintendência, supervisão e unidades de ensino que são publicadas regularmente.

Fotografia 9: Portal do CEETEPS



Fonte: Endereço eletrônico do CEETEPS

A oferta dos cursos ocorre de acordo com a demanda de cada região: cada unidade escolar faz a sua pesquisa de campo e solicita a abertura do curso técnico adequado para o contexto, ou seja, mesmo que as unidades tenham a estrutura organizacional sob o comando de uma única instituição, os cursos são diferentes.

As unidades mantêm **200 cursos técnicos** (104 presenciais, 5 semipresenciais, 7 cursos online, 3 na modalidade aberta, 70 cursos técnicos integrados ao Médio, do programa Novotec Integrado, sendo 33 em tempo integral (M-Tec – PI) e 37 em um único período (M-Tec), 5 cursos na Articulação da Formação Profissional Média e Superior (AMS) e 6 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade EJA). As Etecs oferecem também 24 opções de cursos de especialização técnica (CEETEPS, 2022).

Ressalta-se algumas particularidades dos cursos de nível médio, com a intencionalidade de complementar a trajetória atual da Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho – Etec.

A unidade de ensino pode administrar a escola sede e escolas com sala descentralizadas na mesma cidade ou em outras cidades. O responsável é o coordenador de prédio que presta contas à unidade sede. As descentralizadas funcionam em outras escolas, normalmente a pedido do prefeito (que em acordo reembolsa o combustível dos docentes).

Há docentes concursados, com o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são considerados indeterminados; e há os docentes temporários, no período de dois anos, considerados determinados. A carga horária máxima é de 34 aulas, com hora atividade, não devendo ultrapassar 40 horas semanais e 8 horas diárias.

Para toda a equipe de trabalho são impostas metas para permanência dos alunos na instituição até a conclusão do curso – fator exigido para continuidade do seguimento. A análise de Borda (2010, p. 161) apresenta essa cobrança no Observatório Escolar do CEETEPS: “7) Os índices de evasão são apresentados e analisados em reuniões pedagógicas, de Conselho de Classe e outras” , verificando que a análise deve constar em Atas para tomada de providências.

A dissertação de Viviane Borda (2010), que é técnica administrativa na unidade de ensino apresentada, aponta o resultado da análise da avaliação institucional denominada “Observatório Escolar”. Na visão dos consultados, a unidade funciona como uma empresa: oferece cursos voltados para a educação profissional, com a intencionalidade de abastecer o mercado de trabalho com mão de obra especializada. Para manter a competitividade, impõe metas aos gestores e professores. Desta forma, a unidade escolar pública reflete a luta pela sobrevivência na sociedade capitalista. No trecho abaixo, pode-se comprovar o discurso empresarial:

Os professores e funcionários, principalmente aqueles com formação na área de Gestão, veem a escola como uma empresa e caracterizam o diretor como um administrador, apresentando uma concepção de que a educação deve estar centrada nos resultados (BORDA, 2010, p. 149).

O Regimento Comum da Etec segue a “Deliberação CEETEPS 03, de 18/07/2013 – Aprova o Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, publicado no DOE em 28/08/2013”. Nele constam 26 páginas, que norteiam as unidades de ensino de nível médio. A visualização dos tópicos demonstra os critérios pautados em lei e o rigor de seu cumprimento.

Quadro 25: Tópicos com o Regimento Comum da Etec (2013)

<b>TÍTULO I</b> – Das Disposições Preliminares
CAPÍTULO I – Das Unidades de Ensino; CAPÍTULO II – Dos Princípios e Das Finalidades,
<b>TÍTULO II</b> – Da Organização Técnica - Administrativa
CAPÍTULO I – Do Conselho de Escola; CAPÍTULO II – Do Plano Plurianual de Gestão e Outros Planos; CAPÍTULO III - Da Administração da Etec.
SEÇÃO I – Da Direção; SUBSEÇÃO I - Das Atribuições da Direção; SUBSEÇÃO II - Da

Designação e da Recondução do Emprego Público em Confiança de Diretor de Escola Técnica; SUBSEÇÃO III - Da Substituição ou Vacância do Emprego Público em Confiança de Diretor de Escola Técnica; SEÇÃO II – Da Coordenação Pedagógica; SUBSEÇÃO I - Das Coordenações de Curso; SUBSEÇÃO II – Dos Conselhos de Classe; SEÇÃO III – Dos Serviços Administrativos; SEÇÃO IV – Dos Serviços Acadêmicos; SEÇÃO V – Dos Serviços de Relações Institucionais;
<b>TÍTULO III</b> - Da Organização Curricular
CAPÍTULO I - Da Estrutura Curricular; CAPÍTULO II - Dos Estágios; CAPÍTULO III - Do Aproveitamento de Estudos e da Avaliação, do Reconhecimento e da Certificação de Competências.
<b>TÍTULO IV</b> - Do Regime Escolar CAPÍTULO I - Do Ingresso.
CAPÍTULO II – Da Classificação; CAPÍTULO III - Da Reclassificação; CAPÍTULO IV – Da Matrícula; CAPÍTULO V - Do Agrupamento dos Alunos; CAPÍTULO VI - Da Transferência; CAPÍTULO VII - Da Avaliação do Ensino e da Aprendizagem; CAPÍTULO VIII - Do Controle de Frequência; CAPÍTULO IX - Da Promoção e Retenção; CAPÍTULO X - Dos Diplomas e Certificados
<b>TÍTULO V</b> - Do Pessoal
CAPÍTULO I - Do Pessoal Técnico e Administrativo; CAPÍTULO II - Do Corpo Docente; CAPÍTULO III - Do Auxiliar de Docente;
SEÇÃO I - Das Penas Disciplinares
<b>TÍTULO VI</b> - Dos Direitos, Deveres e do Regime Disciplinar do Corpo Discente
CAPÍTULO I - Dos Direitos, CAPÍTULO II - Dos Deveres; CAPÍTULO III - Das Proibições; CAPÍTULO IV - Das Penalidades
<b>TÍTULO VII</b> - Dos Direitos e Deveres dos Pais ou Responsáveis
CAPÍTULO I - Dos Direitos; CAPÍTULO II - Dos Deveres
<b>TÍTULO VIII</b> – Das Instituições Auxiliares
<b>TÍTULO IX</b> - Das Disposições Gerais e Finais
<b>TÍTULO X</b> - Das Disposições Transitórias

Fonte: CEETEPS (2022)

Alguns aspectos que se diferenciam da Secretaria da Educação devem ser ressaltados: o acesso ao curso da Escola Técnica (Etec) ocorre por meio de “vestibulinho” classificatório, com inscrição mínima de 60 candidatos para 40 vagas, para que se valide a abertura das salas com atividade presencial.

Os cursos presenciais demonstram a breve permanência dos educandos nas dependências da unidade de ensino, visto que os cursos modulares são de um ano e meio e os cursos regulares vinculados ao Ensino Médio são de três anos.

A avaliação é analisada por competência: os discentes devem apresentar menção Muito Boa (MB), Boa (B) e Regular (R) para a aprovação. Sendo considerado retido o aluno com menção Insatisfatória (I).

A recuperação obrigatória pode ser paralela, recuperando a competência ligada a um instrumento de avaliação pontualmente ou de forma contínua ao

longo do semestre ou ano. Considera-se somente uma menção final ao longo do semestre (cursos modulares), ou uma menção final ao longo do ano (cursos vinculados à base comum).

Atualmente, a obrigatoriedade do Estágio foi substituída pelo Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, que promove pesquisa e visita a campo para observação, descrição e apresentação de melhorias de situação-problema vivenciada pelas empresas, ou seja, a vivência da teoria e prática.

Os apontamentos descritos neste tópico ressaltam que o Centro Estadual de Educação Tecnológica – CEETEPS é uma potência educacional para o Estado de São Paulo, por ofertar diversas modalidades de ensino e atender grande parte da população trabalhadora.

## **4 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA VIRTUAL**

Neste capítulo apresentamos as considerações sobre as iniciativas em busca da trajetória das instituições escolares, sobre a importância dos arquivos escolares, e o detalhamento sobre as atribuições do centro de memória e a composição do Produto Educacional.

### **4.1 As pesquisas sobre instituições escolares**

A pesquisa sobre as instituições escolares obteve notoriedade nos últimos anos na área de História da Educação. Saviani (2021) reforça a importância de professores e estudantes da área da Educação conhecerem a trajetória das unidades escolares. Para o pesquisador, educar é o ato de reproduzir direta e intencionalmente em cada indivíduo a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens. Essa referência produz uma educação de qualidade. Os profissionais da área devem conhecer a história da educação para entendimento desse processo em cada época e sociedade (SAVIANI, 2021).

Esclarece-se que este tópico apresenta os rumos da investigação sobre as instituições escolares nas últimas quatro décadas. Apesar de podermos localizar a mobilização de pesquisadores sobre a temática desde a década de 1950, houve intensificação a partir de 1990 nas pesquisas desenvolvidas em cursos de pós-graduação. A dúvida que permeia a investigação é sobre “o que e como pesquisar” a partir da temática das instituições escolares. Diante de diversas possibilidades, notam-se algumas particularidades e abordagens diferenciadas ao recorrermos à historiografia das instituições escolares. As considerações se apresentam positivas e negativas, porém as contribuições são válidas diante do recente incentivo da análise (NOSELLA; BUFFA, 2005).

Nosella e Buffa (2006), em “As pesquisas sobre as instituições escolares: balanço crítico”, definem três momentos de pesquisa na área de História da Educação. O primeiro, entre os anos de 1950 e 1960, é marcado pela criação do Centro Regional de Pesquisa, formulado pelo Instituto Nacional de Estudos Anísio

Teixeira (INEP), predominando estudos com o tema “educação e sociedade”.

O segundo momento se deu com a criação e expansão dos cursos de pós-graduação em Educação, nas décadas de 1970 e 1980, e discutiu-se predominantemente a “[...] produção da pesquisa e a reação à política dos governos militares” (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 2). No que se refere ao referencial teórico, traz aspectos positivos como a associação do conhecimento ao ensino e à leitura de importantes autores clássicos como Marx, Gramsci, Althusser, Foucault, Adorno e Bourdieu. Contudo, apresenta uma visão negativa devido à burocratização acadêmica e associação com pesquisas de menor relevância (NOSELLA; BUFFA, 2005).

No terceiro momento, evidencia-se “[...] o pluralismo epistemológico e temático e privilegia-se o estudo de objetos singulares” (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 354). Como ponto positivo, os autores destacam a diversificação das fontes de pesquisa. Como negativo, citam a predominância da subjetividade e da fragmentação do cenário histórico nas pesquisas em História da Educação.

Há registros de diversos eventos da área que possibilitaram a divulgação das pesquisas desenvolvidas. Evidenciam-se as reuniões científicas promovidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e os encontros nos Congressos de História da Educação da Sociedade Brasileira de História da Educação no Brasil (SBHE). No cenário internacional destacam-se o Congreso Iberoamericano Historia de la Educación Latinoamericano (CIHELA) e o International Standing Conference for the History of Education (ISHE) (BELUSSO; SOUZA, 2019, p. 14).

Dentre os Grupos de Pesquisa que estão se mobilizando como o Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), o Grupo de Trabalho (GT) do Norte Pioneiro (HISTEDNOPR), o Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza (GPEMHEP), entre outros, segundo as considerações de José Luís Sanfelice (1949-2021), há diversas possibilidades de estudo sobre a instituição educacional: “[...] pode implicar desde o estudo dos espaços físicos e da própria arquitetura dos edifícios, bem como na abordagem das suas grandes áreas de organização, ou seja, a pedagógico-didática e a de direção/gestão” (SANFELICE, 2002, p. 54). Por meio dessa assertiva é possível depreender que uma pesquisa

pode abordar uma perspectiva estrutural física ou conceitual e que a educação é polissêmica.

Há pesquisa das instituições escolares por meio do relacionamento do ser humano com o objeto, e esta ação abre precedentes para a discussão da dialética no pensamento de Karl Marx (1818-1883). A interpretação da realidade educacional vem alcançando um novo patamar por meio do materialismo histórico-dialético. Esse diálogo ganhou espaço nas universidades, sobretudo na pós-graduação, como, por exemplo, na Universidade de Campinas (UNICAMP), que enfatiza a importância desse debate. Molina (2018) afirma, a partir dos estudos de Saviani (2011), que os estudos das instituições escolares a partir do método do materialismo histórico-dialético devem evidenciar a face oculta dos acontecimentos, ou ainda, não têm como função reafirmar a história e as memórias oficiais, mas sim revelar as contradições inerentes às relações sociais que ultrapassem uma percepção imediata. Por se tratar de um estudo científico sobre uma instituição escolar, deve-se dar realce àqueles aspectos que não são visíveis no cotidiano.

A investigação realizada na presente pesquisa segue a mesma linha, preconizando revelar documentos oficiais preservados pela instituição em sua relação com a sociedade a partir da história. A proposição do Produto Educacional “Centro de Memória Virtual da Etec Ipaussu” traz possibilidades de debate acerca das condições materiais e imateriais. Contudo, ressalta-se que, distante do ideal, a prévia documental e iconográfica exposta propicia suporte para outros investigadores, com a expectativa de a comunidade conhecer a trajetória e os enfrentamentos no âmbito educacional. Dessa forma, outros interessados poderão acessar o material para refletir sobre as questões educacionais e sociais. Conforme as ponderações de Nosella e Buffa (2005, p. 361):

[...] o método de Marx como um processo investigativo, no qual a história dos homens, dependendo das lutas e das vontades humanas, está sempre aberta a vários desdobramentos, que são compreendidos por meio de contínuas pesquisas e constantes estudos realizados com base no método dialético.

Apesar de ser um trabalho inicial de levantamento e organização desse

material, a pesquisa inseriu a trajetória da escola no contexto local e nacional, a fim de pensar a escola como instituição que não se encontra isolada da sociedade.

Na sequência, segue a importância da divulgação do material encontrado, bem como o papel dos arquivos escolares e centros de memória nesse processo.

## 4.2 Arquivos Escolares e Centros de Memória

Os arquivos escolares trazem informações essenciais sobre a trajetória da instituição em prontuários de alunos, planos de curso e de aula, portarias, correspondências, entre outros. A preservação, a organização e o acesso a esses documentos constituem a memória educativa, uma vez que cada instituição apresenta suas particularidades. A professora Maria João Mogarro (2006) reforça a assertiva:

A importância do lugar do arquivo na instituição escolar tem acompanhado a afirmação dessa mesma instituição como um microcosmos com formas e modos específicos e organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (MOGARRO, 2006, p. 73).

Nesse sentido, torna-se emergencial a preservação de fontes documentais que lentamente são descartadas, pois são consideradas excessivas para o espaço de armazenamento físico. Ao perder seu valor administrativo, muitas são descartadas, desconsiderando seu valor histórico e cultural. Mogarro (2005) reforça o sentido emergencial de cuidar do patrimônio documental educativo: recuperar, preservar, estudar, divulgar, definir, orientar e conscientizar. Esta pesquisa caminhou nessa perspectiva.

Somente a partir de 2019 foi implantado o programa “São Paulo sem

Papel”, adotado em todos os setores administrativos do CEETEPS e suas unidades escolares. Contudo, destaca-se que este processo é para documentos novos. Baseada no Diário Oficial de sexta-feira, 16 de agosto de 2019, a “Resolução SDR 21, de 14-8-2019. Dispõe sobre procedimentos a serem observados internamente pela Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR na execução do Decreto 64.355 de 31-07-2019”. Segue a resolução descrita no Artigo 2º:

A tramitação de documentos entre a Secretaria da Educação e demais órgãos da administração pública ou da sociedade civil que não estiverem integrados ao Sistema SP Sem Papel dar-se-á, preferencialmente pelos meios digitais oficiais, em especial o e-mail institucional dos servidores da Pasta, nos termos da Resolução Seduc-65/2018 (BRASIL, 2019).

O detalhamento do processo está disponível no endereço eletrônico do Governo de São Paulo.

Em julho de 2019, o Governo do Estado de São Paulo lançou um programa que renova a forma de produzir e gerir documentos, trazendo mais agilidade, economia e transparência para a Administração Pública: o SP Sem Papel. O processo de implantação do programa já contemplou todas as Secretarias da Administração Direta e a próxima meta é incluir também toda a Administração Indireta do Estado. Assim, tudo que antes era feito em papel passa a ser produzido digitalmente, de forma gradativa, facilitando o trâmite de documentos em toda a Administração Pública e o relacionamento entre Estado, municípios e entidades. O portal SP Sem Papel é a plataforma corporativa de uso de servidores públicos da administração estadual, prefeitos e entidades sociais autorizados a produzir documentos digitais e/ou formalizar acordo bilateral com o Governo do Estado de São Paulo. Ele facilita a elaboração de documentos a partir de modelos padronizados e garante maior confiabilidade, pois a autenticidade é assegurada por meio de assinatura digital – única ou em lote. O ciclo de implantação conta um amplo programa de treinamento dos servidores no uso do sistema, realizado por meio de capacitação presencial de multiplicadores, tutoriais, ensino a distância, web-dúvidas e operação assistida (SÃO PAULO, 2021).

A iniciativa do Governo do Estado de São Paulo é viável, porém não protege a memória das instituições. O plano de ação implantado no CEETEPS protege digitalmente os arquivos a partir de 2019, e os arquivos físicos são protegidos a partir de 1994. O período anterior a este seguiu a lei de incineração

de 1961.

Esse enfrentamento ocorreu em outros setores públicos, por meio da Lei 8.159/1991, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) passaram a regulamentar algumas normas da arquivística.

Lei de Arquivos nº 8.159, 2º parágrafo 2º, dispõe sobre os arquivos públicos e privados, promulga que: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, p. 1).

Paulo Roberto Elian dos Santos, ao entrevistar Marilena Leite Paes em 2006 e 2007, profissional da arquivologia, esclarece em sua fala o enfrentamento da profissão, conforme segue: “Conarq deveria ter mais autonomia, porque vinculado ao Arquivo Nacional é meio complicado, não tem orçamento, não tem quadro de pessoal” (SANTOS, 2021, p. 24).

Durante a entrevista realizada com a profissional da arquivologia, ela relatou sua trajetória e contribuições no período que trabalhou na Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre 1954 e 1993, mencionou o seu papel no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), de 1994 a 2011, além de lutar pela regulamentação da profissão e participar da criação e atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Nota-se que esse esforço é recente e não impactou todos os setores administrativos públicos nacionais. O cenário de contenção se reflete nas instituições escolares que, notoriamente, possuem menos recursos tecnológicos e menos qualificação para o trabalho de arquivologia.

As escolas possuem em seu acervo parte do Patrimônio Cultural brasileiro, definido pelo Artigo 216 da Constituição de 1988 como:

Bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico,

artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 123).

Os bens de uma comunidade ultrapassam o que pode ser visível aos olhos, o bem material e imaterial compõe a dialética do materialismo histórico para entendimento da sociedade local e regional. Segue o conceito:

**Bem material** são todos aqueles compostos por um conjunto de bens físicos que são classificados em naturezas distintas, divididos em quatro livros de Tombo – Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes; e das Artes Aplicadas, sendo **bens móveis** (acervos, coleções, documentos, arquivos, bibliografias, fotografias, vídeos etc.) e **imóveis** (arquiteturas, cidades históricas, sítios urbanos, arqueológicos e paisagísticos). **Bem imaterial** são aqueles com base em conhecimentos, habilidades, práticas e crenças de um povo, tais como manifestações artísticas (literária, musical, cênica e plástica), rituais e festividades. Ainda é válido dizer que nesse quesito são considerados os locais destas práticas, como feiras, mercados típicos e manifestações religiosas (PEREIRA, 2018).

Em síntese, entende-se que um plano de ação é necessário para sistematizar e conservar o acervo documental das instituições escolares. Nesse sentido, um Centro de Memória:

[...] é uma área de uma instituição cujo objetivo é reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo. Ecoando os valores das instituições, os Cms geram produtos e serviços, dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional (ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 10).

Apesar da consciência administrativa da equipe gestora, a falta de espaço, de profissionais qualificados e de recursos econômicos e administrativos são as principais circunstâncias que comprometem a preservação dos documentos escolares.

Se essa historicidade for protegida será possível estreitar um diálogo entre ações passadas e futuras, pois as políticas educacionais seguem em constante adaptação para atender às novas demandas da sociedade moderna.

As iniciativas ainda são poucas, mas o acesso aos documentos do século passado é uma prática que está se expandindo lentamente, com destaque em

diversos setores, sejam eles públicos ou privados.

Na década de 1970 surgiu o interesse pela preservação da memória institucional. As universidades e faculdades foram os primeiros estabelecimentos de ensino brasileiro a desenvolver projetos de recuperação e de organização, passando a se mobilizar sem auxílio profissional na organização do patrimônio nacional. Após os anos 2000, alguns setores passaram a receber consultoria. A ação principiou com a criação dos Centros de Documentação, para posteriormente se transformar em Centros de Memória, que têm como objetivo geral a preservação da história institucional, e como objetivos secundários a utilização como instrumento de gestão e organização institucional (LAURETTI, 2011).

Segundo o endereço eletrônico do IBGE (2021), 47 empresas possuem Centros de Memória. No *site* do “Arquivo Público do Estado de São Paulo – Memória e Educação”, encontramos 8 referências: Centro de Memória da Educação – FEUSP, Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (1810 a 2005) – FEUSP; Centro de Referência em Educação Mário Covas – Memorial da Educação; Centro de Memória da Faculdade de Educação da UNICAMP; Memórias e Histórias da Educação Profissional em São Paulo (Centro Paula Souza); Memória na Educação da Bahia; HISTEDBR – Navegando na História da Educação; Resgate de Memória da Escola Normal e Escola Caetano de Campos (LANDI; PEDROSO; RUCKSTADTER, 2020).

Existe um esforço da instituição CEETEPS em promover essa preservação por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza (GEPEMHEP). O grupo foi criado oficialmente em 2008 e o seu registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ocorreu somente em 2014, porém o empenho para conhecer a origem e as práticas escolares das instituições iniciou-se em 1997.

O início dos trabalhos ocorreu em 1997, quando um grupo de professores e alunos participou da criação de oito Centros de Memória em oito escolas do Centro Paula Souza, no período de 1998 a 2002. O projeto intitulado “Memória Institucional e Transformações Histórico-Espaciais”, que extraoficialmente foi abreviado por “Projeto Historiografia”, foi iniciado pela professora Julia Falivene Alves, sob a coordenação e orientação da professora-doutora Carmen Sylvia

Vidigal de Moraes, pertencente ao Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo. Esse projeto teve incentivo da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (LANDI; PEDROSO; RUCKSTADTER, 2020, p. 173).

O GEPEMHEP, Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza (CEETEPS, 2020) tem a finalidade de levantar, analisar e divulgar informações de estudos e pesquisas sobre as origens de escolas técnicas nos municípios, dos currículos de cursos técnicos e tecnológicos, das práticas escolares e pedagógicas, da cultura escolar e das políticas de educação e saúde no ensino profissional. A sua linha de pesquisa abrange a cultura, os saberes e as práticas escolares e pedagógicas na educação profissional e tecnológica; os currículos e a história das disciplinas de cursos que são ou foram oferecidos na educação profissional e tecnológica; as instituições escolares técnicas e tecnológicas, enfatizando o público da escola, as modalidades de ensino e as apropriações dos espaços; as memórias e a história da educação profissional e tecnológica no campo da alimentação e nutrição (CEETEPS, 2020).

Diante do número de instituições técnicas e tecnológicas administradas pela instituição, considera-se o total de vinte e dois Centros de Memória implantados nas unidades de ensino do CEETEPS, sendo que a maioria está concentrada nas grandes cidades do Estado de São Paulo. Conforme segue:

Quadro 26 – Centros de Memória do CEETEPS

Administração do Centro Paula Souza - São Paulo
Etec Prof. Camargo Aranha - São Paulo
Etec Getúlio Vargas - São Paulo
Etec Fernando Prestes - Sorocaba
Etec Prof. Alcídio de Souza Prado - Orlandia
Etec Bento Quirino - Campinas
Etec Carlos de Campos - São Paulo
Etec Dr. Carolino de Motta e Silva - Espírito Santo do Pinhal
Etec Cônego José Bento - Jacareí
Etec João Belarmino - Amparo
Etec João Gomes de Araújo - Pindamonhangaba
Etec João Jorge Geraissate - Penápolis
Etec José Rocha Mendes - São Paulo

Etec Dr. Júlio Cardoso - Franca
Etec Prof. Matheus Leite de Abreu - Mirassol
Etec Pedro Ferreira Alves - Mogi Mirim
Etec Philadelpho Gouvêa Netto - São José do Rio Preto
Etec Sylvio de Mattos Carvalho - Matão
Etec Trajano Camargo - Limeira
Etec Dona Escolástica Rosa - Santos
Etec Dep. Ary de Camargo Pedroso - Piracicaba
Etec Angelo Cavalheiro - Serrana

Fonte: elaborado com base no endereço eletrônico do GEPEMHEP (CEETEPS, 2020)

### 4.3 Implantação do Centro de Memória Virtual da Etec Ipaussu

Para fundamentar a importância da implantação do Centro de Memória da Etec Ipaussu/SP é válido considerar as observações de Bloch (2001, p. 79): “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar ele”. Essa assertiva reforça a ideia de que devem ser apreciadas várias fontes e, posteriormente, o conhecimento deve ser compartilhado.

O Produto Educacional, Centro de Memória Virtual da Etec, será a base para considerar as mudanças da sociedade. Para Eric Hobsbawm (1997, p. 17):

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

Durante a implantação do Produto Educacional foram observadas, a partir de Mundet (1996), as normas da arquivística, que expõem os fundamentos da teoria e as suas etapas. Elas perpassam o planejamento, o levantamento documental oficial, bibliográfico e iconográfico, além do acervo fotográfico, envolvendo os eventos da instituição.

A proposta do Centro de Memória tem o respaldo do Centro Paula Souza, instituição que administra a unidade escolar. A exposição virtual, atividade inaugural das atividades do Centro, conta com o apoio do GEPEMHEP - Grupo de

Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza. Este será o 23º Centro de Memória da instituição CEETEPS. O número de instituições que se dedicam à criação do Centro de Memória é considerado ainda pequeno devido à dimensão administrativa.

Este é somente o primeiro passo para a ampliação da pesquisa. Nesse âmbito, o grupo promove eventos, ações educativas, publicações e reuniões periódicas:

Este interesse científico e social sobre o patrimônio cultural da educação consolidou-se fortemente nas últimas décadas e encontrou nos Centros de Memória constituídos nas instituições um dispositivo fundamental para se preservar, divulgar e valorizar coleções e acervos, abrigando também muitos estudos sobre temas de memória e história da educação profissional – o importante universo educativo onde se situa esta publicação (CARVALHO, 2017, p. 17).

Diante de sua importância, o produto educacional terá o *link* divulgado permanentemente no endereço eletrônico do GEPEMHEP (<http://www.memorias.cpscetec.com.br>).<sup>3</sup>

Fotografia 10 – Portal GEPEMHEP



Fonte: Endereço eletrônico do CEETEPS (2020)

O vínculo com o endereço eletrônico oficial proporcionará maior visibilidade e qualidade no compartilhamento das informações.

<sup>3</sup> A publicação oficial no grupo deverá ocorrer somente após a conclusão da defesa, envio da dissertação para análise, bem como o final da legislação eleitoral no Estado de São Paulo, em outubro, que proíbe a publicações nos departamentos públicos, a liberação deve ocorrer em novembro de 2022.

O formato proposto promove a exposição do acervo fotográfico e iconográfico contextualizado com a relação entre trabalho e educação, as políticas públicas educacionais para a Educação Profissional e o lugar de luta da classe trabalhadora.

O acesso às dependências da escola ocorreu no mês de agosto de 2021, porém com algumas restrições ao acervo escolar. Diante da instabilidade do cenário educativo, a construção do Produto Educacional, o Centro de Memória da Etec Ipaussu/SP, sofreu alterações devido ao distanciamento sanitário imposto em consequência do contexto pandêmico da Covid-19. Mesmo adentrando o ano de 2022 com a flexibilização do uso das máscaras, parte das medidas preventivas continuou.

Devido à necessidade de adaptação do espaço físico, a exposição ocorrerá inicialmente no endereço eletrônico, respeitando o recorte temporal proposto neste estudo, entre os anos de 1955-1994. Serão ressaltadas todas as alterações de nomenclaturas e de secretarias, bem como a descrição de algumas particularidades, visto que não possuíam uma linearidade e oscilavam diversas vezes, adequando-se aos decretos e leis em vigor.

A incineração das fontes históricas educacionais e a restrição ao acervo não propicia à comunidade itinerante o sentimento de pertencimento e responsabilidade pela preservação da educação pública, composta pelos alunos da Educação Básica de nível médio e pelos professores em contrato temporário.

Voltado para a Educação Básica de nível médio, o tempo de permanência no edifício escolar não ultrapassa três anos. A comunidade interna vivencia somente experiências imediatistas que se dispersam, não ocorrendo o senso de pertencimento vinculado à história da instituição, nem mesmo a consciência social pertinente às mudanças curriculares e a reflexão do impacto na sociedade.

Para viabilizar a implantação foram utilizados recursos próprios. Após o estudo organizado sobre o acervo documental oficial e por meio do levantamento iconográfico/fotográfico da unidade escolar, o material foi mapeado, selecionando-se uma amostragem, e esta foi escaneada e postada no endereço eletrônico.

A organização foi realizada com abas descritivas. No início, destaca-se a apresentação da estrutura do endereço eletrônico, do conceito sobre o Centro de Memória, de informações gerais sobre a instituição atualmente, sobre o

CEETEPS e sobre a cidade.

As abas seguintes seguem sequencialmente a divulgação de amostragem documental da instituição em cada gestão: direção, lei e decretos para a constituição da unidade de ensino de 1955 a 1994, a Escola Artesanal (1955), a Escola Industrial (1963), o Ginásio Industrial Estadual (1965), o Centro Estadual Interescolar (1976), a EEPSP (1978) e a ETESG (1987). Além disso, apresentam-se os cursos, a estrutura dos cursos técnicos, os prontuários dos discentes, as curiosidades curriculares, as fotos e algumas considerações para estimular o debate de forma contextualizada e comparativa com a atualidade.

Fotografia 11: Página inicial do Centro de Memória Etec Ipaussu / SP



Fonte: Elaborado pela autora

Na mesma página do endereço eletrônico seguem alguns esclarecimentos conceituais sobre o Centro de Memória e a composição das páginas. Serão expostas neste trabalho algumas imagens representativas, visto que a página estará em constante construção, por sugerir uma produção colaborativa com a comunidade interna e externa.

## Fotografia 12: O que é um Centro de Memória?

### O QUE É UM CENTRO DE MEMÓRIA?

Pensar na trajetória da instituição escolar traz a possibilidade de conhecer os valores e refletir sobre a cultura organizacional.

"O Centro de Memória é uma área de uma instituição cujo objetivo é reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo."(p. 12)

*Fonte: Centros de memória: manual básico para implantação. – São Paulo : Itaú Cultural, 2013.*

Fonte: Elaborado pela autora

A página inicial apresenta o ponto de partida para a construção do Centro de Memória Etec Ipaussu, disponibiliza o contato para a colaboração voluntária e esclarece a utilização das abas para acesso aos períodos de mudança de nomenclatura e gestão.

## Fotografia 13: Explanação sobre a abordagem do Produto Educacional

Esclarecemos que este site estará em construção permanente e parte das informações contidas na dissertação de Mestrado **"IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE MEMÓRIA VIRTUAL DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR PEDRO LEME BRISOLLA SOBRINHO (ETEC) DE IPAUSSU/SP (1955-1994)"**, realizado na UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná Campus de Jacarezinho/PR. Pesquisadora: Tânia Janaína Borda Landi

Ajude-nos a contar essa história.

Entre em contato através dos e-mails: [tonia.landi@etec.sp.gov.br](mailto:tonia.landi@etec.sp.gov.br) ou [janainoipaussu@yahoo.com.br](mailto:janainoipaussu@yahoo.com.br).

Para consulta o período escolar escolha a aba superior.

- Escola Artesanal;
- Ginásio Industrial;
- EEPSG - Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau;
- ETESG - Escola Técnica Estadual de Segundo Grau;
- ETEC - Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho;
- Sugestão de atividade para docentes debaterem o tema em sala de aula;
- Informações adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora

A aba que trata da Escola Artesanal apresenta algumas particularidades já vistas neste texto, além de imagens adicionais da comunidade escolar e de outras

fontes documentais.

#### Fotografia 14: Banda Marcial da Escola Artesanal

Centro de Memória Etec Ipaus...

Todas as alterações foram salvas no Google Drive



Banda Marcia da Escola Artesanal

Fonte: Página do Viva Ipaussu no Facebook<sup>4</sup>

Da mesma maneira se destacam especificidades na aba sobre o Ginásio Industrial. Nesse momento são acrescentados depoimentos de discentes que contribuíram de forma voluntária com a pesquisa. A ação foi destinada exclusivamente para o endereço eletrônico, portanto, não será analisada neste texto. O relato é ilustrado por fotografias de objetos confeccionados pelos discentes. Conforme consta abaixo:

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://tinyurl.com/mtp6c8ty>. Acesso em: 23 jan. 2022.

### Fotografia 15: Objetos confeccionados no período do Ginásio Industrial

Centro de Memória Etec Ipaus...

Todas as alterações foram salvas no Drive



Moeda confeccionada pelos  
alunos

Fonte: Acervo da Etec



Lençol confeccionado pelas  
alunas

Fonte: Acervo Maria Ignês  
Simões Guidio



Cinzeiro confeccionado  
durante as aulas na Escola  
Industrial

Fonte: Acervo Roberto  
Galvanin Guidio

A preservação da memória escolar pressupõe um diálogo com o contexto histórico. O materialismo histórico-dialético possibilita enxergar na história da instituição escolar a formação dos indivíduos e o impacto na sociedade. Nessa perspectiva, considera-se que, para a Educação Profissional, em seu sentido mais amplo, não existe trabalho sem educação.

Posto isso, observa-se o período da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Dentre os materiais pesquisados, não consta abundância de imagens sobre a educação profissional, pois é representada por dois cursos, Auxiliar de Serviços Gerais de Escritório e Serviço Mecânico. Nesse contexto, destacamos as máquinas utilizadas durante as aulas.

### Fotografia 16: Exposição de Máquinas de Datilografia

Centro de Memória Etec Ipaus...

Todas as alterações foram salvas no Google Drive



Exposição de Máquinas utilizadas durante às aulas de Datilografia, Auxiliar de Serviços Gerais de Escritório.

*Acervo: Etec Ipaussu*

O período da Escola Técnica Estadual de Segundo Grau Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho (ETESG) foi intenso com a mudança administrativa para o CEETEPS. Na aba que aborda a instituição se destaca o depoimento do diretor Homero José Mastrodomênico, de 1991 a 1995. São retratadas as cerimônias oficiais, atividades solidárias e festivas da comunidade, além de objeto confeccionado pelos discentes.

## Fotografia 17: Cerimônia de Formatura

Centro de Memória Etec Ipaus...

Todas as alterações foram salvas no Google Drive



Cerimônia de Formatura

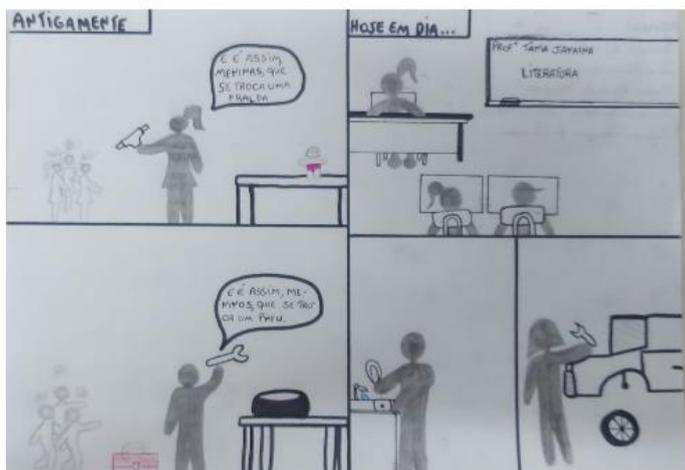
Diretor Homero (com gravata)

Fonte: Acervo Etec Ipaussu

Como exemplo da aplicabilidade do Centro de Memória no âmbito educacional enquanto prática de estudo, os discentes da Educação Básica, de 2022, da 2ª série do curso Ensino Técnico de Nível Médio em Administração foram apresentados ao Produto Educacional para realização de um debate sobre o tema. O resultado gerou atividades livres, mas com a proposta de comparação e reflexão sobre os caminhos da Educação Profissional para homens e mulheres, desde a implantação da instituição, em 1955, até a presente data.

No endereço eletrônico do Centro de Memória Etec Ipaussu consta a aba “Sugestão de Atividade”, com possibilidade de práticas docentes a partir do Centro de Memória escolar. As imagens detalham as etapas e o resultado:

Fotografia 18: Aba com “Sugestão de Atividade” 1



## COMPARATIVO

Escola Artesanal (1955) x Etec Ipaussu (2022)

Os discentes passaram por 4 etapas para o desenvolvimento da atividade.

1º Tomaram ciência da proposta curricular em 1995, para homens e mulheres.

2º Debateram sobre o assunto;

3º Traçaram um comparativo em grupo de forma livre;

4º Efetuaram a exposição oral para a sala.

Fonte: Atividade educacional proposta pela autora

Na sequência, apresentamos atividades produzidas pelos discentes com as considerações realizadas durante a exposição oral.

Na Atividade 1 os discentes destacaram que mesmo nas disciplinas da base comum, representada pela descrição na lousa, Língua Portuguesa e Literatura, há o debate sobre a produção literária baseado no contexto histórico de cada período. Nesta ilustração, destacam-se o capitalismo e a busca de gênero pela igualdade laboral.

Fotografia 19: Atividade 2



Fonte: Atividade educacional proposta pela autora

Na atividade realizada pelos discentes, caracterizada como número 2, ocorre o debate sobre a educação profissional para mulheres em 1955, base curricular pautada na Educação Doméstica (1955). Comparativo com 2022, diversas possibilidades. Os discentes ressaltaram durante a exposição oral a alegria no segundo momento.

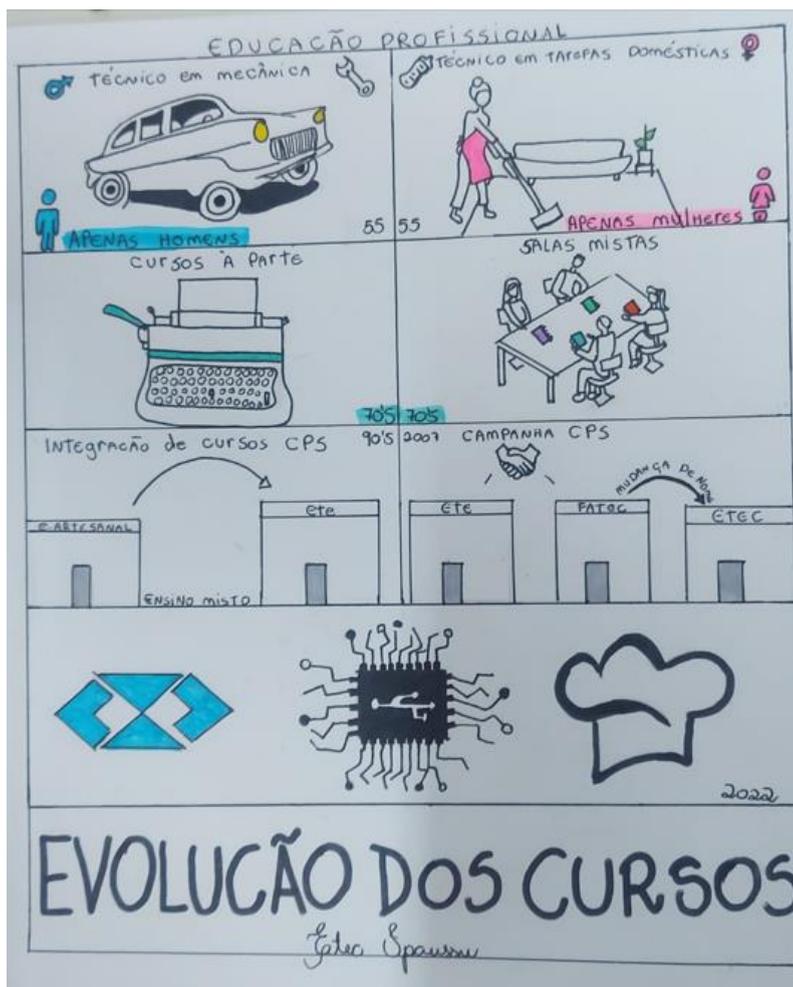
Fotografia 20: Atividade 3



Fonte: Atividade educacional proposta pela autora

De acordo com os discentes, evidencia-se o acesso ao ensino superior, considerando a continuidade da qualificação técnica da educação básica ou a escolha de outra especialidade, na Atividade 3.

Fotografia 21: Atividade 4



Fonte: Atividade educacional proposta pela autora

Nessa representação da Atividade 4, os discentes destacaram a integração com salas mistas e a administração do CEETEPS a partir de 1994. Os símbolos do curso de Administração, Informática e Gastronomia representam a oferta da educação profissional na Etec Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho de Ipaussu/SP.

Fotografia 22: Atividade 5



Fonte: Atividade educacional proposta pela autora

Na Atividade número 5 ocorre o diálogo proposto entre a aluna do passado e do presente, ressaltando as diferenças na proposta curricular, na abordagem da professora e na liberdade das vestimentas.

Os contínuos debates ocorridos foram expostos de forma virtual no Centro de Memória da Etec Ipaussu como forma de manifestação e reflexão. Considera-se que a dialética do materialismo histórico proporciona distintas impressões da realidade educativa.

O compartilhamento de informações deve alcançar estudantes e estudiosos de várias regiões. Espera-se que o Centro de Memória da Educação Profissional Pública desperte nos discentes e docentes o sentimento de preservação e de valorização da educação, de maneira a estimular a continuidade da investigação até a conquista de um espaço apropriado para a expansão do projeto e exposição de materiais e objetos.

O diálogo com a comunidade resultará em um espaço para que os visitantes possam compartilhar sensações, a partir de uma exposição virtual no site. O Centro de Memória da Etec Ipaussu/SP deverá ser interativo e construído continuamente, para que todos tenham o seu lugar de pertencimento.

## 5 CONCLUSÃO

A unidade de ensino Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho (Etec), localizada no município de Ipaussu, Estado de São Paulo, está sob o comando do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) desde 1994. Com pouco mais de quinze mil habitantes, possui um longo histórico: conserva em seu acervo mais de treze mil prontuários de discentes que registram a História da Educação Profissional Pública. Contudo, as informações anteriores a atual gestão não são divulgadas, apesar de a administração central, localizada na cidade de São Paulo, estimular a investigação educacional.

A sugestão ocorreu a partir da participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza (GEPEMHEP), um departamento com docentes de diversas áreas do conhecimento que de forma voluntária se propõe ao estudo, à compreensão e à divulgação do percurso das unidades de ensino. Apesar do incentivo, a instituição, que comanda 224 escolas técnicas, possui somente vinte e dois Centros de Memória.

No Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), de Jacarezinho, foi possível desenvolver um estudo sistêmico com referencial teórico que se respalda na História da Educação por meio do materialismo histórico-dialético e implantar um Centro de Memória Virtual na Etec de Ipaussu/SP.

O Estado da Arte percorrido para a apreensão do contexto histórico e educacional passou pela dialética da relação entre trabalho e educação desde a Era Vargas. Com as leituras, compreendemos que o sistema capitalista dividiu o homem em classes e a proposta educacional acompanhou as demandas governamentais do cenário liberal e neoliberal.

A proposição de estudos sobre as instituições escolares é recente. Estima-se que somente a partir de 1970 há a promoção da pesquisa sobre o percurso das instituições. Para respaldar a importância sobre a busca de informações que

envolvem instituições escolares, foi efetuado um levantamento que delimita o tema da Educação Profissional e seus similares. O resultado corresponde ao que dizem os especialistas: o número é ínfimo diante da dimensão a ser explorada.

Além do estudo acadêmico que valida esta dissertação, há a construção do Produto Educacional, objetivando a criação de um objeto de aprendizagem. A implantação do Centro de Memória Virtual da Etec de Ipaussu torna acessível o acervo documental e iconográfico à comunidade interna e externa, revelando as condições de estudo diferenciadas para homens e mulheres no período de 1955-1994. O recorte temático trabalhado com os alunos e alunas possibilitou promover o debate sobre a Educação Profissional para o mundo do trabalho e para a manutenção do lar no período do recorte proposto e a partir da História da Educação Brasileira.

Com a finalidade de despertar nos discentes a percepção do seu entorno, o Produto Educacional, como instrumento pedagógico, pretendeu estimular o pensamento crítico que considera o contexto histórico dentro e fora do Brasil e as questões educacionais discutidas por Saviani (2007), Ciavatta (2019) Manacorda (2019), Frigotto (2006), Nosella e Buffa (2005), na perspectiva histórica e hegemônica do Ensino Profissional.

Para corroborar o debate, durante a construção do Produto Educacional houve a explanação do panorama do município que abriga a escola técnica em Ipaussu/SP, bem como a apresentação do histórico do CEETEPS e da história da Educação Profissional no Brasil.

Inaugurada em 1955, a instituição possui uma trajetória pouco conhecida. Isso porque o processo de contratação de docentes temporários no período de dois anos é constante. Outro fator é a permanência dos discentes na Educação Básica de nível médio no período de três anos. A breve permanência não desperta na comunidade o senso de pertencimento ao local.

A unidade de ensino, a exemplo de outras, não possui mão de obra especializada em arquivística. A troca predial em 1972 para um dos pontos turísticos da cidade, o Lago Municipal, foi benéfica na otimização do espaço pedagógico, mas a falta de profissionais qualificados para o traslado prejudicou a classificação e o armazenamento do acervo documental e fotográfico de 1955 a 1994.

O acervo disponível nos arquivos da instituição é parcial, devido à autorização do Governo do Estado de São Paulo, que sugeriu aos gestores educacionais a incineração de registros acadêmicos após a transcrição em Livro Ata e testemunhas, por meio do Decreto 39.334/1961, de 10 de novembro de 1961. A ação foi registrada em seis livros e descrita de forma detalhada neste texto.

O trabalho introdutório do Centro de Memória da Etec Ipaussu, que ocorre de forma virtual, apresenta no endereço eletrônico uma amostragem das atas de incineração, dos prontuários dos discentes, do material de planejamento encontrado no arquivo da instituição, do material iconográfico do acervo da Etec Ipaussu e de colaboradores externos, acervos pessoais e públicos. O texto dissertativo complementa o Produto Educacional com o detalhamento dos itens mencionados. O conteúdo disponibilizado intenciona contribuir para o estudo e a investigação.

A pesquisa revelou a supressão da memória técnica escolar no município. Na ocasião da queima dos documentos acadêmicos, não foi orientada a preservação de amostras que evidenciarão as ações pedagógicas correspondentes às grades curriculares de cada período administrativo, por isso o levantamento e a divulgação dos dados encontrados são emergenciais. Os registros alusivos às diversas nomenclaturas que a unidade de ensino recebeu são escassos, contudo, trazem particularidades importantes para o conhecimento do contexto histórico e educacional na época da Escola Artesanal (1955), da Escola Industrial (1963), do Ginásio Industrial Estadual de Ipaussu (GIEI 1965), do Centro Estadual Interescolar (1976), da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau (EEPSG 1978) e da Escola Técnica Estadual de Segundo Grau (ETESG 1987-1994).

A contar de 1994, todos os documentos foram preservados seguindo a orientação da administração central. Espera-se, assim, que o levantamento efetuado até o momento possa contribuir com investigações futuras.

A análise parte da historicidade, do comparativo dos problemas sociais e econômicos que impactam as políticas públicas educacionais pertinentes à Educação Profissional, discute o bem comum coletivo na formação da sociedade e a exclusão dos trabalhadores no processo educativo.

O Produto Educacional favorece o pensar com base no referencial teórico, sobre o coletivo, se as oportunidades são igualitárias a todo cidadão, homens e mulheres, em qualquer tempo, independentemente de suas escolhas, condições e raça. Se o tratamento é humanizado, se possibilita a construção da autonomia e enfatiza a importância da relação entre os sujeitos.

Desse modo, fica evidenciado que o processo educativo deve empoderar todos os cidadãos, e a principal intencionalidade deve ser construir uma sociedade igualitária.

Esse diálogo traz a concepção de que seja possível unir o avanço tecnológico, a especialização, junto à formação científica para o bem comum da sociedade e o crescimento intelectual uniforme dos cidadãos. A discussão não gira em torno somente das unidades de ensino, mas também na proposta de uma sociedade inclusiva.

Com a implantação do Centro de Memória Etec de Ipaussu/SP, espera-se que outros docentes se sintam motivados a seguir com a pesquisa, a trazer a discussão para a sala de aula para que os discentes leiam, reflitam e promovam um diálogo entre o contexto histórico, o referencial teórico e o acervo iconográfico. O resultado dos debates deve compor o endereço eletrônico do Produto Educacional, que estará aberto à comunidade para construção colaborativa.

A criação de um Centro de Memória sobre a Educação Profissional na Educação Básica na cidade de Ipaussu/SP perpassa a ideia de uma exposição fotográfica. Trata-se de compreender que a escola não é autônoma, considerando somente o seu entorno: ela está sujeita às políticas públicas educacionais que atendem a intencionalidade do mercado de trabalho, sobretudo ao se referir à Educação Profissional. Compreender a importância da unidade de ensino local e seu papel na construção da sociedade é imprescindível para entender o lugar de luta da classe trabalhadora dentro de uma sociedade capitalista.

O Produto Educacional não é uma ação memorialista. Espera-se que além do saudosismo que deve se instaurar, haja um posicionamento em defesa do patrimônio público e a valorização da escola, a certeza de pertencimento e reconhecimento do trabalho de gestores, educadores e de todos que usufruíram do espaço institucional, além da construção de novos saberes e a apropriação histórica necessária para o posicionamento crítico e emancipatório da classe

trabalhadora.

A busca por políticas públicas que favoreçam a sociedade local deve ser intensa, de modo a evitar o esvaziamento dos direitos intelectuais e sociais. O acesso a uma Educação Básica de qualidade é um direito e deve ser uma preocupação de toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ARROYO, M. G. **Currículo: território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BATISTA, E. L. Percurso histórico do ensino profissional no Brasil – da Colônia ao início do século XXI. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 228, mai/jun. 2021.

BELUSSO, G.; SOUZA, J. E. História das Instituições Escolares: Experiências de Pesquisa, Possibilidades de Acervos, **Sillogés**, v. 2. n. 1, p. 12-35, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/44>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BLOCH, M. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORDA, V. **Avaliação institucional nas escolas técnicas do Centro Paula Souza: o observatório escolar**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BOTO, C. A escola primária como tema do debate às vésperas da República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 253-282, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927**. Crêa o ensino profissional obrigatório nas escolas primarias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Collegio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providencias. Diário Oficial, 26 ago. 1927a. Seção 1, 18653. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>. Acesso em 02 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 37.735, de 27 de outubro de 1993**. Autoriza a transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Paula Souza – CEETEPS e dá providências correlatas. <https://leisestaduais.com.br/sp/decreto-n-37735-1993-sao-paulo-autoriza-a-transferencia-das-escolas-tecnicas-estaduais-para-o-centro-estadual-de-educacao-tecnologica-paula-souza-ceetps-e-da-providencias-correlatas>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 39.334, de 10 de novembro de 1961**. Aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1961/decreto-39334->

10.11.1961.html. Acesso em 02 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.073/1942, de 30 de janeiro de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.html). Acesso em 02 mar. 2021

BRASIL. **Lei nº 4.127/1942, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.613/1942, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica para o Ensino Agrícola. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm)

BRASIL. **Lei nº 4.024/1961, de 20 de dezembro de 1961.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.297/1975, de 15 de dezembro de 1975.** Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6297.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6297.htm). Acesso em 02 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Brasília, 1991. Disponível: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/111158/lei-8315-91>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação**

**Profissional e Tecnológica** Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto 64.355, de 31 de julho de 2019**. Programa SP sem Papel. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/191186>. Acesso em 15 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Brasília, DF, s/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>. Acesso em: 16 jun.2021.

CADERNO DE PLANEJAMENTO DO GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL. GIEI Planejamento, 1973. Acervo da Instituição.

CÂMARA MUNICIPAL DE IPAUSSU. **História do Município**. Disponível em: <https://www.camaraipaussu.sp.gov.br/index2.php?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&idmenu=88>. Acesso em: 23 abr. 2022.

CARVALHO, M. L. M. Coleções, Acervos e Centros de Memória: memórias e história da educação profissional. *In: Colecciones, Fondos y Centros de Memoria: memorias e historia de la educación profesional*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017.

CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. **Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo. 2022. Disponível em <http://www.memorias.cpsctec.com.br/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CEETEPS. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. **Sobre o Centro Paula Souza**. 2021, São Paulo. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CIAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória. *In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio integrado: concepções contraditórias*. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M. et al. **A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

CONCEIÇÃO, M. R. **Historiografia do Ensino Profissional paulista: as marcas do modo de produção**. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 10 fev.

2021.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, v. 32, n. 2, 10 jul. 2009.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/5520>. Acesso em: 08 jun.2022.

DEWEY, John. **Vida e educação**. Tradução de Anísio Teixeira. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

DRABACH, N. P.; MOUSQUER, M. E. L. Dos primeiros escritos sobre Administração escolar no Brasil aos Escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, pp. 258-285, Jul/Dez 2009.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Fotografia “Escola Artesanal (1955)”, Ipaussu, 1955. Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Documento “Solicitação para fazer o Exame de Admissão”, Ipaussu, 1957. Acervo da instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Documento “Atestado para ingresso na Escola Artesanal”, Ipaussu, 1959. Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Documento “Prontuário Masculino ‘Mecânica de Máquinas’”. Ipaussu, 1958. Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Documento “Prontuário Feminino ‘Educação Doméstica’”. Ipaussu, 1958. Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Fotografia “Ginásio Industrial (1972)”. Ipaussu, 1972. Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Fotografia “Moeda confeccionada pelos alunos. Ipaussu, s/d. Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Fotografia “Exposição de Máquinas de Datilografia”. Ipaussu, s/d. Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Fotografia “Cerimônia de Formatura”. Ipaussu, s/d. Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Ata de Incineração de Documentos. 1980-1997. Ipaussu, Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Plano Escolar de 1982-1983. Ipaussu, Acervo da Instituição.

Etec Profº Pedro Leme Brisolla Sobrinho. Plano Escolar de 1982-1984. Ipaussu, Acervo da Instituição.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>. Acesso em 21 fev. 2021.

FILIPAKI, A. A. A Transição entre o Modelo Tecnicista e o Modelo Humanista, Consideradas Práticas Educativas em Escola Profissionalizante. *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2010**. Curitiba: SEED/PR., 2014. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2010/2010\\_unicentro\\_dtec\\_artigo\\_alceu\\_antonio\\_filipaki.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_unicentro_dtec_artigo_alceu_antonio_filipaki.pdf). Acesso em 15 jul. 2021.

FRANÇA, M. C. C. C.; SCHIEDECK, S. A EPT e a história: legislação e narrativas memoriais sobre a expansão da rede federal. *In*: SANTOS, R. C. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Memória e práticas na formação de professores**, São Paulo: Pragmatha, 2021, v. 3.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. *In*: LIMA, J. C.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/frigotto-fala-sobre-temas-do-livro-fundamentos-da-educacao-escolar-do-brasil>. Acesso em 10 mar. 2021.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 206-233, 2015.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10 de mar. de 2021.

GALVANIN, B. **Reflexos da reforma da educação profissional técnica de nível médio**: análise documental em uma escola do CEETEPS. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007.

GENEROSO, G. P.; MAISTRO, V. P. **Memórias de Ipaussu**, 2. ed. ver. atual. Ipaussu: O Cometa. 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM MEMÓRIAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. GEPEMHEP. Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica - Centro Paula Souza. Disponível em:

<http://www.memorias.cpscetec.com.br/gepemhep.php>. Acesso em: 21 jan. 2022.

GUIDIO, M. I. S. Fotografia intitulada “Lençol confeccionado pelas alunas”, s/d. Acervo pessoal.

GUIDIO, R. G. Fotografia intitulada “Cinzeiro confeccionado durante as aulas da Escola Industrial”, s/d. Acervo pessoal.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm\\_2021\\_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_dez.pdf). Acesso em: jan. 2022.

IBGE. **População Estima 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ipaussu/panorama>. Acesso em: 23 nov. 2021

ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória**: manual básico para implantação. – São Paulo, 2013, p. 80 Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/centros-de-memoria-manual-basico-para-implantacao-2>. Acesso em 11 nov. 2021.

LANDI, T. J. B; PEDROSO, J. Z. M.; RUCKSTADTER. V. C. M. Historiografia do grupo de pesquisa sobre a educação profissional do Centro Paula Souza. **Anais da Semana de História** – UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná – Jacarezinho, PR, 2020.

LANDI, T. J.; RUCKSTADTER, V. C. M. Historiografia em Trabalho e Educação: alguns apontamentos. In. IV Simpósio de Educação e Inovação, V Seminário em Currículo e Inovação, 2020, Jacarezinho, **Anais** [...], Jacarezinho. Instituto Federal. 2020, p. 165. Disponível em: <https://sites.google.com/ifpr.edu.br/sei/anais?authuser=0>.

LAURETTI C. F. **Centros de memória e arquivos históricos**: semelhanças e diferenças. São Paulo, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Biblioteconomia e Documentação / Escola de Comunicações e Artes / USP.

LOMBARDI, J. C. Algumas questões sobre educação e ensino em Marx e Engel. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v 1. n. especial, p. 347-366, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639914>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MACHADO, M. T. G. **O ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970**: trajetória na cidade de Orlandia. 2014. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**: americanismo e conformismo. Tradução de William Laços. Campinas: Alínea, 2019.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da História. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOGARRO, M J. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. Sísifo: **Revista de Ciências da Educação**, n.1, p. 71-84, 2006. Disponível em <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/40/0> Acesso em 15 fev. de 2022.

MOGARRO, M. J. . Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições Unicamp**, v. 16, p. 103-116, 2005. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33681>. Acesso em 10 de mai. de 2022.

MOLINA, R. S. História, instituições escolares e o materialismo histórico-dialético. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 1209–1228, 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i4.8652660. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652660>. Acesso em: 10 de mai. 2022.

MUNDET, J. R. C. **Manual de Archivística**. Madrid: Fundación German Sanchez Rupérez, 1996.

NEVES, K. C. R.; MARTTI, F. C. M.; ALFONSO. D. E. Voltando aos Exames de Admissão ao Ginásio (1930-1970): A Relação entre a Matemática dos Exames com a Matemática a Ensinar e Ensinada nas Escolas. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 3, n. 3, p. 64-78, set/dez, 2019. Disponível em: <https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/article/view/206>. Acesso em: 15 de dez. 2021.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. São Paulo: Cortez, 2010.

NOSELLA, P; BUFFA, E. As Pesquisas sobre as Instituições Escolares: balanço crítico. In. **Navegando na História da Educação Brasileira**. São Carlos, 2006. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Paolo\\_Nosella\\_artigo.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Paolo_Nosella_artigo.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.

NOSELLA, P; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método

dialético marxista de investigação. **Eccos Revista Científica**, v. 7, n. 2, julho-dezembro, 2005, pp. 351-368 Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/as-pesquisas-sobre-instituicoes-escolares-balanco-critico>. Acesso em: 20 mai. 2021.

PEDROSO, J. Z. M. ; LANDI, T. J. B. Memórias da Escola Técnica Estadual Professor Pedro Leme Brisolla Sobrinho: contribuição para a história da educação. *In: Anais do III Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: patrimônio, currículos e processos formativos*, São Paulo, 2012. p. 1-19.

PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E. B. História da Cultura Escolar Através dos Exames: o Caso dos Exames de Admissão ao Ginásio (1939-1971). **Intermeio**, Campo Grande, v. 8, n. 16, p. 4-15, 2002.

PEREIRA, M. **Patrimônio Histórico**: o que são bens materiais e imateriais. 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/900314/patrimonio-historico-o-que-sao-bens-materiais-e-imateriais>. Acesso em: 5 nov. 2021.

RAMOS, M. N. **História e Política da Educação Profissional** [recurso eletrônico], Curitiba, Instituto Federal do Paraná, Coleção Formação Pedagógica, v. 5, 2014.

RESULTADOS FINAIS DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES. 1988-1991. Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho, Ipaussu. Acervo da Instituição.

RONCAGLIO, C. (org.). **Manual de gestão de documentos de arquivo da Universidade de Brasília**, – Brasília: Cebraspe, 2015. Disponível em: [https://www.arquivocentral.unb.br/images/documentos/Manual\\_de\\_Gesto\\_de\\_Documentos\\_da\\_UnB.pdf](https://www.arquivocentral.unb.br/images/documentos/Manual_de_Gesto_de_Documentos_da_UnB.pdf) Acesso em 05 de mai. 2021.

RUCKSTADTER, V. C. M.; TANNO, J. L.; RUCKSTADTER, F. M. M. História da Educação e Educação Patrimonial: Os Arquivos Escolares como Possibilidade de Preservação dos Bens Culturais. *In: O Brasil dimensionado pela história* [recurso eletrônico], PEREIRA, D.; CARNEIRO. M. (Org.). Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 112. Disponível em: <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/24626>. Acesso em 01 de jun. 2022.

RUCKSTADTER, V. C. M.; OLIVEIRA, L. A.; RUCKSTADTER, F. M. M. Trabalho Educativo e Conhecimento Científico A Pedagogia Histórico-Crítica e o Papel do Professor. **Revista Histedbr On-line**, v. 20, p. 1-16, out. 2020. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660770/23115>. Acesso em 10 maio 2022.

SANDER, B. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória de sua construção. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 03, p. 421-447, set./dez., 2007.

SANFELICE, J. L. História de instituições escolares. **Revista de Estudo de Educação**, Ano 04, n. 1, p. 47-57, maio 2002.

<http://periodicos.uniso.br/ojs3/index.php/quaestio/article/view/1620/1538>

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares: desafios teóricos. **Série-Estudos** (25), 11-17, 2008. Disponível em: <<https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/212>>. Acesso em 30 de jul. 2021.

SANTOS, P. R. E. Os arquivos como vocação e a arquivologia como profissão (Entrevista com Marilena Leite Paes - técnica em secretariado, 1952 a 1954, no RJ). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, jan./abr. 2021, p.11-29. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/83>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SARTORI, J. A. Fotografia intitulada “Alunos do Ginásio Industrial (1964)”. Acervo pessoal.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 77, de 23 de fevereiro de 1948. Dispõe sobre criação de curso prático no interior do Estado. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo. Diário do Executivo. São Paulo, 24 fev. 1948, p. 2.

SÃO PAULO (Estado). **Programa SP sem Papel**. Disponível em: <https://www.spsempapel.sp.gov.br/home/>. Acesso em 20 jan. 2022.

SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M. *et alii.*(orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007a, p. 3-27.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 34, p.152-180, jan./abr. 2007b.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 11-36, 2011. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 12 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

SOUZA, R. F. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação UNESP, 1998.

TREIN, E.; CIAVATTA, M. O Percurso teórico e Empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para o debate. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, pp. 140-164, 2003. <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-6SF/Jos%E9/artigoJose2.pdf>. Acesso em 22 jun. 2021.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

VIVA IPAUSSU. **Ginásio industrial de Ipaussu. Aula de canto orfeônico com a professora Liomar Samadelo**. Ipaussu, 25 de março de 2021.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1850812681752108&set=gm.1154743594945512>. Acesso em: 17 jan. 2022.

VIVA IPAUSSU. **Banda Marcial da Antiga Escola Artesanal de Ipaussu na Década de 60! Só Feras**. Ipaussu, 23 março de 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/mtp6c8ty>. Acesso em: 23 jan. 2022.